



# **ACADEMIA MILITAR**

***O bullying* nas escolas.**

**O contributo da GNR na sua prevenção.**

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Celso Ricardo de Moura  
Marques**

**Orientadora: Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira  
Coorientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Rogério Paulo M. Copeto**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada  
Lisboa, julho de 2015**



# **ACADEMIA MILITAR**

***O bullying nas escolas.***

**O contributo da GNR na sua prevenção.**

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Celso Ricardo de Moura  
Marques**

**Orientadora: Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira  
Coorientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Rogério Paulo M. Copeto**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada  
Lisboa, julho de 2015**

## **Dedicatória**

*Por tudo,  
Aos meus pais.*

## **Agradecimentos**

Para que a realização deste trabalho fosse possível, muitas pessoas contribuíram com o seu conhecimento e a sua experiência, abdicando do seu tempo para me auxiliar. Assim, quero deixar aqui o meu mais profundo e sincero agradecimento:

Em primeiro lugar, queria agradecer à Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira, minha orientadora, por toda a disponibilidade manifestada em orientar este trabalho, pelos importantes comentários e sugestões, pelo permanente incentivo na concretização dos objetivos, e pelo apoio que sempre me prestou.

Ao Tenente-Coronel Rogério Paulo Magro Copeto, pelo apoio prestado ao longo desta investigação, e pelo seu enorme conhecimento nestas matérias na área dos Programas Especiais, primordial à realização deste trabalho.

Ao Tenente-Coronel Paulo Silvério, Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais, por me ter dispensado algum tempo para a realização de uma entrevista e por ter dado o seu contributo que tanto valoriza este trabalho.

Ao Major Poiares, responsável pela Repartição de Programas Especiais na Guarda, pelo seu apoio incondicional desde o primeiro contacto que foi estabelecido, pela sua disponibilidade em me receber no Comando Geral por diversas vezes, pelo facultamento de vários dados e, acima de tudo, pela sua transferência de conhecimentos sobre estas matérias.

A todos os Comandantes de Destacamento do Comando Territorial de Lisboa, que foram objeto de estudo, pela forma como se disponibilizaram em me ajudar na realização de entrevistas e, acima de tudo, pela transmissão de conhecimentos acerca da realidade de cada Destacamento.

A todos os militares das Secções de Programas Especiais dos diversos Destacamentos Territoriais do Comando Territorial de Lisboa pela sua grandiosa contribuição. A contribuição destes militares foi determinante para alcançar os objetivos estabelecidos para esta investigação e para obter a visão de quem está no terreno e lida com os problemas todos os dias. A eles devo muito a realização deste trabalho!

Ao Diretor do Agrupamento de Escolas Venda do Pinheiro, ao Presidente da CONFAP, à Assessora Técnica da Direção e Coordenadora dos Serviços Centrais da área

do Porto da APAV e ao elemento da Equipa Técnica de Apoio aos distritos de Portugal a sul do Tejo da CNPCJR.

À Dr<sup>a</sup> Carla Boto Pereira pela sua disponibilidade e pelo conhecimento transmitido.

Um especial agradecimento à Dra. Luísa Mascoli pelo apoio prestado e pela sua disponibilidade em ajudar os Aspirantes durante a realização do trabalho.

Ao Capitão Orlando Libório por me ter orientado numa fase em que estava um pouco confuso durante a realização do trabalho.

À minha família e namorada, que me apoiaram incondicionalmente. A vossa paciência e compreensão permitiram que eu chegasse até aqui.

Por fim, a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

## **Epígrafe**

*“A escola sempre foi um refúgio contra a violência para crianças e adolescentes. Hoje, ironicamente, a violência está na escola”*

Douglas Rodrigues da Silva

## Resumo

A violência escolar, apesar de sempre ter existido, assume-se como uma das grandes problemáticas da nossa sociedade atualmente. Todos estes acontecimentos relacionados com a violência nas escolas são alvo de uma crescente visibilidade mediática e social. A violência escolar compreende diferentes expressões entre as quais se destaca o *bullying*. Esta forma de violência entre pares caracteriza-se pela sua persistência no tempo e por incorporar uma diferença de poder entre a vítima e o agressor. Embora seja um problema grave, as escolas deparam-se com dificuldades para detetar e sinalizar os jovens que são vítimas deste fenómeno.

É neste sentido que a Guarda Nacional Republicana tem focado os seus esforços na prevenção destes comportamentos junto da comunidade escolar. As Secções dos Programas Especiais foram concebidas para atender aos problemas que se passam nas escolas e os militares destas secções tem um papel fundamental de modo a criar um sentimento de segurança. Este sentimento de segurança é transversal a toda a comunidade escolar onde se incluem os alunos, os professores, os diretores das escolas e os encarregados de educação.

O presente estudo pretende esboçar as características do fenómeno *bullying* e verificar de que forma é que a Guarda Nacional Republicana atua na prevenção destes comportamentos. Como ponto de partida elaborou-se a seguinte questão central: “Que modalidades de ação desenvolve a GNR relativamente ao combate ao *bullying* nas escolas?”. A partir desta questão central formularam-se questões derivadas, que deram origem às hipóteses.

Para a recolha de dados no trabalho de campo, recorreu-se à análise documental de fontes internas e externas e à realização de entrevistas a vários elementos da Guarda Nacional Republicana e profissionais de várias instituições que trabalham no âmbito da prevenção da violência escolar.

Os resultados permitem concluir que o *bullying* é um fenómeno que afeta toda a comunidade escolar. A Guarda Nacional Republicana, através do Programa Escola Segura, contribui substancialmente para fazer face a essa realidade e desenvolve ações expressamente orientadas para combater a violência nas escolas. Os Programas Especiais

adotam um modelo de policiamento de proximidade, fazendo com que toda a comunidade contribua na resolução dos seus problemas. Todavia, também se apurou a necessidade de especializar os militares com funções nestes programas.

**Palavras-chave:** *Bullying*; Violência Escolar; Secção de Programas Especiais; Programa Escola Segura; Policiamento de Proximidade.



## Abstract

School violence, though it always existed, is one of the major problems of our society nowadays. All these events related to violence in schools are the target of a growing media and social visibility. School violence comprises different expressions which bullying is the one that stands out the most. This form of violence among peers is characterized by its persistence in time and incorporate a power difference between the victim and the aggressor. Although it is a serious problem, schools are faced with difficulties to detect and signal the young people who are victims of this phenomenon.

It is in this sense that the *Guarda Nacional Republicana* has focused its efforts in the prevention of these behaviors near the school proximity. The sections of the special programs are designed to meet the problems that go on in schools and the elements of these sections have a fundamental role in order to create a sense of security. This sense of security is across the entire school community including students, teachers, directors of schools and parents.

The present study aims to outline the characteristics of bullying phenomenon and check how does the *Guarda Nacional Republicana* plays in the prevention of these behaviors. As a starting point the question was: "What modes of action does the *GNR* develop to fight bullying in schools?". From this central question we formulated derived questions, which gave rise to the chance.

The data collection in the field work, appealed to the documental analysis of internal and external sources and conducting interviews with several elements of the *Guarda Nacional Republicana* and professionals from various institutions working in the field of prevention of school violence.

The results allow us to conclude that bullying is a phenomenon that affects the whole school community. The *Guarda Nacional Republicana*, through the Safe School Program, contributes substantially to cope with this reality and develops actions expressly geared to fight violence in schools. Special programs adopt a proximity policing model, making the whole community to contribute in solving their problems. However, it also found the need to specialize the military with functions in these programs.

**Keywords:** Bullying; School Violence; Section of Special Programs; Safe School Program; Community Policing.

## Índice

<b>Dedicatória .....</b>	<b>i</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>ii</b>
<b>Epígrafe .....</b>	<b>iv</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>v</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>vii</b>
<b>Índice .....</b>	<b>ix</b>
<b>Índice de Quadros e Tabelas .....</b>	<b>xii</b>
<b>Índice de Figuras .....</b>	<b>xv</b>
<b>Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos .....</b>	<b>xvii</b>
<b>Capítulo 1 - Introdução .....</b>	<b>1</b>
1.1. Generalidades.....	1
1.2. Contextualização da investigação .....	1
1.3. Importância da investigação e justificação do tema .....	2
1.4. Objetivos da investigação .....	3
1.5. Pergunta de partida e questões derivadas.....	4
1.6. Hipóteses da investigação .....	4
1.7. Metodologia adotada.....	5
1.8. Estrutura do trabalho.....	6
<b>Capítulo 2 - Enquadramento Concetual.....</b>	<b>7</b>
2.1. Violência em contexto escolar .....	7
2.2. <i>Bullying</i> nas escolas .....	8
2.3. Tipos de <i>bullying</i> .....	9
2.4. Os intervenientes.....	10

<b>Capítulo 3 - Enquadramento Jurídico.....</b>	<b>13</b>
3.1. Responsabilidade penal.....	13
3.2. Lei Tutelar Educativa.....	14
3.3. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.....	15
 <b>Capítulo 4 - A GNR e o <i>Bullying</i> .....</b>	<b>18</b>
4.1. Policiamento de proximidade .....	18
4.2. Estrutura dos Programas Especiais .....	20
4.3. Programa Escola Segura .....	22
 <b>Capítulo 5 - Metodologia e Procedimentos .....</b>	<b>24</b>
5.1. Método de abordagem .....	24
5.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados.....	25
5.2.1. Análise documental .....	26
5.2.2. A entrevista.....	27
5.3. Caracterização da amostra .....	28
5.4. Registo e tratamento de dados .....	30
 <b>Capítulo 6 - Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados .....</b>	<b>31</b>
6.1. Análise documental.....	31
6.1.1. Dados do Programa Escola Segura do CTer Lisboa.....	32
6.1.2. Ocorrências participadas de violência nas escolas a nível nacional.....	36
6.1.3. Ocorrências participadas de violência nas escolas a nível dos DTer's de Lisboa.....	38
6.2. Apresentação e análise dos resultados da entrevista A.....	40
6.3. Apresentação e análise dos resultados da entrevista B .....	43
6.4. Apresentação e análise dos resultados da entrevista C .....	47
6.5. Discussão de resultados .....	50
 <b>Capítulo 7 - Conclusões e Recomendações .....</b>	<b>54</b>
7.1. Verificação das hipóteses de investigação e resposta às questões derivadas.....	54
7.2. Resposta à questão central e reflexões finais .....	56
7.3. Dificuldades e limitações de estudo.....	58
7.4. Propostas de investigações futuras .....	58

<b>Bibliografia.....</b>	<b>59</b>
--------------------------	-----------

<b>Apêndices.....</b>	<b>1</b>
-----------------------	----------

Apêndice A - Estruturação do Trabalho de Investigação Aplicada.....	2
Apêndice B - Caracterização da área de estudo.....	3
Apêndice C - Estrutura do funcionamento dos Programas Especiais.....	5
Apêndice D - Guião da entrevista do grupo A.....	6
Apêndice E - Guião da entrevista do grupo B .....	9
Apêndice F - Guião da entrevista do grupo C.....	10
Apêndice G - Carta de apresentação .....	11
Apêndice H - Análise de conteúdo das entrevistas ao grupo A, B e C.....	13
Apêndice I - Matriz de codificação alfanumérica das entrevistas do grupo A, B e C .....	31
Apêndice J - Análise quantitativa das entrevistas do grupo A, B e C .....	35

<b>Anexos.....</b>	<b>1</b>
--------------------	----------

Anexo A - Tipologia da violência segundo a Organização Mundial de Saúde .....	2
Anexo B - Esquema sobre o conceito de violência escolar .....	3
Anexo C - Efetivos e meios das SPE (ano letivo 2013/2014) .....	4
Anexo D - Ocorrências criminais participadas por tipo de crime (ano letivo 2013/2014) .....	5
Anexo E - Empenhamento de meios do PES.....	6
Anexo F - Ações de sensibilização, demonstrações e visitas do PES .....	8

## **Índice de Quadros e Tabelas**

### **Capítulo 2 – Enquadramento Concetual**

Quadro n.º 1 - Tipos e manifestações de <i>bullying</i> .....	10
---	----

### **Capítulo 5 - Metodologia e Procedimentos**

Quadro n.º 2 - Dados sociodemográficos dos entrevistados do grupo A .....	29
Quadro n.º 3 - Dados sociodemográficos dos entrevistados do grupo B .....	29
Quadro n.º 4 - Dados sociodemográficos dos entrevistados do grupo C .....	30

### **Apêndices**

Quadro n.º 5 - Análise de resultado da questão A1 dos entrevistados do grupo A .....	13
Quadro n.º 6 - Análise de resultado da questão A2 dos entrevistados do grupo A .....	13
Quadro n.º 7 - Análise de resultado da questão A3 dos entrevistados do grupo A .....	14
Quadro n.º 8 - Análise de resultado da questão B1 dos entrevistados do grupo A .....	14
Quadro n.º 9 - Análise de resultado da questão B2 dos entrevistados do grupo A .....	14
Quadro n.º 10 - Análise de resultado da questão C1 dos entrevistados do grupo A .....	15
Quadro n.º 11 - Análise de resultado da questão C2 dos entrevistados do grupo A .....	15
Quadro n.º 12 - Análise de resultado da questão C3 dos entrevistados do grupo A .....	15
Quadro n.º 13 - Análise de resultado da questão D1 dos entrevistados do grupo A .....	16
Quadro n.º 14 - Análise de resultado da questão D2 dos entrevistados do grupo A .....	16
Quadro n.º 15 - Análise de resultado da questão F1 dos entrevistados do grupo A .....	16
Quadro n.º 16 - Análise de resultado da questão F2 dos entrevistados do grupo A .....	17
Quadro n.º 17 - Análise de resultado da questão F3 dos entrevistados do grupo A .....	17

Quadro n.º 18 - Análise de resultado da questão F4 dos entrevistados do grupo A.....	17
Quadro n.º 19 - Análise de resultado da questão A1 dos entrevistados do grupo B .....	18
Quadro n.º 20 - Análise de resultado da questão A2 dos entrevistados do grupo B .....	18
Quadro n.º 21 - Análise de resultado da questão A3 dos entrevistados do grupo B .....	19
Quadro n.º 22 - Análise de resultado da questão B1 dos entrevistados do grupo B.....	20
Quadro n.º 23 - Análise de resultado da questão B2 dos entrevistados do grupo B.....	20
Quadro n.º 24 - Análise de resultado da questão C1 dos entrevistados do grupo B.....	21
Quadro n.º 25 - Análise de resultado da questão D1 dos entrevistados do grupo B .....	22
Quadro n.º 26 - Análise de resultado da questão D2 dos entrevistados do grupo B .....	23
Quadro n.º 27 - Análise de resultado da questão D3 dos entrevistados do grupo B .....	24
Quadro n.º 28 - Análise de resultado da questão D4 dos entrevistados do grupo B .....	24
Quadro n.º 29 - Análise de resultado da questão D5 dos entrevistados do grupo B .....	25
Quadro n.º 30 - Análise de resultado da questão D5.1 dos entrevistados do grupo B .....	26
Quadro n.º 31 - Análise de resultado da questão A1 dos entrevistados do grupo C .....	26
Quadro n.º 32 - Análise de resultado da questão A2 dos entrevistados do grupo C .....	27
Quadro n.º 33 - Análise de resultado da questão A3 dos entrevistados do grupo C .....	27
Quadro n.º 34 - Análise de resultado da questão B1 dos entrevistados do grupo C.....	28
Quadro n.º 35 - Análise de resultado da questão C1 dos entrevistados do grupo C.....	28
Quadro n.º 36 - Análise de resultado da questão C2 dos entrevistados do grupo C.....	28
Quadro n.º 37 - Análise de resultado da questão D1 dos entrevistados do grupo C .....	29
Quadro n.º 38 - Análise de resultado da questão D2 dos entrevistados do grupo C .....	29
Quadro n.º 39 - Análise de resultado da questão D3 dos entrevistados do grupo C .....	29
Quadro n.º 40 - Análise de resultado da questão D4 dos entrevistados do grupo C .....	30
Quadro n.º 41 - Codificação alfanumérica das respostas às entrevistas do grupo A.....	31
Quadro n.º 42 - Codificação alfanumérica das respostas às entrevistas do grupo B .....	32
Quadro n.º 43 - Codificação alfanumérica das respostas às entrevistas do grupo C .....	34
Quadro n.º 44 - Análise quantitativa das entrevistas do grupo A.....	35
Quadro n.º 45 - Análise quantitativa das entrevistas do grupo B .....	36
Quadro n.º 46 - Análise quantitativa das entrevistas do grupo C .....	37

## Capítulo 6 – Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

Tabela n.º 1 - <i>Bullying</i> nas escolas .....	50
--	----

Tabela n.º 2 - A GNR e o <i>bullying</i> .....	51
Tabela n.º 3 - Caracterização da cooperação entre a GNR e outras entidades .....	51
Tabela n.º 4 - Caracterização do Programa Escola Segura.....	52
Tabela n.º 5 - Atuação dos militares dos NES.....	52
Tabela n.º 6 - Fatores que potenciam a cooperação entre a GNR e outras entidades.....	53



## **Índice de Figuras**

### **Capítulo 2 – Enquadramento Concetual**

Figura n.º 1 - Ciclo da agressão .....	11
--	----

### **Capítulo 6 - Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados**

Figura n.º 2 - Ações de sensibilização das SPE do CTer de Lisboa .....	32
Figura n.º 3 - Demonstrações realizadas pelas SPE do CTer de Lisboa.....	33
Figura n.º 4 - Visitas realizadas às subunidades do CTer de Lisboa .....	33
Figura n.º 5 - N.º de militares das SPE do CTer de Lisboa .....	34
Figura n.º 6 - Meios das SPE dos DTer's do CTer de Lisboa .....	34
Figura n.º 7 - N.º de estabelecimentos escolares por DTer do CTer de Lisboa.....	35
Figura n.º 8 - N.º de alunos adstritos aos estabelecimentos escolares dos DTer's do CTer de Lisboa .....	36
Figura n.º 9 - Ocorrências participadas do crime de ofensa à integridade física nas escolas .....	37
Figura n.º 10 - Ocorrências participadas do crime de furto nas escolas .....	37
Figura n.º 11 - Ocorrências participadas do crime de injúria/ameaça nas escolas .....	38
Figura n.º 12 - Ocorrências participadas do crime de roubo nas escolas .....	38
Figura n.º 13 - Ocorrências participadas de crimes de ofensa à integridade física nas escolas dos DTer's de Lisboa .....	39
Figura n.º 14 - Ocorrências participadas de crimes de furto nas escolas dos DTer's Lisboa .....	39
Figura n.º 15 - Ocorrências participadas de crimes de injúria/ameaça nas escolas dos DTer's Lisboa .....	40
Figura n.º 16 - Ocorrências participadas de crimes de roubo nas escolas dos DTer's Lisboa .....	40

## **Apêndices**

Figura n.º 17 - Estruturação do Trabalho de Investigação Aplicada .....	2
Figura n.º 18 - Mapa da região de Lisboa.....	3
Figura n.º 19 - Mapa dos DTer's de Lisboa .....	4
Figura n.º 20 - População de cada DTer .....	4
Figura n.º 21 - Área de cada DTer .....	4
Figura n.º 22 - Estrutura do funcionamento dos Programas Especiais.....	5

## **Anexos**

Figura n.º 23 - Tipologia da violência segundo a Organização Mundial da Saúde.....	2
Figura n.º 24 - Esquema sobre o conceito de violência escolar .....	3
Figura n.º 25 - Efetivos e meios das SPE (ano letivo 2013/2014).....	4
Figura n.º 28 - Ocorrências participadas por tipo de crime (ano letivo 2013/2014) .....	5
Figura n.º 29 - Empenhamento de meios do PES .....	6
Figura n.º 30 - Empenhamento de meios do PES .....	7

## Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

Al.	Alínea
Art.º	Artigo
AM	Academia Militar
APA	<i>American Psychological Association</i>
APAV	Associação de Apoio à Vítima
CDF	Comando de Doutrina e Formação
Cfr.	Conferir
CG	Comandante-Geral
CO	Comando Operacional
CONFAP	Confederação Nacional de Associações de Pais
CP	Código Penal
DE	Direção de Ensino
DI	Direção de Informações
DL	Decreto-Lei
DO	Direção de Operações
DPERI	Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais
DT	Diretor de Turma
DTer	Destacamento Territorial
EB	Escola Básica
Ed.	Edições
EG	Escola da Guarda
Et al.	E outros
Ex. <sup>a</sup>	Excelência
GNR	Guarda Nacional Republicana
H	Hipótese
JI	Jardins de Infância
Km.	Quilómetro
LPCJP	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LTE	Lei Tutelar Educativa
M.	Metros
MAI	Ministério da Administração Interna
ME	Ministério da Educação
N.º	Número
NCS	Núcleo Comércio Seguro
NEP	Norma de Execução Permanente
NES	Núcleo Escola Segura
NIS	Núcleo Idoso em Segurança
NPE	Núcleo de Programas Especiais
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PES	Programa Escola Segura
PSP	Polícia de Segurança Pública
PTer	Posto Territorial
QD	Questão Derivada
RPE	Repartição de Programas Especiais
RCFTIA	Relatório Científico Final de Trabalho de Investigação Aplicada
SOTRP	Secção de Operações Treino e Relações Públicas
SPE	Secção de Programas Especiais
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
UI	Unidade de Intervenção
USHE	Unidade de Segurança e Honras de Estado
Vol.	Volume

# Capítulo 1

## Introdução

### 1.1. Generalidades

Este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) intitulado de “**O *bullying* nas escolas. O contributo da GNR na sua prevenção**” insere-se no Tirocínio para Oficiais (TPO) da Guarda Nacional Republicana (GNR), concretamente no 5º ano da Academia Militar (AM), onde se materializa o término do curso e a atribuição do grau de mestre em Ciências Militares, especialidade em Segurança.

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) tem como objetivo geral a aplicação das competências adquiridas ao longo da formação e o desenvolvimento de capacidades de investigação nas áreas das Ciências Jurídicas e Sócio-comportamentais, contribuindo assim para a formação dos futuros oficiais da GNR.

### 1.2. Contextualização da investigação

É notório nos dias de hoje que a violência escolar, a delinquência juvenil, a conduta anti-social, os problemas de comportamento nas escolas e a indisciplina têm sido objeto de uma crescente preocupação (Martins, 2005). A violência manifesta-se de forma particularmente intensa no contexto escolar pois é na escola que as crianças e os adolescentes têm a possibilidade de encontrar pares suscetíveis de se deixarem facilmente atormentar. Além disso, é preciso não esquecer os enormes danos provocados pelo exercício da violência que poderá ter repercussões inalteráveis no futuro (GNR/CDF, 2013).

O aumento da atenção mediática da violência na escola leva a que se passe a encarar a escola como um contexto cada vez mais heterogéneo e conflitual, um espaço inseguro ou mesmo potencialmente perigoso, contribuindo deste modo para mudar as conceções sociais sobre as condições em que a violência se desenvolve (Sebastião, Alves

& Campos, 2010). Este tipo de comportamentos e acontecimentos adquirem elevadas dimensões e difundem-se rapidamente. Uns tomam proporções maiores e mais graves do que outros, variando com as próprias características da escola, dos alunos, dos professores, e, em suma, do meio social onde cada situação ocorre. Com efeito, na escola os conflitos são múltiplos, daí que nem todos traduzam o mesmo sentido, nem o mesmo mal-estar. Trata-se pois de um fenómeno diversificado, com diferentes níveis de gravidade, intencionalidade e concretização (Andrade, 2012).

O *bullying* no contexto escolar constitui um problema com uma prevalência elevada, que compromete a aprendizagem e influencia o abandono escolar precoce, perturba as relações interpessoais e o desenvolvimento sócio-emocional das crianças e jovens, e reduz o clima de segurança e proteção sentido por toda a comunidade escolar. (Carvalhosa, Moleiro & Sales, 2009).

As mudanças sentidas ao nível do enquadramento social e da própria criminalidade, têm vindo a exigir uma atuação mais próxima da GNR para com a comunidade escolar. Os recentes padrões de policiamento, orientados em função dos problemas e expectativas do cidadão, exigem da GNR a capacidade de dar respostas válidas. Para isso, torna-se necessário aplicar o conceito de policiamento de proximidade e de segurança comunitária, tornando também o cidadão mais ativo para a segurança das próprias comunidades locais. Neste sentido, a especialização no seio da GNR, tem decorrido não só da necessidade de prestar um serviço de qualidade, mas também de associação a um conjunto de medidas governamentais, com os diversos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade, onde se insere o Programa Escola Segura (PES) (NEP/GNR n.º 3.58, 2011).

### **1.3. Importância da investigação e justificação do tema**

A escolha do tema tem como objetivo aprofundar conhecimentos numa determinada área e “possui carácter abrangente dentro de um dado foco, permitindo a pesquisa de diversos tipos de problemas” (Reis, 2010, p.39). O tema, pela sua natureza, é atual e de grande relevância institucional, uma vez que são inúmeros os casos de violência escolar com que os militares da GNR se deparam todos os dias. O *bullying* tem despertado a atenção das forças de segurança que se deparam aqui com um fenómeno complexo de detetar e sinalizar.

No âmbito do combate à violência escolar, a GNR tem vindo a criar e a desenvolver diversos projetos no sentido de se adaptar de forma pró-ativa à realidade social. Deste modo, os Programas Especiais da GNR evoluem no sentido de acompanhar os problemas da sociedade, e os Núcleos de Escola Segura (NES) são equipas criadas com o objetivo de garantir a segurança escolar que se tem revelado tão complexa. Existem também ligações com organizações não-governamentais das quais se destacam, pela sua ação, a Associação de Apoio à Vítima (APAV) e a Confederação Nacional de Associações de Pais (CONFAP). Estas ligações mostram a envolvimento da GNR neste assunto e a importância que a sua atuação tem junto da comunidade escolar (GNR/CO/DI, 2010).

Assim, a escolha do tema “O *bullying* nas escolas. O contributo da GNR na sua prevenção” reflete um interesse pessoal nesta área e, reflete também a importância de entender as ações adotadas pela GNR e a sua abordagem nesta problemática. Este estudo permitirá também extrair informações importantes, designadamente no sentido de verificar como atuam os NES, de que modo direcionam os esforços para maximizar o seu combate na prevenção do *bullying* nas escolas e se existe formação e recursos adequados às necessidades de ação.

#### **1.4. Objetivos da investigação**

O objetivo geral deste trabalho consiste em compreender quais os mecanismos de atuação que a GNR desenvolve para a prevenção do *bullying* nas escolas, percebendo assim de que forma os NES contribuem para o sentimento de segurança da comunidade escolar. Segundo Reis (2010, p.43), “o objetivo geral é a síntese de que o mestrando pretende desenvolver, dos resultados que pretende alcançar e da contribuição que a pesquisa irá proporcionar”.

Foram também elaborados alguns objetivos específicos no sentido de poder caracterizar o fenómeno do *bullying* e como ele se manifesta na comunidade escolar; perceber como se relaciona a GNR com outros intervenientes no âmbito do combate ao *bullying*; enquadrar a atuação dos NES no âmbito do PES, ou seja, perceber quais são as suas atribuições e de que forma eles atuam; identificar de que forma é que o PES é uma mais-valia para a prevenção do *bullying* nas escolas; e identificar as potencialidades e vulnerabilidades do PES.

Tendo em conta a formulação destes objetivos, tornou-se necessário auscultar vários atores, da GNR e da sociedade civil, para captar as respetivas experiências e extrair elementos que possam potencializar a atuação da GNR quanto a esta problemática.

### 1.5. Pergunta de partida e questões derivadas

Em função dos objetivos traçados, enunciados anteriormente, formulou-se a seguinte questão central (QC): **“Que modalidades de ação desenvolve a GNR relativamente ao combate ao *bullying* nas escolas?”**

Uma vez formulada a questão central, torna-se “necessário formular as perguntas de investigação, ou seja, quais são as perguntas básicas a que se pretende dar resposta no decorrer da investigação” (Sousa & Baptista, 2011, p.27). Assim, elaboraram-se as seguintes questões derivadas (QD):

QD1 - Como se expressa o *bullying* nas escolas portuguesas?

QD2 - Como atuam os militares dos NES para prevenir o *bullying* nas escolas?

QD3 - A formação dos militares dos NES é adequada para combater/prevenir o *bullying* nas escolas?

QD4 - Em que aspeto é que o PES é uma mais-valia para a prevenir/combater o *bullying* nas escolas?

QD5 - Como se relaciona a GNR com os outros atores institucionais no combate ao *bullying*?

### 1.6. Hipóteses da investigação

As hipóteses traduzem o espírito de descoberta que caracteriza qualquer trabalho científico (Quivy & Campenhoudt, 2008). A formulação das hipóteses é um processo determinante na elaboração de um trabalho de investigação uma vez que as conclusões vão depender da forma como as hipóteses foram levantadas e testadas. Sousa & Baptista (2011, p.27) consideram que “as hipóteses são uma resposta prévia ao problema proposto e, habitualmente, são desenvolvidas com base em estudos anteriormente realizados de acordo com o tema escolhido”.



Com base no que foi referido e, atendendo à problemática da investigação, foram formulados as seguintes hipóteses (H):

H1 – O *bullying* está presente na generalidade das escolas e expressa-se sob a forma de agressões físicas;

H2 – Os militares dos NES atuam na base da prevenção, resolvendo estes casos juntamente com a comunidade escolar;

H3 – A formação dos militares dos NES é adequada para lidar com situações de *bullying*;

H4 – O PES é uma mais-valia pois segue o modelo de policiamento de proximidade que permite à GNR prevenir o *bullying* nas escolas;

H5 – A GNR relaciona-se de uma forma positiva com os outros atores institucionais.

## 1.7. Metodologia adotada

De acordo com Freixo (2010, p.177), “a fase da investigação metodológica inclui todos os elementos que ajudam a conferir à investigação um caminho ou direção”. Deste modo, a metodologia vai determinar os procedimentos a utilizar para chegar às respostas das questões de investigação colocadas, confirmando ou infirmando as hipóteses formuladas.

Este trabalho segue do ponto de vista da redação o conjunto de normas emanados pela da Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 520/2ª da Direção de Ensino, de 1 de junho de 2013, conjugado com as normas *American Psychological Association* (APA), 6ª edição, de acordo com o ponto 4.a. do Anexo F da referida NEP que visa uniformizar e regulamentar a redação do RCFTIA. No sentido de suplantar algumas lacunas desta NEP, foram também usados manuais de metodologia científica de diversos autores.

De acordo com Sarmiento (2013, p.10), o processo de investigação científica divide-se em três fases: a fase exploratória; a fase analítica; e a fase conclusiva. Assim, desenvolveu-se a primeira fase através da identificação do problema de investigação, das questões derivadas, da formulação das hipóteses e dos objetivos gerais e específicos. Na fase analítica procedeu-se à pesquisa e recolha bibliográfica, de forma a estruturar a revisão da literatura e preparar o trabalho de campo. O trabalho de campo implicou a recolha e análise de documentos e dados internos da GNR e ainda a recolha informação

primária, através de inquéritos por entrevista, aplicados a militares da GNR e a profissionais de outras instituições relacionados com a temática. Por último, a fase conclusiva materializou-se com a discussão de resultados, teste das hipóteses, verificação dos objetivos, respostas à questão de partida e questões derivadas, e algumas recomendações para futuras investigações.

## 1.8. Estrutura do trabalho

O trabalho encontra-se estruturado em três partes (que abrangem sete capítulos)<sup>1</sup>.

A parte teórica é constituída pelos Capítulos I, II, III e IV. O primeiro Capítulo corresponde à introdução ao trabalho, onde se apresenta uma perspetiva geral da investigação. O Capítulo II faz o enquadramento concetual sobre a problemática da violência escolar e do *bullying*. O terceiro aborda o enquadramento jurídico da violência escolar. O último Capítulo (IV) da parte teórica faz referência à GNR e como ela está estruturada relativamente aos Programas Especiais e, mais especificamente, aos NES.

A parte prática (integrando os Capítulos V e VI) corresponde ao trabalho de campo. O Capítulo V faz referência aos métodos e procedimentos utilizados para a recolha de dados e ao seu tratamento durante a elaboração do trabalho.

Por fim, na parte conclusiva (Capítulo VII) faz-se a confrontação dos resultados obtidos, de modo a confirmar ou refutar as hipóteses, extrair as principais conclusões e ainda avançar algumas pistas para futuras investigações.

---

<sup>1</sup> Ver Apêndice A - Estruturação do Trabalho de Investigação Aplicada.

## **Capítulo 2**

### **Enquadramento Concetual**

#### **2.1. Violência em contexto escolar**

Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2014), a palavra violência é definida como sendo um constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer um ato qualquer. A Organização Mundial de Saúde (OMS) (*apud* Dahlberg & Krug, 2007, p.1165) define a violência como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico ou privação”.

A OMS considera uma tipologia de violência subdividida em três categorias amplas: a violência autoinfligida, a violência interpessoal e a violência coletiva. Esta tipologia inclui ainda uma classificação em função da natureza da violência, que pode manifestar-se de forma física, sexual, psicológica e na forma de privação ou negligência<sup>2</sup>.

O conceito de violência escolar é genérico e é visto como um fenómeno abrangente e vasto que nos remete para áreas diversificadas, como comportamentos antissociais, delinquência, vandalismo, entre outros comportamentos visíveis. Deste modo, o conceito de violência escolar expressa-se de múltiplas formas e adquire diversos sentidos.

Para Odália (2004, p.22-23), a violência nem sempre se apresenta como um ato, uma relação ou como um facto facilmente identificável. Derivado disso, considera-se que o ato violento se insinua frequentemente como um ato natural, cuja essência passa mais despercebida.

Segundo Sebastião et al. (*apud* Sebastião, 2009, p.41), a violência define-se como “o excesso que, numa relação social, condensa uma visão do mundo como um espaço social, de relações conflituais que tendem para uma qualquer forma de rutura com a normalidade social considerada legítima”. Aqui o espaço social é determinante no enquadramento do conceito de violência. Poiares (2011, p.13) reforça essa ideia afirmando

---

<sup>2</sup> Ver Anexo A - A tipologia da violência segundo a Organização Mundial de Saúde.

que a violência surge quando há rutura de normas sociais estabelecidas e que não é um conceito absoluto, variando entre sociedades. Afirmar ainda que alguns rituais de iniciação podem ser encarados como violentos pela sociedade ocidental, mas não pelas sociedades que o praticam.

Stelko-Pereira & Williams (2010, p.49), estabelecem alguns elementos fundamentais para perceber toda a envolvência da violência escolar. Um deles é considerar que este fenómeno não se limita apenas à escola como instalação mas também pode ocorrer na sua trajetória ou em locais de passeio fora das instalações escolares. Adiantam também que a violência escolar pode ocorrer entre alunos, funcionários, pais e outros. O *bullying* e o *cyberbullying*<sup>3</sup> aparecem como categorias específicas da violência escolar<sup>4</sup>.

É neste sentido que é importante definir e indicar o local de ocorrência das situações de violência, especificar quem são os envolvidos, se estes são autores, vítimas e/ou testemunhas de violência e se os episódios violentos possuem alguma especificidade (Stelko-Pereira & Williams, 2010, p.45).

## 2.2. *Bullying* nas escolas

A definição de *bullying* adquire variantes, desde a expressão de violência física, até à violência verbal e psicológica (Carvalhosa, Lima & Matos, 2002). Na tentativa de encontrar um sinónimo para o termo *bullying*, encontram-se em alguns estudos portugueses referências tais como “vitimização”, “agressão em contexto escolar”, “provocação”, “intimidação”, entre outros (Andrade, 2012, p.5). Verifica-se assim que a palavra “*bullying*” se aplica a diferentes situações.

No entanto, os atos de *bullying* nas escolas apresentam determinadas características comuns pelo facto de serem comportamentos produzidos de forma repetitiva num período prolongado de tempo contra uma determinada vítima (Barros, Carvalho & Pereira, 2009). Isto mostra-nos que as ações contra a vítima não são atos isolados e gerados por impulsos, mas sim atos repetidos no tempo contra a mesma pessoa. Olweus (1989), pioneiro dos estudos sobre este fenómeno, considera que “um aluno está a ser vítima de *bullying* quando é exposto, de forma repetida e de modo prolongado, a ações negativas por parte de um ou

<sup>3</sup> O *cyberbullying* pode ser definido como um “ato agressivo e intencional levado a cabo por um grupo ou por um indivíduo utilizando formas eletrónicas de contacto, de forma reiterada e ao longo do tempo, exercido sobre uma vítima que não se pode defender facilmente” (Campbell & Cluss *apud* GNR/CDF, 2013, p.16).

<sup>4</sup> Ver Anexo B - Esquema sobre o conceito de violência escolar.

mais alunos”. Carrilho, Nogueira & Bacelar (2010, p.14) identificam o *bullying* como sendo uma prática agressiva que é “descrita como deliberada, com frequência persistente, podendo durar semanas, meses ou anos, sendo difícil às vítimas defenderem-se”. Em suma, ressalta do exposto o facto do *bullying* se arrastar no tempo e não ser um ato isolado ou um comportamento agressivo numa determinada situação por parte de um aluno.

Para Sebastião (2009, p.43) “o *bullying* é essencialmente uma forma particular de violência entre crianças ou adolescentes, que se desenvolve maioritariamente em contextos de interação não regulados por adultos, marcado pela utilização de formas de dominação e perseguição destrutivas da individualidade da vítima”. Este autor identifica aqui a particularidade da origem destes atos serem praticados em ambientes isolados e longe dos olhares das pessoas com autoridade sobre elas (pais, diretores, professores ou funcionários da escola).

Com base no que se extraiu da revisão bibliográfica, é possível resumir algumas características gerais do *bullying*. O *bullying* tem um carácter agressivo com a intenção de provocar dor, e tem carácter repetitivo ao longo do tempo. Na maioria das vezes, existe uma desproporcionalidade de poder entre o agressor e a vítima<sup>5</sup>, podendo existir um desequilíbrio físico, social ou psicológico. É uma atividade consciente e deliberadamente hostil, exercida com a intenção de magoar, provocar medo mediante a ameaça de uma agressão e a criação de um ambiente psicológico de terror (GNR/CDF, 2013).

### 2.3. Tipos de *bullying*

Na literatura é possível encontrar várias sistematizações em relação às formas como o *bullying* se pode expressar. Após análise de alguns autores que se debruçam sobre esta temática, consideramos que o *bullying* se pode caracterizar em *bullying* verbal, físico, social, emocional, direto e indireto.

Para simplificar a análise da tipologia de *bullying* recorreu-se à sistematização apresentada no Quadro n.º 1, que se divide em *bullying* direto e indireto, mas que abarca as variantes referidas no parágrafo anterior. Assim, no que diz respeito ao *bullying* direto, as suas manifestações físicas refletem-se em episódios onde o agressor (individual ou em

---

<sup>5</sup> O comportamento assenta numa desproporcionalidade ou abuso de poder (o agressor pode apresentar um ou mais dos seguintes predicados: ser mais velho, ser maior, ser mais forte, ser verbalmente mais hábil, estar numa situação socialmente mais elevada ou mesmo o ser do sexo oposto) (GNR/CDF, 2013).

grupo) rouba ou agride a vítima de uma forma continuada no tempo. Neste campo, estamos a abordar a tipologia de *bullying* direto físico.

Outra forma de comportamento é o *bullying* direto verbal. Este traduz-se no recurso ao insulto, ao praguejar, ao gozar, à provocação, à ameaça ou a comentários ofensivos dirigidos à vítima. Este tipo de comportamento visa afetar o estado psicológico da vítima, fazendo-a sentir-se desconfortável e isolada do grupo.

O *bullying* indireto assume contornos mais complexos. Por um lado refere-se a comportamentos mais difíceis de identificar, por pais e professores; por outro lado, acresce dificuldade na identificação e localização da fonte que esteve na sua origem. De qualquer modo, assim como no *bullying* direto verbal, o objetivo do *bullying* indireto é causar mazelas a nível psicológico e nas relações sociais entre pares.

**Quadro n.º 1 - Tipos e manifestações de *bullying***

**Fonte:** GNR/CDF (2013)

<b><i>Bullying</i></b>		
<b>Tipos</b>		<b>Manifestações</b>
<b>Direto</b>	<b>Físico</b>	Bater, pontapear, roubar objetos, estragar objetos, extorquir dinheiro ou ameaçar fazê-lo, forçar comportamentos sexuais ou ameaçar fazê-lo, obrigar ou a ameaçar colegas a realizar tarefas contra a sua vontade.
	<b>Verbal</b>	Chamar nomes, gozar, fazer comentários racistas, ameaçar, xenofobistas ou que salientem qualquer defeito ou deficiência dos colegas.
<b>Indireto</b>		Exclusão de alguém do grupo ou das tarefas a realizar, ameaçar com frequência a perda da amizade ou da exclusão do grupo de pares, espalhar boatos ou rumores, ou seja, manipular a vida do colega ou dos colegas.

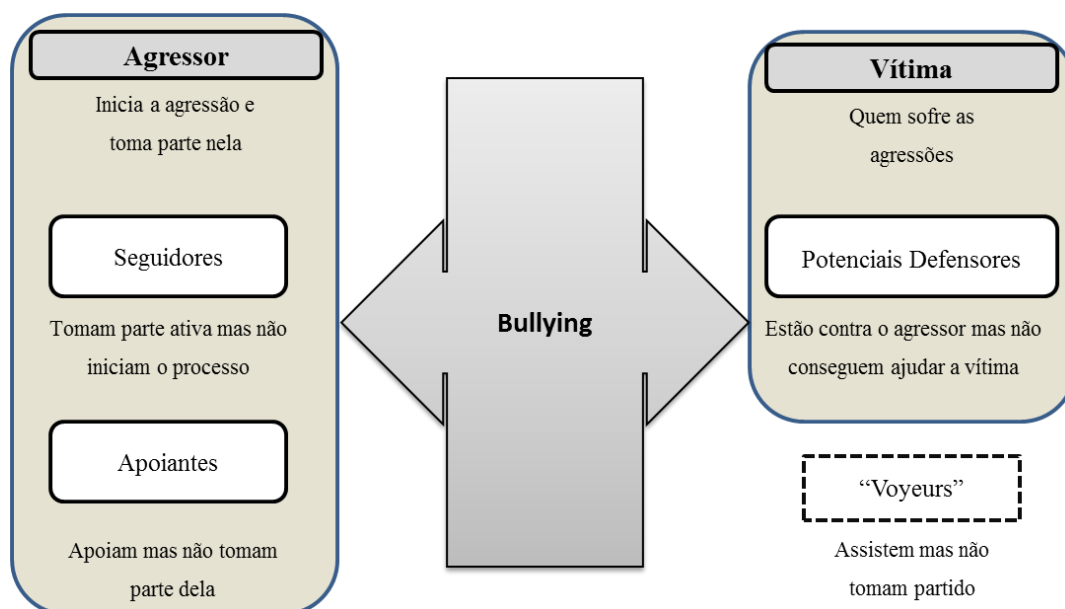
## 2.4. Os intervenientes

Em sentido estrito, surge no *bullying* uma relação entre dois principais intervenientes: o agressor e a vítima. As consequências do *bullying* podem-se refletir negativamente para os dois, e estas poderão ter consequências imediatas ou mais tardias (Pereira, 1997, p.22). No entanto, outros autores identificam mais intervenientes neste

processo. A Figura n.º 1 mostra-nos os vários intervenientes que podem participar no ciclo de agressão durante uma situação de *bullying*.

Neste ciclo temos o agressor, que por norma, é acompanhado pelos seguidores que participam ativamente no processo de *bullying* e pelos apoiantes que, não se envolvem diretamente na agressão, mas que colaboram na criação de um ambiente constrangedor para a vítima.

Outro interveniente é a vítima, o indivíduo que está exposto às ações negativas por parte do agressor e dos seus seguidores e apoiantes. A vítima poderá ter potenciais defensores que estão contra o agressor, mas que têm dificuldades em ajudar a vítima.



**Figura n.º 1 – Ciclo da agressão**

**Fonte:** Adaptado de Neto (2006)

Smith & Sharp (*apud* Velez 2010, p.56) assinalam que a vítima é alguém que não se sente confiante na interação com os seus pares, que apresenta fracas competências auto-assertivas, fraco domínio nas reações agressivas e que está muito mais predisposto para exibir ansiedade na interação social. No mesmo sentido, Olweus (1978) refere que as vítimas podem apresentar poucas competências sociais e são pouco assertivas quando estão em grupo ou respondem de forma provocativa.

As reações e os comportamentos da vítima perante o agressor também são diferentes consoante os indivíduos. Considera-se que existem dois tipos de vítimas: a ativa e a passiva (Martinez, 2000). As vítimas ativas, são por norma, alunos que têm problemas de concentração e que têm tendência para se comportar de forma desafiante em relação aos outros. São facilmente provocadas mas também são provocadoras, o que leva a que se constituam como um grupo particularmente vulnerável. As vítimas passivas são inseguras, introvertidas e o silêncio é o que caracteriza a sua postura (GNR/CDF, 2013).

Os agressores são alunos que tentam vitimizar os seus colegas, aparentemente mais fracos (Fante, 2005). Os agressores que praticam o *bullying* pretendem fazer-se notar e focam-se nas vítimas mais frágeis, conseguindo, muitas vezes, o auxílio dos demais alunos para se auto-alimentarem (Leão, 2010). Velez (2010) define os agressores como sendo jovens que revelam pouca empatia e que apresentam uma constituição física mais robusta do que a dos seus pares. As suas famílias são frequentemente mal estruturadas e caracterizadas por um fraco relacionamento afetivo entre os seus membros.

Como vimos anteriormente<sup>6</sup>, existe outro grupo que também está envolvido no *bullying* – as testemunhas. Estes alunos não participam ativamente nas agressões, mas têm um papel importante pois presenciam estes episódios. Dentro das testemunhas temos também várias posturas perante situações de *bullying*. Existe a postura do aluno que apoia mas não participa ativamente – os apoiantes – e, por outro lado, aqueles que estão contra estas ações mas que não ajudam – potenciais defensores.

---

<sup>6</sup> Ver Figura n.º 1 - Ciclo da agressão.



## **Capítulo 3**

### **Enquadramento Jurídico**

#### **3.1. Responsabilidade penal**

Como reconhece Jardim (2008), o legislador enfrenta dificuldades sempre que tem necessidade de estabelecer uma fronteira, delimitando realidades sociais próximas e reguladas por regimes jurídicos distintos. Acrescidamente, segundo o mesmo autor, numa época de valores sociais em turbulência e contradições, a verdade jurídica exige um elevado grau de prudência.

Qualquer infração cometida por jovens até aos 16 anos, mesmo que a nível penal pudesse ser qualificada como crime, só pode ser objeto de medidas tutelares educativas, nunca podendo a criança ou jovem ser submetido a julgamento criminal que leve à execução de uma pena de prisão (Carvalho, 2012). Considerou-se que, até a essa idade, as medidas a aplicar a esses jovens devem ir no sentido da promoção da não reincidência, e não num carácter retributivo perante a comunidade.

Os jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos, ainda que imputáveis nos termos da lei penal, gozam de uma legislação especial, que consta do Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro, e da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, que aprova a Lei Tutelar Educativa (LTE).

Nos casos de *bullying*, verificam-se várias situações previstas no Código Penal (CP) publicado pelo Decreto-Lei n.º 48/1995, de 15 de março, como é o caso da ofensa à integridade física (art.º 143º) e da ofensa à integridade física grave (art.º 144º). Estes são casos concretos de *bullying* direto com recurso à agressão. O *bullying* integra crimes contra a honra, como são os casos do crime de difamação (art.º 180º) e do crime de injúria (art.º 181º). Estes crimes podem ver a sua pena agravar-se quando praticados de forma a facilitar a sua divulgação. Estão ainda tipificados os crimes contra a liberdade pessoal, nos casos do crime de ameaça (art.º 153º) e do crime de coação (art.º 154º). Estes crimes sofrem

agravamento quando cometidas sobre pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez<sup>7</sup>.

Como foi abundantemente referido, os casos do *bullying* são situações complexas, uma vez que os seus crimes são repetidos ao longo tempo e são na sua maioria cometidos por jovens com idades inferiores aos 16 anos (art.º 19º do CP). Ora, como se mencionou com base na breve referência à legislação, estes jovens, por força da sua idade, não podem ser punidos penalmente.

Contudo como referem Duarte, Deggeroni & Negrelli (2011), embora a punição e a prevenção não sejam conceitos exclusivos e que a ação nos efeitos do crime não possa ser abandonada, outras abordagens diretamente relacionadas com a prevenção do delito com base na atuação das suas raízes devem ser empregues. Quer com isto dizer que, embora não se possa punir penalmente estes atos, existem outras formas de combater o *bullying*.

### 3.2. Lei Tutelar Educativa

A LTE<sup>8</sup> aplica-se quando um menor, com idade compreendida entre os 12 e 16 anos (até 15 anos e 364 dias), pratica um facto qualificado pela lei como crime, dando lugar à aplicação de uma medida tutelar educativa. Segundo o seu art.º 2º, estas medidas visam a educação do menor para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável na vida em comunidade. A execução destas medidas pode prolongar-se até o jovem completar 21 anos de idade, momento em que cessa obrigatoriamente (art.º 5º da LTE).

Numa interpretação feita a esta lei, considerou-se que o legislador português optou por “atender à gradação da formação da personalidade do menor, recorrendo a medidas não penais mas mesmo assim responsabilizantes” (Mouro, 2000, p.102). Estamos perante um documento jurídico que não pretende castigar quem infringiu a lei, mas antes contribuir para a reinserção dos jovens na comunidade.

Seguindo o princípio da legalidade prevista no art.º 3º da LTE, o legislador indicou medidas tutelares não institucionais que vão da admoestação à prestação de tarefas a favor do Estado; já a medida tutelar institucional implica, o internamento em Centro Educativo. Neste sentido, quando pedida a aplicação de uma medida tutelar pelo Ministério Público

---

<sup>7</sup> Cfr. n.º 1 do Art.º 155º do CP.

<sup>8</sup> Análise realizada tendo em conta a primeira alteração à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, procedida pela Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro.

(MP) na fase de inquérito, ou oficiosamente pelo juiz na fase jurisdicional, e cumpridos os pressupostos para a sua aplicação, o Tribunal determina a aplicação daquela que se mostre mais adequada às “exigências preventivas ou processuais que o caso quer” (Gomes et al., 2004).

Em qualquer caso relacionado com estes jovens, cabe ao MP participar às entidades competentes a situação que careça de proteção social, bem como tomar medidas que se justifiquem relativamente ao exercício do poder paternal e suas medidas de proteção, como nos refere o art.º 43º n.º 1 da LTE. Quando ocorrer a prática de facto qualificado pela lei como crime praticado por jovens entre os 12 e os 16 anos, qualquer pessoa pode denunciar tal facto ao MP ou a órgão de polícia criminal (art.º 72º n.º 1 da LTE). Durante a fase de inquérito, após a aquisição da notícia, o MP dirige o inquérito e é assistido por órgãos de polícia criminal e por serviços de reinserção social (art.º 74º n.º 1 da LTE).

É neste sentido que a atuação dos órgãos de polícia criminal tem um papel fulcral, na procura de informações relativamente ao jovem em causa, ou seja, informações acerca da sua situação familiar, educativa e social em que o jovem se encontra. De acordo com as disposições dos artigos 72º n.º 4 e 73º n.º 1 e 2 da LTE, quando um órgão de polícia criminal recebe uma denúncia, deverá comunicar, no mais curto prazo, ao MP e/ou ao Tribunal de Família ou Tribunal de Comarca, e dar conhecimento à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)<sup>9</sup>.

### 3.3. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Analisando a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro<sup>10</sup>, constatamos que ela foi criada com o objetivo de intervir em casos mais graves, nomeadamente quando se verifica que as vítimas ou os agressores, ficam numa situação de risco ou de perigo relativamente à sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento.

Contrariamente ao que está tipificado na LTE, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) assume no seu quadro jurídico, medidas de proteção que abordam a problemática das crianças que cometem ilícitos (com idade inferior a 12 anos)

<sup>9</sup> Cfr. o art.º 12º n.º 1 da LPCJP.

<sup>10</sup> A Proposta de Lei n.º 339/XII que altera pela segunda vez a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, foi aprovada em Assembleia da República, em 6 de junho de 2015, e aguarda publicação.

ou que assumem comportamentos desajustados a um normal processo de crescimento e de integração social (com idade inferior a 18 anos ou, nos casos previstos no art.º 5º, até 21 anos).

O art.º 4º da LPCJP consagra os princípios orientadores da intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança. Este artigo destaca na alínea a) o interesse superior da criança, em que a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem. Estas intervenções incumbem às entidades com competência em matéria de infância e juventude<sup>11</sup>, às comissões de proteção de crianças e jovens e aos tribunais, como refere o art.º 6º da LPCJP.

É neste quadro de envolvimento que os órgãos de polícia criminal devem adequar o seu procedimento na procura e salvaguarda dos interesses da criança em situação de perigo. O art.º 13º n.º 1 da LPCJP refere que “as entidades policiais têm o dever de colaborar com as comissões de proteção no exercício das suas atribuições”. Esta comissão alargada tem como competências desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo da criança<sup>12</sup>.

Nesta lei, a intervenção policial ocorre para comunicar às entidades com competência em matéria de infância e juventude e às CPCJ’s, as situações de perigo<sup>13</sup> que conheça no exercício das suas funções. De igual modo, a intervenção policial pode ser requerida por qualquer pessoa que tenha conhecimento de situações de perigo, conforme o art.º 66º da LPCJP.

O art.º 91º n.º 3 da LPCJP refere ainda que “quando exista perigo atual ou iminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou do jovem, e na ausência de consentimento dos detentores das responsabilidades parentais ou de quem tenha a guarda de facto, qualquer das entidades referidas no art.º 7º ou as comissões de proteção tomam as medidas adequadas para a proteção imediata e solicitam a intervenção do tribunal ou das entidades policiais”. Assim, este artigo expressa claramente que numa situação de perigo iminente e atual, são as “autoridades policiais” que devem

---

<sup>11</sup> São as entidades, públicas ou privadas, que estão, por força das suas funções, em contacto com a criança ou jovem, designadamente a escola, o sistema de saúde, a segurança social, as ONG’s, etc. Sempre que uma destas entidades constata que uma criança ou jovem se encontra numa situação de perigo deverá tomar as providências necessárias para remover a situação de perigo, atuando junto dos pais, ou de quem tem a guarda de facto ou da instituição que a acolhe, bem como comunicando a situação à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da área da residência da criança ou do jovem em perigo (Procuradoria Geral do Porto, 2014).

<sup>12</sup> Cfr. o art.º 18º n.º 1 da LPCJP.

<sup>13</sup> Cfr. o art.º 3º da LPCJP.

garantir a proteção da criança ou do jovem. O n.º 2 determina que as entidades policiais que intervenham nestes casos devem dar conhecimento imediato da situação ao MP.

De salientar que, em 31 de janeiro de 2001, o CG/GNR remeteu uma circular que determina que a representação da GNR nas CPCJ's seja assumida pelos Comandantes dos Destacamentos Territoriais (DTER), podendo essa representação ser delegada no respetivo Adjunto, e no caso da existência de outras CPCJ's na zona de ação do DTER, a representação da GNR nessas Comissões seja assumida pelo Comandante de Posto Territorial (PTer) (Copeto, 2009, p.18).

## **Capítulo 4**

### **A GNR e o *Bullying***

#### **4.1. Policiamento de proximidade**

A Segurança Interna é um objetivo estratégico de qualquer Estado, que se encontra de alguma forma limitado setorialmente (Barradas, 2011, p.6). O Estado e os sistemas de segurança<sup>14</sup> têm que se organizar e adaptar de forma a conseguirem dar resposta às necessidades de segurança dos cidadãos (Oliveira, 2006). A Lei de Segurança Interna (LSI) indica, no seu art.º 2º n.º 1, que a atividade de segurança interna pauta-se pela observância dos princípios do Estado de direito democrático, dos direitos, liberdades e garantias e das regras gerais de polícia. Exercem funções de segurança interna as forças e serviços de segurança, como é o caso da GNR<sup>15</sup>.

As tarefas verificadas anteriormente encontram-se também na Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (LOGNR), na qual se refere que a principal missão da força visa “assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos do cidadão, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da Lei” (art.º 1º n.º 2 da Lei n.º 63/2007). A GNR tem como atribuições, entre outras, “garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas” (art.º 3º n.º 1 al. a) da Lei n.º 63/2007).

Para dar cumprimento a esses deveres, e em particular em casos de violência escolar, a GNR adota um modelo de policiamento de proximidade. Reconhecida como uma força próxima e humana, a GNR considera que “o modelo de policiamento de proximidade assenta numa filosofia e estratégia organizacional que permite à GNR trabalhar em conjunto com a comunidade, no intuito de através deste mútuo apoio se dar uma satisfação à resolução dos problemas da sociedade” (GNR/CO/DO, 2010).

---

<sup>14</sup> Cfr. o art.º 11º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

<sup>15</sup> Cfr. o art.º 25º n.º 2 al. a) da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

No mesmo sentido, Lisboa & Dias (2008, p.3) referem que, de uma forma genérica, a finalidade do policiamento de proximidade aponta no sentido de tentar reduzir a criminalidade, a insegurança a ela associada e aumentar a satisfação da população relativamente aos serviços prestados pelas forças de segurança. No entanto, estes autores também consideram que a literatura existente sobre esta temática é demasiada abrangente para reunir um consenso. Apesar das diversas visões acerca deste conceito, existem elementos comuns que podem caracterizar esta forma de policiamento, designadamente: a colocação de forças de segurança na comunidade, criando laços com os cidadãos; o envolvimento da comunidade no trabalho das forças de segurança; o estabelecimento das prioridades das forças de segurança de acordo com as necessidades e desejos da comunidade (Goldstein *apud* Ferreira, 2014, p.8).

No entanto, importa considerar que de acordo com Copeto (2011, p.50) o policiamento de proximidade “é um modelo que não é ‘indissociável’ do ‘normal’ modelo de policiamento, sendo antes, um seu complemento”. O policiamento de proximidade adotado pela GNR é “uma estratégia que utiliza a antecipação como ‘arma’, para a manutenção da paz social, sendo importante referir que o conceito de proximidade pode representar uma espécie de rutura ou corte com o sistema reativo tradicional de policiamento” (Barradas, 2011, p.21).

Este modelo assenta em duas estratégias principais: desenvolver e implementar novas formas de organização policial e novas técnicas de proximidade e visibilidade no relacionamento diário entre o guarda e o cidadão; e estabelecer programas específicos focados em problemas concretos nos grupos que são mais vulneráveis. Estas estratégias têm como objetivo dissuadir comportamentos desviantes e eliminar focos geradores de atos ilícitos, contribuindo para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos (GNR/CO/DO, 2010).

Resultante dos princípios a que nos referimos no parágrafo anterior, surgiram os Programas Especiais na GNR. Estes direcionam esforços, essencialmente, para problemas específicos que, pela sua vulnerabilidade, merecem a atenção das forças de segurança. Entre os vários planos de operações no âmbito dos programas especiais de policiamento de proximidade destacam-se os planos sazonais e não sazonais. Os primeiros dizem respeito ao serviço contínuo prestado ao longo do ano. Nos planos sazonais destinados à comunidade escolar, realçam-se as visitas de alunos às instalações da GNR, as ações de sensibilização e as demonstrações realizadas pelos militares. Destacamos também os planos não sazonais pela sua relevância nas Secções de Programas Especiais (SPE). Nas SPE

temos os NES que têm como função realizar ações de sensibilização sobre várias temáticas (prevenção rodoviária, maus tratos, *bullying*, entre outros) direcionadas para a comunidade escolar (professores, alunos e encarregados de educação); os Núcleos de Idosos em Segurança (NIS) que têm como objetivo realizar ações de sensibilização sobre os vários temas (prevenção de burlas, segurança em casa, notas falsas, entre outros) à população idosa e isolada; e os Núcleos de Comércio Seguro (NCS) que visam realizar em parceria com instituições locais, ações de sensibilização sobre vários temas (segurança no estabelecimento comercial, notas falsas, entre outros) aos comerciantes (NEP n.º 3.58, 2011).

#### **4.2. Estrutura dos Programas Especiais**

No seu enquadramento geral, a NEP n.º 3.58 destaca a importância do policiamento de proximidade na necessidade de esclarecimento/informação da comunidade local. Essa informação pormenorizada habilita e potencia os diversos Comandos Territoriais (CTer) com poder de antecipação e previsão, permitindo uma atuação com maior proficiência da atividade operacional em geral e, em particular, da atividade desenvolvida pelos Programas Especiais. Sentiu-se assim a necessidade de apostar num serviço de qualidade, focado no sentimento de segurança da população local. Este sentimento de segurança, passa essencialmente por um trabalho permanente de diagnóstico local, através de uma ligação direta com as forças vivas locais.

A NEP n.º 3.58 GNR/CO/DO, vem regulamentar o funcionamento dos Programas Especiais de policiamento de proximidade da GNR. Este documento apresenta-nos a seguinte estrutura<sup>16</sup>:

- ao nível do Comando Operacional (CO), a Repartição de Programas Especiais (RPE) encontra-se integrada na Divisão de Emprego Operacional da Direção de Operações do Comando Operacional;
- ao nível do CTer, um oficial para a área dos Programas Especiais encontra-se na Secção de Operações de Treino e Relações Públicas (SOTRP);
- ao nível do DTer, as SPE, constituídas por três núcleos, o NES, o NCS e o NIS, sendo organizadas de acordo com as características da zona de ação.

---

<sup>16</sup> Ver Apêndice C - Estrutura do funcionamento dos Programas Especiais.



A RPE tem como principais competências proceder ao estudo e apresentar propostas de organização dos Programas Especiais da Guarda; elaborar, difundir e assegurar a coordenação do cumprimento das diretivas e orientações relativas aos Programas Especiais; elaborar dados estatísticos relativos à atividades desenvolvida pelos programas especiais; e assegurar a ligação da Guarda com instituições e organismos responsáveis pelos vários Programas Especiais (NEP n.º 3.58, 2011).

Em cada CTer existe um oficial que pertence à SORTP e que assegura a coordenação, na zona de ação do respetivo CTer, no cumprimento das diretivas e orientações, emanadas do Comando Geral, no que diz respeito à prevenção criminal no âmbito dos Programas Especiais (NEP n.º 3.58, 2011). Quando as diretivas e orientações chegam à SORTP do CTer, estas são difundidas às SPE de cada DTer por forma a dar cumprimento ao que foi emanado.

A NEP n.º 3.58 estipula que o efetivo de uma SPE deve ser, por referência, de 7 a 10 militares, e deve integrar, preferencialmente, militares de ambos os sexos. Estas SPE devem, de um modo geral, desenvolver diversas atividades no âmbito dos Programas Especiais e promover o contacto próximo com a comunidade local. Por fim, temos os NES que vão pôr em prática as linhas orientadoras definidas por toda a estrutura dos Programas Especiais. Os NES devem diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas e promover uma cultura de segurança nas mesmas. Desta forma, devem ser o elo de ligação privilegiado da GNR com toda a comunidade escolar, tendo por base um modelo de atuação pró-ativo.

Para Copeto (2011, p.50) os Programas Especiais foram “criados em consonância com a implementação do primeiro programa especial, o Programa Escola Segura, para dar respostas ao solicitado pela tutela neste âmbito, tendo assim nascido os Núcleos Escola Segura (NES)”.

Estas secções são dotadas de recursos próprios, tendo a GNR à sua disposição um efetivo total a nível nacional de 309 militares, 151 viaturas ligeiras e 28 motos. Sempre que necessário, são reforçadas e apoiadas pelos efetivos dos PTer's, pelos Destacamentos de Trânsito e ainda, pela Unidade de Intervenção (UI), pela Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE) e pela Escola da Guarda (EG) (GNR/CO/RPE, 2014)<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Ver Anexo C - Efetivos e meios das SPE (ano letivo 2013/2014).

### 4.3. Programa Escola Segura

A ocorrência de comportamentos desviantes e/ou anti-sociais em ambiente escolar vem importunar o sentimento de segurança das crianças, tão essencial ao desenvolvimento de uma educação de sucesso e de qualidade (Despacho MAI e ME n.º 25 650/2006, de 19 de dezembro – Regulamento do PES).

O PES surgiu através de um protocolo celebrado entre os Ministérios da Administração Interna (MAI) e da Educação (ME) em 1992, embora os seus objetivos só viessem a ser regulamentados em fevereiro de 2005. As origens do PES remontam a 1992 e 1993 e, tendo em conta os contornos inquietantes do problema, estabeleceram-se dois protocolos entre o MAI e ME. O primeiro protocolo (1992) possuía uma abrangência de 18 escolas protocoladas, todas pertencentes aos distritos de Lisboa e Setúbal. No ano seguinte (1993), o protocolo foi estendido a mais 28 escolas dos distritos do Porto e Faro (Santos, 2011, p.13).

A redefinição da estrutura organizacional do PES foi regulamentada pelo Despacho n.º 25 650/2006, de 19 de dezembro, onde assinala que o “programa constitui um modelo de atuação pró-activo, centrado nas escolas, que visa garantir a segurança, prevenindo e reduzindo a violência, comportamentos de risco e incivilidades, bem como melhorar o sentimento de segurança no meio escolar e envolvente, com a participação de toda a comunidade”<sup>18</sup>.

Este programa tem como objetivos prioritários, entre outros, “promover uma cultura de segurança nas escolas”, “diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas”, “determinar, prevenir e erradicar a ocorrência de comportamentos de risco e/ou de ilícitos nas escolas e nas áreas envolventes” e “promover, de forma concertada com os respetivos parceiros, a realização de ações de sensibilização e de formação sobre a problemática da prevenção e da segurança em meio escolar, destinadas às forças de segurança”<sup>19</sup>.

Os NES afetos ao PES são entendidos como um primeiro nível de atuação policial numa perspetiva de sensibilização e pedagogia, com vista à prevenção da criminalidade. Estes núcleos são constituídos por elementos que executam este serviço quase que em exclusividade, não impedindo, no entanto, que os restantes elementos das forças de

---

<sup>18</sup> Cfr. o art.º 2º n.º 1 do Despacho 25 650/2006, de 19 de dezembro.

<sup>19</sup> Cfr. o art.º 3º n.º 3 do Despacho 25 650/2006, de 19 de dezembro.

segurança, no cumprimento do seu serviço intervenham quando necessário (Poiares, 2011, p.28).

Este programa assenta nos seguintes princípios estratégicos: “a territorialização do programa ao nível local, centrando-o nas escolas, com a participação ativa de toda a comunidade”; “a promoção e desenvolvimento de parcerias quer ao nível nacional, quer ao nível local”; “a formação destinada a todos os elementos da comunidade educativa e aos elementos das forças de segurança envolvidos no programa”; e “a monitorização dos fenómenos de violência, comportamentos de risco e incivilidades nas escolas”<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Cfr. o art.º 4º do Despacho n.º 25 650/2006, de 19 de dezembro.

## **Capítulo 5**

### **Metodologia e Procedimentos**

#### **5.1. Método de abordagem**

Para Quivy & Campenhoudt (2008, p.25), o método não é mais do que “formalizações particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínios estudados”. O método científico é composto por um conjunto de regras básicas que tem como objetivo obter conhecimento científico.

Freixo (2011, p.77) sistematiza três métodos que derivam diretamente do método científico: o método indutivo, que valoriza a experiência como ponto de partida, permitindo observar a realidade e efetuar uma generalização para chegar à formulação científica; o método dedutivo, que parte da lei geral, ou seja, da teoria, para deduzir as consequências lógicas aplicáveis à realidade; e o método hipotético-dedutivo que combina os dois métodos anteriores, uma vez que o investigador precisa tanto de recorrer aos dados para confirmar a teoria, como da teoria para explicar os dados.

A investigação empírica do presente trabalho seguiu o método hipotético-dedutivo. Esse método prevê que numa fase inicial do estudo se formulem hipóteses para, através de métodos e técnicas de recolha de dados adequados, se verificar se as mesmas são falsas ou verdadeiras (Freixo, 2011, p.100).

Neste campo, optou-se por efetuar um estudo de caso no CTer de Lisboa. O estudo de caso deste trabalho versa sobre os DTer's do CTer de Lisboa<sup>21</sup> pelo facto de terem uma área bastante abrangente e onde as ocorrências criminais nas escolas têm aumentado nos últimos anos. No ano letivo de 2013/2014 registaram-se 124 ocorrências criminais, representando 13% de ocorrências do total a nível nacional<sup>22</sup>. Verifica-se aqui a importância dos militares dos NES dos DTer's na prevenção da violência escolar, no policiamento das escolas e na resolução de incidentes. Patton (*apud* Santos, 2000, p.193) considera que “os estudos de caso são particularmente úteis quando se pretende

---

<sup>21</sup> Ver Apêndice B - Caracterização da área de estudo.

<sup>22</sup> Ver Anexo D - Ocorrências criminais participadas por tipo de crime (ano letivo 2013/2014).

compreender determinados indivíduos, determinado problema ou uma situação particular, em grande profundidade”.

Assim, procurando alcançar essa profundidade descritiva e analítica, recorreu-se à análise documental, designadamente de dados estatísticos e outros e, posteriormente, procedeu-se à aplicação de um inquérito por entrevista, instrumento que permite ao investigador obter “informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.192).

O facto de utilizar diversos métodos para a recolha de dados, permite ao investigador recorrer a várias perspetivas sobre a mesma situação, bem como obter informações de diferente natureza e proceder a comparações entre diversas informações, efetuando assim a triangulação da informação obtida (Igea, et al. *apud* Ferreira & Calado, 2005, p.1).

## **5.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados**

Como já foi referido anteriormente, esta investigação assenta em duas técnicas de recolha de informação, a análise documental complementada pela realização de entrevistas e, conseqüente, análise de conteúdo.

Quivy & Campenhoudt (2008, p.202) consideram duas variantes na recolha de dados documentais: por um lado, a recolha de dados estatísticos e, por outro, a recolha de documentos de forma textual provenientes de instituições e de organismos públicos e privados ou de particulares. As entrevistas, por sua vez, na definição de Ketele (*apud* Sousa & Baptista, 2011, p.79) caracterizam-se como “um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas cuidadosamente selecionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações”.

Este trabalho contém uma análise de dados estatísticos relativamente aos dados obtidos pelos Programas Especiais dos DTer’s, que foram fornecidos pelo CO/RPE e pelo CTer de Lisboa. Além disso, este trabalho reveste-se de uma análise documental a nível de legislação, normas internas e documentos oficiais da GNR, livros/manuais e dissertações/teses.

### 5.2.1. Análise documental

Os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação (Flores *apud* Ferreira & Calado, 2005, p.3). A análise documental assenta “no pressuposto que existe uma diferença entre o autor e o leitor, havendo a possibilidade de múltiplas interpretações” (Santos, 2000, p.213).

Assim, numa primeira fase, esta análise, que se traduziu numa parte significativa da revisão da literatura, deu prevalência a fontes de informação primárias<sup>23</sup>, como por exemplo, relatórios internos da GNR, dados de ocorrências em ambiente escolar, diplomas legais, e, fontes de informação secundárias<sup>24</sup>, como livros e algumas teses e dissertações de autores reconhecidos nos demais assuntos que abordamos.

Numa segunda fase, a análise documental também foi essencial para complementar a análise de resultados. Nesta fase, optou-se pela análise de fontes primárias, nomeadamente, relatórios internos e dados estatísticos da GNR.

A caracterização do fenómeno do *bullying* e a perceção de como se expressa nas escolas portuguesas, que constam dos objetivos desta pesquisa, foi essencialmente baseada em dados estatísticos fornecidos pela RPE. Com esses dados quantificamos certos tipos de ocorrências desde o ano 2009 ao ano de 2014, permitindo inferir qual a tendência evolutiva do fenómeno da violência escolar.

Visto o crime de violência escolar e de *bullying* não estarem tipificados na lei, tornou-se necessário enquadrar certos tipos de crimes que estão, de algum modo, relacionados com o *bullying*. Atendendo à análise feita na revisão da literatura acerca deste fenómeno, nomeadamente aos tipos e manifestações de *bullying* identificados, consideramos os crimes de furto, roubo, injúria/ameaça e ofensa à integridade física como aqueles mais frequentes na prática de *bullying*.

Continuando a atender aos objetivos do estudo, tornou-se essencial a análise documental dos vários relatórios internos e de planos de atividades da GNR durante o

---

<sup>23</sup> As fontes de informação primárias ocorrem em diversas formas das quais se salientam neste trabalho: documentos originais e documentos produzidos por uma organização (Correia & Mesquita, 2014, p.59).

<sup>24</sup> As fontes de informação secundárias contêm interpretações e avaliações da evidência veiculada pelas fontes primárias (Correia & Mesquita, 2014, p.59).

período de 2009 a 2014<sup>25</sup>, com o objetivo de analisar e identificar modalidades de ação e boas práticas relativamente à prevenção da violência escolar e do *bullying*. Este tipo de fontes permitiu-nos obter informações oficiais acerca da atividade da GNR no que concerne às ações dos NES nestes últimos anos.

### 5.2.2. A entrevista

A realização de entrevistas revelou-se imprescindível para a obtenção de informação capaz de satisfazer os objetivos predeterminados e conferiu ao investigador a possibilidade de aceder a dados com “um grau máximo de autenticidade e profundidade” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.192). As entrevistas tinham por objetivo recolher o conhecimento e a experiência de vários elementos ligados à GNR e de entidades civis que, pelas funções que desempenham, têm um papel decisivo no que respeita à prevenção da violência escolar.

Para Quivy & Campenhoudt (2008), existem três possibilidades no campo da recolha de informações: estudar a totalidade da população, estudar uma amostra representativa da população e, por último, estudar componentes não estritamente representativas, mas características da população. Deste modo, optou-se pela terceira possibilidade em que a amostra compreende oficiais, militares e civis que estão ligados à GNR e que têm funções e responsabilidades diferentes: quanto à tipicidade das funções desempenhadas; quanto ao conhecimento sobre a temática abordada; e quanto à experiência profissional relacionada com a realidade em questão. Adicionalmente, impunha-se também a necessidade de reunir os testemunhos de profissionais pertencentes às diversas entidades públicas e privadas com alguma responsabilidade na abordagem do fenómeno de violência escolar e do *bullying*. A caracterização da amostra, feita mais adiante, esclarecerá quanto ao perfil e ao tipo de entrevistados.

Optou-se por aplicar entrevistas semi-estruturadas, que se caracterizam por seguir um guião com um conjunto de tópicos, dando “liberdade ao entrevistado, embora não o deixe fugir muito do tema” (Sousa & Baptista, 2011, p.80).

Assim sendo, aplicamos entrevistas com o recurso a três guiões<sup>26</sup>, que divergiam em algumas perguntas consoante o grupo inquirido. Como já foi referido anteriormente,

---

<sup>25</sup> Estes foram os dados mais recentes que se obteve através da RPE.

<sup>26</sup> Ver Apêndices D, E e F - Guião da entrevista aos grupos A, B e C.

optamos por elaborar estes guiões de entrevista consoante as funções, cargos e conhecimento dos entrevistados sobre a matéria abordada neste trabalho.

O período temporal para a realização das entrevistas decorreu entre os dias 5 de fevereiro e 9 de julho de 2015. Numa primeira fase, foi entregue uma carta de apresentação<sup>27</sup> para dar a conhecer o teor da investigação. Antes da realização pediu-se o consentimento para efetuar a gravação da entrevista como forma de garantir uma transcrição fiel, completa e com rigor.

Depois de se efetuar a transcrição, organizaram-se as respostas através de quadros de análise de conteúdo. A extensão de algumas respostas obrigou à síntese no sentido de se extrair unicamente os conteúdos considerados mais importantes para atingir os objetivos propostos. Porém, importa precisar que as sinopses retêm as ideias principais, bem como mantêm sempre as palavras do entrevistado.

### **5.3. Caracterização da amostra**

A amostra em estudo é constituída por três grupos. Para o primeiro grupo selecionaram-se dois oficiais e um civil que exercem funções ao nível da prospeção, controlo, produção e doutrina da atividade operacional da GNR. Neste nível pretendeu-se ver quais as orientações estratégicas delineadas pela GNR no âmbito dos Programas Especiais de policiamento de proximidade.

Um segundo grupo é composto pelos Comandantes dos DTer's e os seus militares dos NES do CTer de Lisboa. A escolha deste grupo teve como objetivo obter a perceção de quem está na atividade operacional e de quem trabalha diretamente, no dia-a-dia, com o problema da violência escolar. Neste sentido, entrevistamos os Comandantes e dois militares dos NES de cada DTer do CTer de Lisboa.

A resolução dos problemas da violência escolar exige uma cooperação próxima entre a comunidade escolar, entidades civis e forças de segurança. Neste sentido, tornou-se também necessário perceber como funciona a relação entre a GNR e as entidades civis com autonomia funcional que visam promover os direitos das crianças e jovens ou que visam promover e desenvolver a sua segurança, formação e educação. Para tal, entrevistámos um terceiro grupo, constituído por uma Assessora Técnica da Direção e Coordenadora dos

---

<sup>27</sup> Ver Apêndice G- Carta de Apresentação.



Serviços Centrais da área do Porto da APAV; um Elemento da Equipa Técnica de Apoio aos distritos de Portugal a sul do Tejo da CNPCJR; o Presidente da CONFAP; e o Diretor do Agrupamento de Escolas Venda do Pinheiro.

Em suma, a amostra definida para o presente estudo expressa-se nos Quadros n.º 2, n.º 3 e n.º 4 e consiste em três grupos distintos compostos por um total de 22 entrevistados.

**Quadro n.º 2 - Dados sociodemográficos dos entrevistados do grupo A**

<b>Entrevistado (E)</b>	<b>Posto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Função</b>
E1	Major	Comando Geral	Chefe da RPE
E2	Tenente-Coronel	Comando Geral	Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (DPERI)
E3	Técnica Superior	Comando Geral / Direção de Formação do Regimento de Sapadores Bombeiros	Ex-Assessora da Divisão de Ensino (DE) / Adjunta do Comando

**Quadro n.º 3 - Dados sociodemográficos dos entrevistados do grupo B**

<b>Entrevistado (E)</b>	<b>Posto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Função</b>
E1	Capitão	DTer de Alenquer	Comandante do DTer de Alenquer
E2	Capitão	DTer de Sintra	Comandante do DTer de Sintra
E3	Capitão	DTer de Vila Franca de Xira	Comandante do DTer de Vila Franca de Xira
E4	Tenente	DTer de Mafra	Comandante em substituição do DTer de Mafra
E5	Capitão	DTer de Torres Vedras	Comandante do DTer de Torres Vedras
E6	Cabo	DTer de Alenquer	Chefe da SPE do DTer de Alenquer
E7	Guarda Principal	DTer de Alenquer	Elemento da SPE do DTer de Alenquer
E8	Cabo Chefe	DTer de Sintra	Chefe da SPE do DTer de Sintra
E9	Guarda Principal	DTer de Sintra	Elemento da SPE do DTer de Sintra
E10	Cabo	DTer de Vila Franca de Xira	Chefe da SPE do DTer de Vila Franca de Xira
E11	Cabo	DTer de Vila Franca de Xira	Elemento da SPE do DTer de Vila Franca de Xira
E12	Cabo Chefe	DTer de Mafra	Chefe da SPE do DTer de Mafra
E13	Cabo	DTer de Mafra	Elemento da SPE do DTer de Mafra
E14	Cabo Chefe	DTer de Torres Vedras	Chefe da SPE do DTer de Torres Vedras
E15	Guarda Principal	DTer de Torres Vedras	Elemento da SPE do DTer de Torres Vedras

Quadro n.º 4- Dados sociodemográficos dos entrevistados do grupo C

Entrevistado (E)	Instituição	Função
E1	APAV	Assessora Técnica da Direção e Coordenadora dos Serviços Centrais da área do Porto
E2	CNPCJR	Elemento da Equipa Técnica de apoio aos distritos de Portugal a sul do Tejo
E3	CONFAP	Presidente da CONFAP
E4	Agrupamento de Escolas Venda do Pinheiro	Diretor do Agrupamento de Escolas Venda do Pinheiro

#### 5.4. Registo e tratamento de dados

Segundo Reis (2010, p.114) “a análise dos dados é o processo sistemático de pesquisa e de organização de transcrições de entrevistas ou de outros instrumentos de recolha de dados, com o objetivo de aumentar a compreensão desses materiais”.

Quivy & Campenhoudt (2008, p.216) consideram que o registo e o tratamento de dados compreende as seguintes operações: a descrição e preparação dos dados necessários para testar as hipóteses; a análise das relações entre variáveis; e a comparação dos resultados observados com os resultados esperados a partir da hipótese. Somente com uma análise da informação obtida se poderão testar as hipóteses de uma forma credível. Nesta investigação optou-se por uma análise descritiva dos dados que, segundo Reis (2010, p.115), “permite fazer uma descrição geral da amostra e a apresentação dos dados em quadros”.

Depois de concluída a realização das entrevistas, procedeu-se à análise de conteúdo<sup>28</sup> através de um processo composto por três fases: a classificação dos dados recolhidos, a sua codificação e a sua tabulação. Na primeira fase, foram agrupadas as respostas de todos os entrevistados de cada grupo para cada questão. De seguida, procedeu-se à codificação em segmentos para cada resposta de acordo com a sua categorização<sup>29</sup>. Por último, foram analisadas as categorias em tabelas.

<sup>28</sup> Ver Apêndice H - Análise de conteúdo das entrevistas do grupo A, B e C.

<sup>29</sup> Ver Apêndice I - Matriz de codificação alfanumérica das entrevistas do grupo A, B e C.

## **Capítulo 6**

### **Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados**

#### **6.1. Análise documental**

Como já foi anteriormente referido, a violência escolar e o fenómeno do *bullying* ainda não estão especificamente previstos a nível legal. Por conseguinte, isto revela que para fazer uma análise desse fenómeno, tornou-se necessário delimitar alguns comportamentos<sup>30</sup> que os alunos praticam nas escolas e que estão previstos na lei<sup>31</sup>. Nesse sentido, analisamos a evolução temporal das ocorrências criminais participadas pelos militares dos Programas Especiais nas escolas de todos os CTer's desde o ano 2009 ao ano de 2014. Essa análise foi feita a nível nacional e posteriormente ao nível do CTer de Lisboa. Note-se que esta análise só pode ser feita ao nível do CTer uma vez que nem todos os DTer's tinham esses dados.

A recolha de dados também nos permitiu verificar, a nível nacional e a nível do CTer de Lisboa, a evolução relativamente ao número de ações de sensibilização e demonstrações realizadas pelos militares dos NES e das visitas às instalações das subunidades GNR por parte de alunos e professores.

Também analisamos os meios adstritos a cada SPE, ou seja, quantos militares dispõe cada secção e que meios auto (viaturas ligeiras e ciclomotores/motociclos) lhes são atribuídos. Para além disso, conferimos o número de estabelecimentos escolares, que vão desde os jardins de infância, escolas básicas, escolas secundárias, escolas cooperativas, colégios privados, até às escolas profissionais. Conferimos também o número de alunos que cada DTer tem sob a sua responsabilidade.

---

<sup>30</sup> A escolha destes crimes teve por base o conjunto de comportamentos elencados na Quadro n.º 1 – Tipos e manifestações de *bullying*.

<sup>31</sup> Esses crimes estão previstos no Código Penal.

### 6.1.1. Dados do Programa Escola Segura do CTer Lisboa

A nível nacional, o PES registou no ano letivo de 2013/2014 um total de 970 ocorrências<sup>32</sup> relativos aos 18 CTer's. Tendo em conta os tipos de *bullying* apresentados durante a revisão da literatura (Quadro n.º 1), destacamos nesse ano letivo um total de 313 ocorrências de ofensas à integridade física, 22 ocorrências de roubo, 266 ocorrências de furto e 112 ocorrências de injúria e ameaça. Verificamos que a maioria destes crimes ocorre no interior das escolas (1º Nível)<sup>33</sup>.

Durante o referido ano letivo, a GNR empenhou um total de 81 642 horas no patrulhamento de militares apeados, 214 069 horas em patrulhamento em veículos da escola segura, 2 629 horas no patrulhamento em ciclomotores/motociclos, 1 277 horas no patrulhamento a cavalo e 92 horas no patrulhamento com cães<sup>34</sup>. Foram efetuadas 616 demonstrações por parte dos militares e 10 099 ações de sensibilização/informação junto dos estabelecimentos de ensino na zona de atuação da GNR. As subunidades da GNR também foram visitadas em 321 ocasiões. Registou-se um total de 25 260 horas no âmbito destas atividades<sup>35</sup>.

No que concerne ao CTer de Lisboa, este é composto por cinco DTer's, cada um com uma SPE. Podemos verificar nas Figuras<sup>36</sup> n.º 2, n.º 3 e n.º 4 que durante o ano letivo de 2013/2014, foram realizadas 659 ações de sensibilização e 40 demonstrações por parte das várias SPE do CTer de Lisboa.

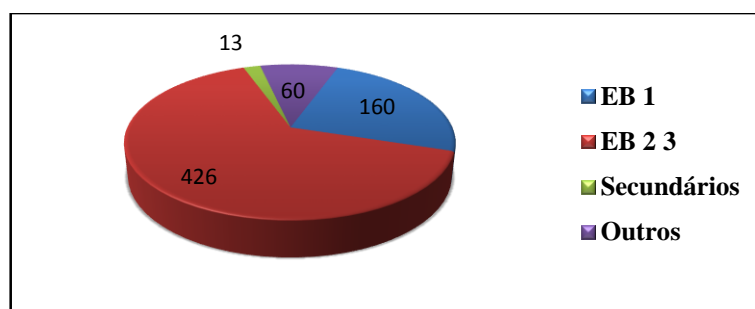


Figura n.º 2 - Ações de sensibilização das SPE do CTer de Lisboa

Fonte: GNR/CO/RPE, 2014

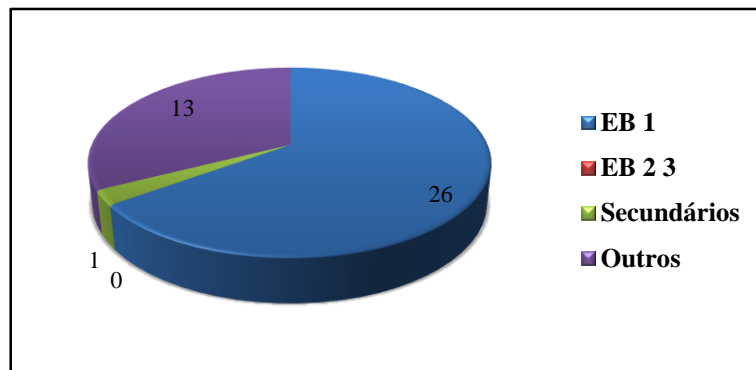
<sup>32</sup> Essas ocorrências são: ameaça à bomba, furto, roubo, posse e uso de arma, vandalismo/dano, injúria/ameaça, ofensa à integridade física, posse e consumo de estupefacientes, ofensas sexuais e outros.

<sup>33</sup> 1º Nível – Interior das escolas; 2º Nível – Perímetro envolvente (50 m.); 3º Nível – Percorso casa/escola (GNR/CO/DO, 2010).

<sup>34</sup> Ver Anexo E - Empenhamento de meios do PES.

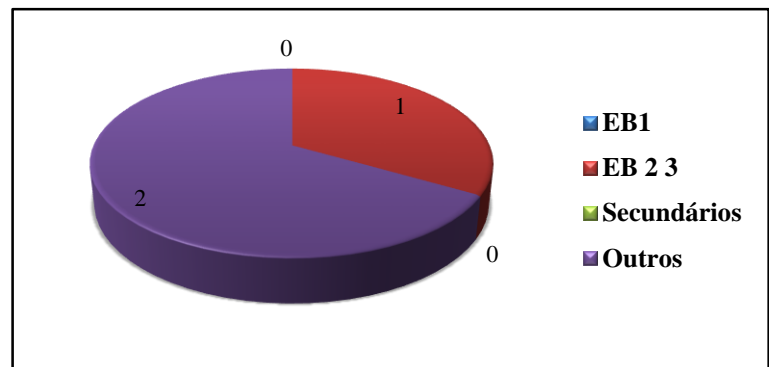
<sup>35</sup> Ver Anexo F - Ações de sensibilização, demonstrações e visitas do PES.

<sup>36</sup> Dados fornecidos pelos DTer's do CTer de Lisboa.



**Figura n.º 3 - Demonstrações realizadas pelas SPE do CTer de Lisboa**

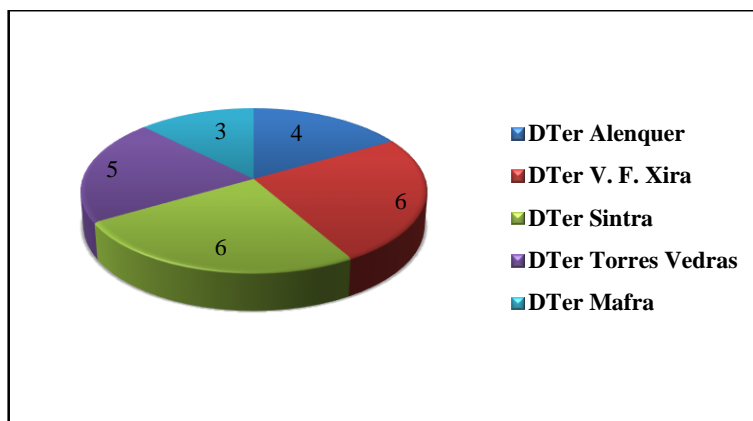
Fonte: GNR/CO/RPE, 2014



**Figura n.º 4 - Visitas realizadas às subunidades do CTer de Lisboa**

Fonte: GNR/CO/RPE, 2014

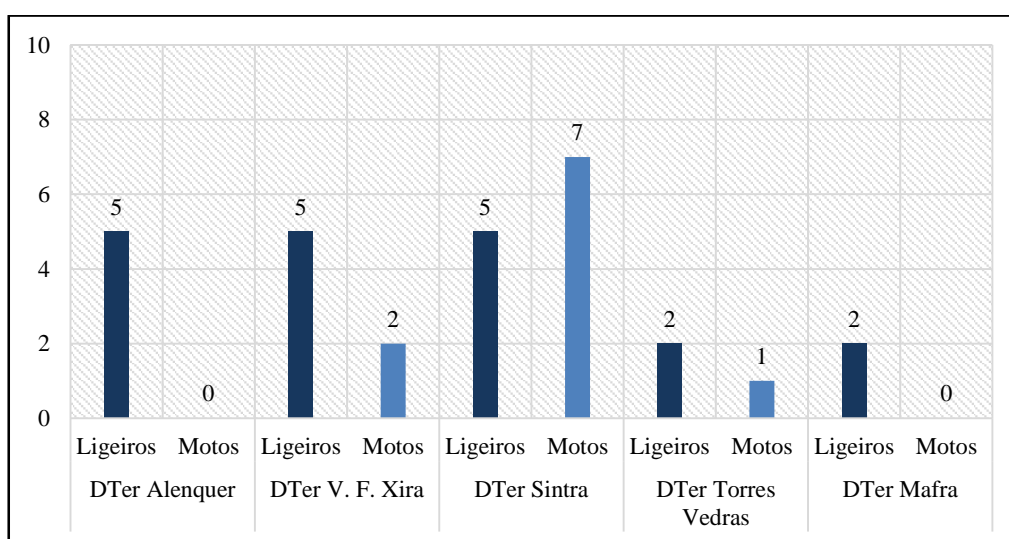
Como se pode verificar na Figura n.º 5, as SPE dos DTer's de Sintra e Vila Franca de Xira são os que têm mais elementos, sendo que Sintra só tem elementos masculinos e Vila Franca de Xira tem cinco elementos masculinos e um elemento feminino. De seguida, surge a SPE do DTer de Torres Vedras que dispõe de quatro elementos masculinos e um elemento feminino, e a SPE do DTer de Alenquer com três elementos masculinos e um elemento feminino. Por fim, o DTer de Mafra composto por dois elementos de sexo masculinos e outro de sexo feminino. Fazendo a ligação com o que está determinado na NEP 3.58 - que o efetivo total da SPE deve ser por referência, de 7 a 10 militares - verificamos que nenhuma SPE tem o número mínimo de militares definidos nesse diploma.



**Figura n.º 5 - N.º de militares das SPE do CTer de Lisboa**

Fonte: GNR/CO/RPE, 2014

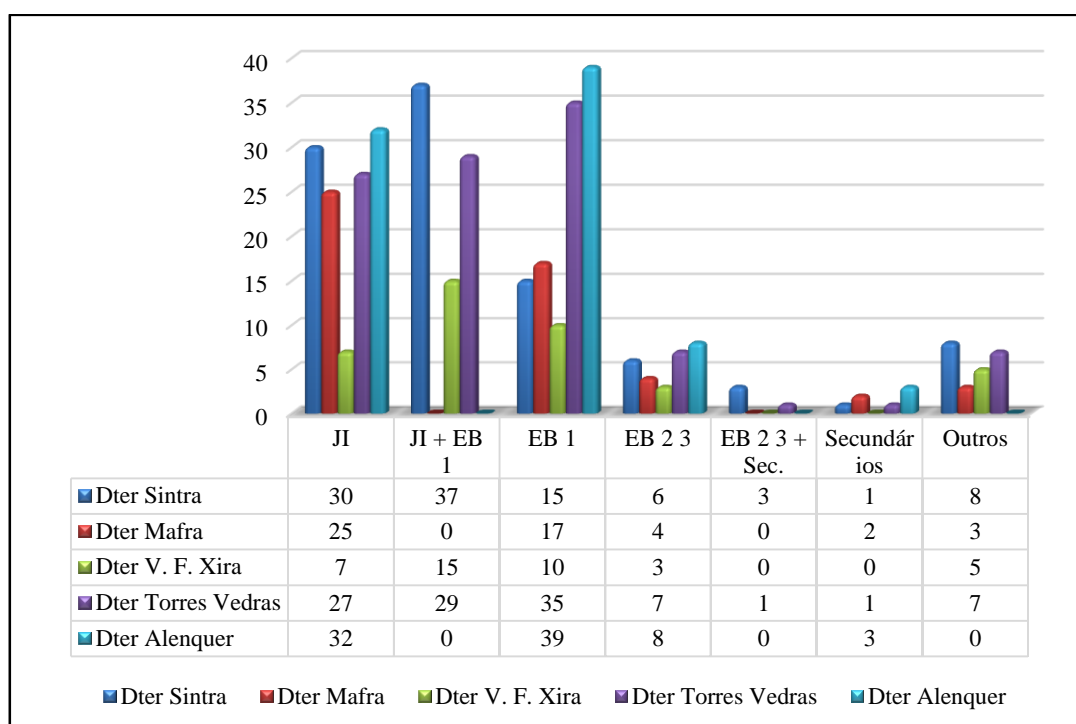
Relativamente aos meios de que as SPE dispõem, verificamos através da Figura n.º 6 um total de 19 viaturas ligeiras e 10 motos. As SPE dos DTer's de Sintra, Alenquer e Vila Franca de Xira têm ambas cinco viaturas ligeiras, enquanto que as SPE dos DTer's de Torres Vedras e Mafra dispõem de duas viaturas ligeiras. A SPE do DTer Sintra é aquela que dispõe de mais motos (7). De seguida, surge a SPE do DTer de Vila Franca de Xira com duas motos, e a SPE do DTer de Torres Vedras com uma moto atribuída. De referir também que as SPE de Alenquer e de Mafra não dispõem de nenhuma moto no seu dispositivo.



**Figura n.º 6 - Meios das SPE dos DTer's do CTer de Lisboa**

Fonte: GNR/CO/RPE, 2014

De seguida, apresentamos na Figura n.º 7 o número de estabelecimentos escolares<sup>37</sup> que cada DTer tem sob a sua responsabilidade. Verificamos que a SPE do DTer de Torres Vedras é a que têm o maior número de estabelecimentos escolares sob a sua responsabilidade, com um total de 107. Logo de seguida temos a SPE do DTer de Sintra com um total de 100. A SPE do DTer de Vila Franca de Xira é a que apresenta o menor número de estabelecimentos escolares sob a sua responsabilidade, com um total de 40. Noutra vertente, podemos constatar que os jardins de infância assumem uma grande preponderância juntamente com as escolas básicas 1. Desta feita, apurou-se um total de 121 jardins de infância e 116 escolas básicas 1 para o CTer de Lisboa.

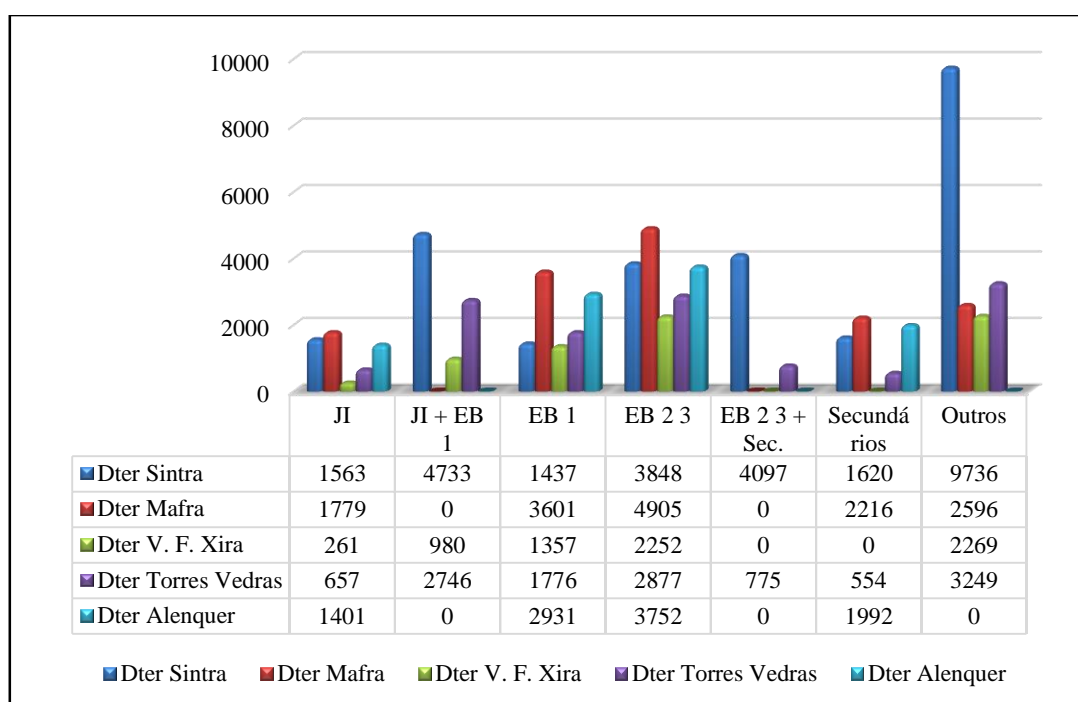


**Figura n.º 7 - N.º de estabelecimentos escolares por DTer do CTer de Lisboa**

Fonte: GNR/CO/RPE, 2014

<sup>37</sup> Jardins de Infância (JI); Jardins de Infância + Escolas Básicas (EB) 1 (JI + EB 1); Escolas Básicas 1 (EB 1); Escolas Básicas 2 3 (EB 2 3); Escolas Básicas 2 3 + Escolas Secundárias (EB 2 3 + Sec.); Escolas Secundárias (Sec.); e outros, que se podem constituir por colégios privados, escolas profissionais e/ou escolas cooperativas.

Por último, apresentamos na Figura n.º 8 o número de alunos por DTer's do CTer de Lisboa. De uma forma geral e, relacionado com a figura anterior, é possível verificar que o DTer de Sintra é o que tem mais alunos, com um total de 27 034 alunos. De seguida, surge o DTer de Mafra com 14 770 alunos e o DTer de Torres Vedras com 12 634. O DTer com menos alunos sob a sua responsabilidade é o DTer de Vila Franca de Xira, que tem um total de 7119 alunos.



**Figura n.º 8 - N.º de alunos adstritos aos estabelecimentos escolares dos DTer's do CTer de Lisboa**

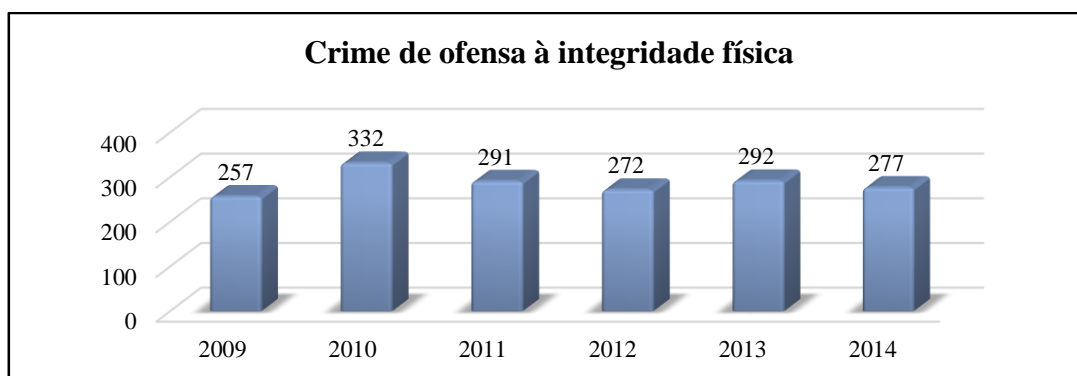
Fonte: GNR/CO/RPE, 2014

### **6.1.2. Ocorrências participadas de violência nas escolas a nível nacional**

As seguintes figuras elencadas nesta secção apresentam-nos a evolução das ocorrências dos crimes de furto, roubo, injúria/ameaça e ofensa à integridade física a nível nacional durante os últimos anos.

Constatamos na Figura n.º 9, que o crime mais praticado nas escolas é o crime de ofensa à integridade física com 277 ocorrências em 2014. Verificamos que este crime tem vindo a ser constante ao longo dos anos e que tem uma média anual de 287 ocorrências. De salientar que o ano de 2014 teve menos 55 casos que no ano 2010.

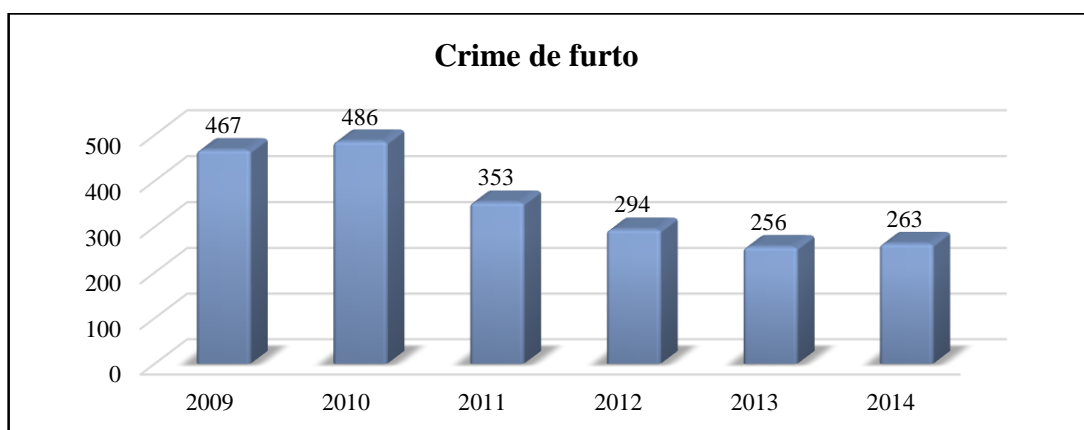




**Figura n.º 9 - Ocorrências participadas do crime de ofensa à integridade física nas escolas**

Fonte: GNR/CO/RPE, 2014

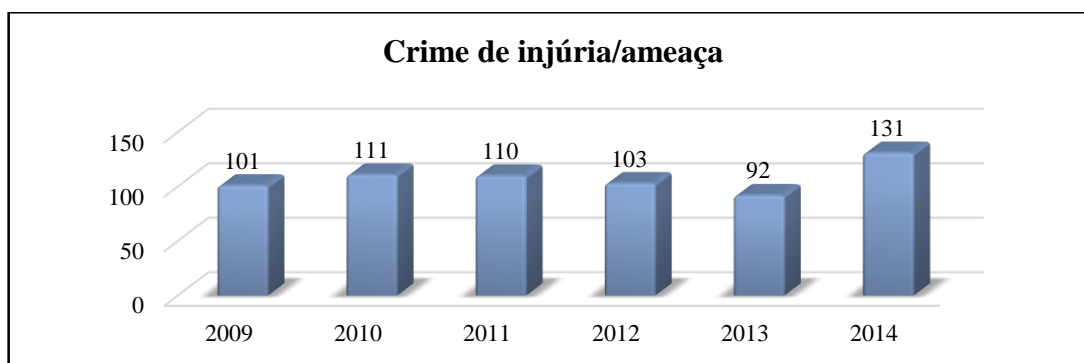
O segundo crime mais praticado no ano de 2014 é o crime de furto. Podemos observar na Figura n.º 10, que desde 2010 que o número de ocorrências tem vindo a decrescer, verificando-se uma diminuição de crimes de furto. Contrariamente ao que tem vindo a ocorrer, este crime aumentou do ano 2013 para o ano 2014. Apesar deste ligeiro aumento, verificamos que do ano 2009 ao ano 2014, este crime diminuiu 44%.



**Figura n.º 10 - Ocorrências participadas do crime de furto nas escolas**

Fonte: GNR/CO/RPE, 2014

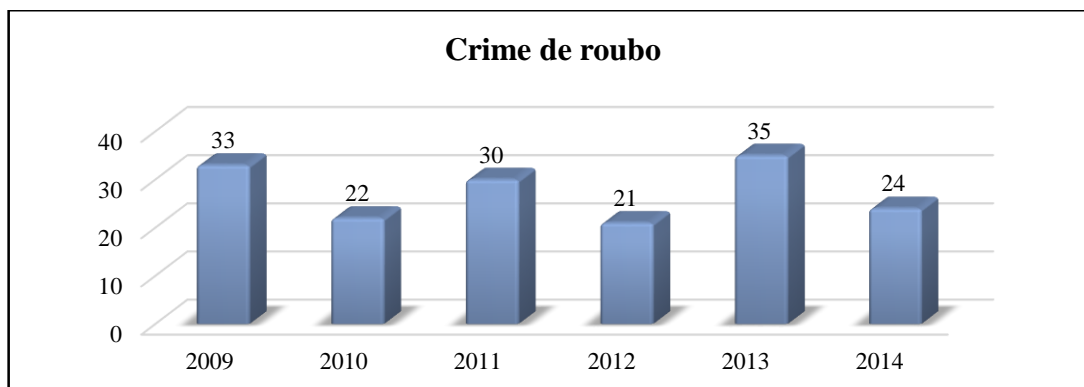
Por seu lado, a Figura n.º 11 revela que o crime de injúria/ameaça aumentou no ano 2014 relativamente ao ano anterior. A média anual entre os períodos de 2009 e 2014 é de 108 ocorrências. Do ano de 2013 para o ano de 2014, este crime aumentou consideravelmente, representando assim um crescimento de 30%



**Figura n.º 11 - Ocorrências participadas do crime de injúria/ameaça nas escolas**

Fonte: GNR/CO/RPE, 2014

Por fim, no que concerne ao crime de roubo verificamos na Figura n.º 12 que é o crime com menos ocorrências registadas nas escolas portuguesas. Este crime tem vindo a ser constante ao longo dos anos e tem uma média anual de 28 ocorrências.



**Figura n.º 12 - Ocorrências participadas do crime de roubo nas escolas**

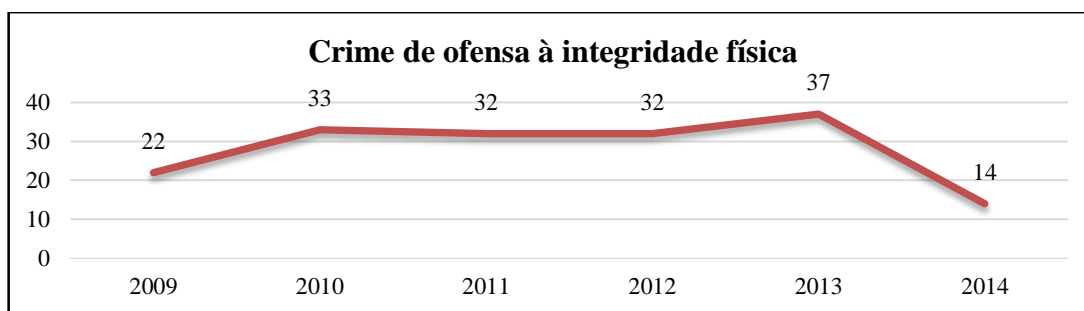
Fonte: GNR/CO/RPE, 2014

### **6.1.3. Ocorrências participadas de violência nas escolas a nível dos DTer's de Lisboa**

De seguida serão apresentados os dados relativamente à evolução das ocorrências participadas nos vários DTer's do CTer de Lisboa.

Como podemos constatar na Figura n.º 13 , o crime de ofensa à integridade física tem vindo a aumentar desde 2009 a 2013 mas teve uma descida significativa para o ano de

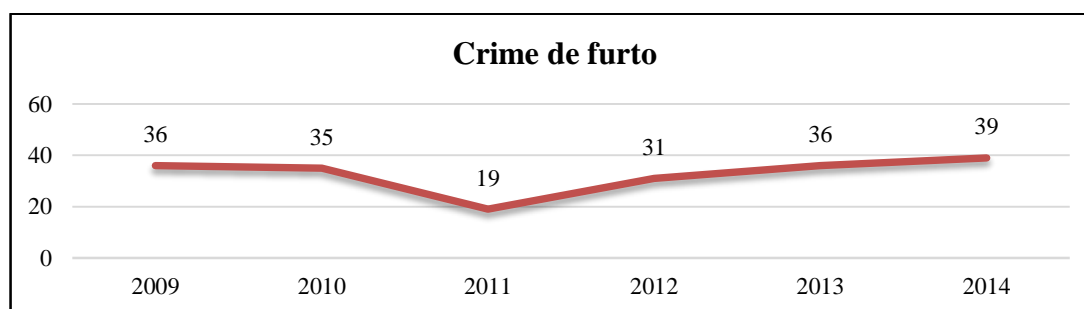
2014, registando apenas 14 ocorrências. Esta descida, representa uma diminuição de 62% na prática do crime de ofensas à integridade física. Estes números seguem a tendência dos resultados verificados a nível nacional.



**Figura n.º 13 - Ocorrências participadas de crimes de ofensa à integridade física nas escolas dos DTer's de Lisboa**

Fonte: GNR/CO/RPE, 2014

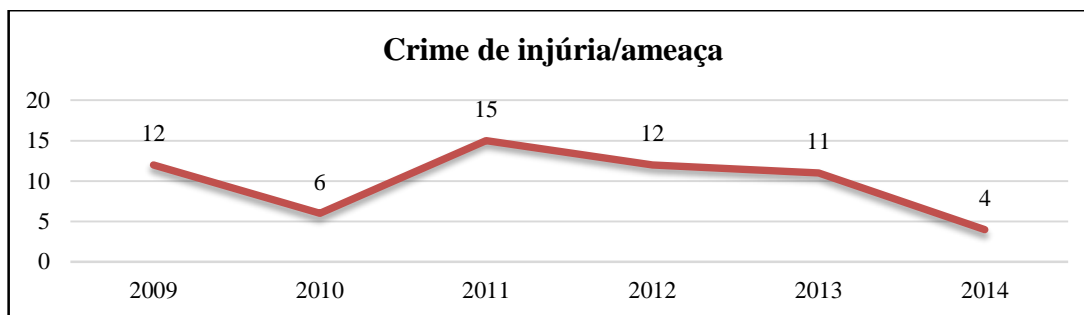
Contrariamente ao que se registou a nível nacional, verificamos na Figura n.º 14 que o crime mais praticado nas escolas dos DTer's de Lisboa é o crime de furto. Verificamos que este crime tem vindo a aumentar de 2009 até 2014. Esta evolução representa um aumento exponencial de 105%.



**Figura n.º 14 - Ocorrências participadas de crimes de furto nas escolas dos DTer's Lisboa**

Fonte: GNR/CO/RPE, 2014

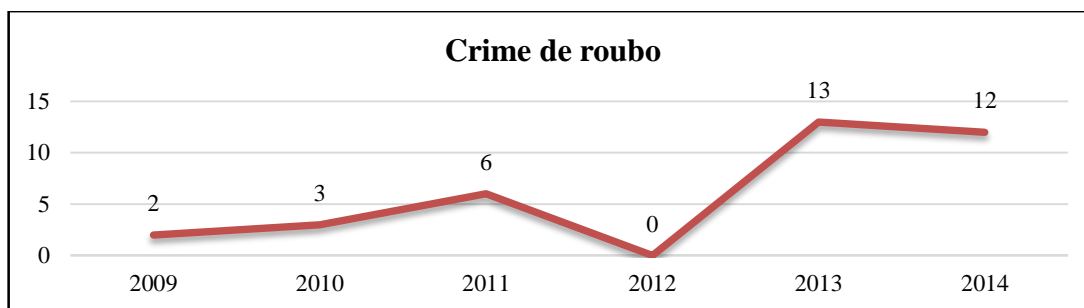
A Figura n.º 15 mostra-nos que este crime tem diminuído desde o ano de 2011 até ao ano de 2014. Desta feita, desde o ano de 2011 ao ano de 2014, o crime de injúria/ameaça diminuiu 73%.



**Figura n.º 15 - Ocorrências participadas de crimes de injúria/ameaça nas escolas dos DTer's Lisboa**

Fonte: GNR/CO/RPE, 2014

O crime de roubo (Figura n.º 16) nas escolas em Lisboa tem aumentado a partir do ano de 2012. O ano de 2013 teve um total de 13 ocorrências e o ano de 2014 teve um total de 12 ocorrências. Foram dois anos seguidos com níveis elevados comparativamente aos anos anteriores que contam com menos de metade dessas ocorrências. Apesar deste aumento, convém realçar que este é um crime pouco registado comparativamente aos outros.



**Figura n.º 16 - Ocorrências participadas de crimes de roubo nas escolas dos DTer's Lisboa**

Fonte: GNR/CO/RPE, 2014

## 6.2. Apresentação e análise dos resultados da entrevista A

Consoante a análise qualitativa realizada a cada questão das entrevistas realizadas ao grupo A, procede-se nesta secção à análise quantitativa da frequência de cada questão<sup>38</sup>. Esta análise consiste em calcular a frequência (f) e a percentagem (%) relativamente ao segmento obtido.

<sup>38</sup> Ver Apêndice J - Análise quantitativa das entrevistas do grupo A, B e C.

Na questão A1: **“Considera que o *bullying* está presente nas escolas portuguesas? De que modo?”**, a totalidade dos entrevistados considera que, de facto, o *bullying* está presente nas escolas portuguesas. O E1 afirmou que “o *bullying* apresenta-se sob forma de agressões físicas e ameaças aos alunos das nossas escolas”.

No que diz respeito à questão A2: **“Na sua opinião, quais são os principais fatores que fazem com que os alunos pratiquem *bullying*?”**, 67% dos entrevistados consideraram que os principais fatores associados à prática de *bullying* prendem-se com a questão de um aluno se querer superiorizar a outro e com a questão familiar onde os jovens estão inseridos. Como afirma E3, estes comportamentos surgem da “falta de acompanhamento dos pais e do facto destes alunos se quererem superiorizar perante outros alunos mais frágeis ou mais indefesos”.

Para a questão A3: **“Na sua opinião, que tipos de atos de *bullying* são mais frequentes entre alunos?”**, as conclusões são unânimes. Desta feita, todos os entrevistados concordaram que os atos de *bullying* mais praticados são as ofensas à integridade física, as ameaças e as injúrias.

A questão B1: **“Existe cooperação entre a GNR e outras instituições/associações na prevenção e no combate à violência escolar?”** reúne o consenso de todos os entrevistados. Assim, todos consideraram que existe cooperação entre a GNR e outras instituições/associações e, segundo o E3 “o que diferencia a GNR das outras forças de segurança é a sua inovação nos Programas Especiais e a sua capacidade em se relacionar com outras entidades”.

Do mesmo modo, para a questão B2: **“Considera importante o relacionamento da GNR com outras entidades para a prevenção da violência escolar? Porquê?”** todos os entrevistados responderam consoante o segmento B2.1. Isto significa que todos consideram importante que a GNR se relacione com outras entidades para a prevenção da violência escolar e do *bullying*. No entanto, como refere E3 “é preciso ter algum cuidado com as parcerias que se fazem, porque pode haver riscos de associação negativa para a GNR”.

Para a questão C1: **“Que modalidades de ação internas ou externas, desenvolve a GNR relativamente ao combate/prevenção do *bullying* nas escolas?”** apenas o E1 e o E3 responderam à questão. Ambos consideram que a formação interna dos militares dos NES e as ações de sensibilização são modalidades de ação desenvolvidas pela GNR na prevenção do *bullying*. Um exemplo dessa formação é a criação de um referencial de formação para todos os militares dos NES e a criação de cadernos pedagógicos que

abordam várias temáticas relacionadas com os Programas Especiais. A elaboração de protocolos e parcerias com entidades externas é também vista pelo E3, como uma modalidade de ação desenvolvida por parte da GNR.

Em complemento da questão anterior, formulou-se a questão C2: **“Que boas práticas realizadas pela GNR identifica relativamente à prevenção da violência escolar? E relativamente ao *bullying*?”**. As respostas são unânimes em assinalar que o patrulhamento diário realizado pelos militares dos NES é uma boa prática. Depois, dois entrevistados consideraram que a elaboração de protocolos e parcerias são outra boa prática adotada pela GNR. Um exemplo disso, é o protocolo realizado com a Microsoft com o objetivo de prevenir o *cyberbullying*. Por fim, um entrevistado destacou como boa prática as ações de sensibilização junto da comunidade escolar.

A questão C3: **“Na sua opinião, as ações de prevenção da GNR deveriam focar-se principalmente em que grupo da comunidade escolar? Porquê?”** também só foi respondida pelo E1 e pelo E3. As respostas de ambos foram diferentes. O E1 considerou que as ações de prevenção se deveriam focar nos alunos. O E3 teve uma visão mais abrangente, considerando que as ações de prevenção deveriam ser dirigidas a toda a comunidade escolar, ou seja, alunos, diretores, professores e encarregados de educação.

Para a questão D1: **“Qual é o papel do PES no combate à violência escolar e ao *bullying*?”** todos os entrevistados responderam de acordo com o segmento D1.1. Segundo este segmento, o papel do PES passa essencialmente pela prevenção da violência escolar.

Na questão D2: **“Considerando as atividades e resultados do Programa Escola Segura, por favor identifique as suas potencialidades e as vulnerabilidades.”** houve vários aspetos referenciados. Segundo o E1 e o E3, o PES tem como potencialidade a boa imagem institucional da GNR perante a comunidade. O E3 destacou ainda o facto deste programa adotar um modelo de policiamento de proximidade que permite à GNR estar mais próximo dos alunos.

Como vulnerabilidades, o E1 destacou a falta de recursos e a falta de uma especialização ao nível dos Programas Especiais. O E3 destacou apenas a falta de uniformização de procedimentos nas SPE, afirmando que “a GNR não pode ter centenas de militares que se esforçam e que se dedicam aos Programas Especiais, se depois não houver pacotes pedagógicos com uma linguagem uniforme para todo o território nacional”.

Para a questão F1: **“Como devem atuar os militares dos NES numa situação de *bullying*?”** também só responderam o E1 e o E3. Desta feita, o E1 afirmou que os militares dos NES, perante uma situação de *bullying*, deveriam identificar as partes envolvidas.

Afirmou também que estas situações deveriam ser comunicadas aos pais, aos professores e diretores de escola. Em situações de maior gravidade, os militares deveriam remeter o caso para o MP. O E3 tem uma visão ligeiramente diferente, ao considerar que nestas situações deve imperar o bom senso e que os militares deveriam resolvê-las com base na prevenção e no diálogo com as partes envolvidas.

Na questão F2: **“Considera que a realização de ações de sensibilização, demonstrações e visitas são suficientes para prevenir o *bullying* nas escolas?”** todos os entrevistados consideraram que não são suficientes. O E3 afirmou que, apesar de não serem suficientes, “são um excelente caminho para prevenir o *bullying*”.

No que concerne à questão F3: **“Considera que a formação dos militares dos NES é adequada para lidar com situações de *bullying*?”** o E1 e o E3 afirmaram que há falta de uma especialização para os militares dos Programas Especiais. Pelo contrário, o E2 considerou que os militares que estão afetos aos Programas Especiais tem características próprias para o desempenho das suas tarefas e que a sua formação é adequada ao desempenho de funções nos Programas Especiais.

Por fim, surge a questão F4: **“O que poderia aumentar a eficácia dos NES na prevenção do *bullying*?”**. Para esta questão, dois dos entrevistados consideraram que o que poderia aumentar a eficácia dos NES seria o reforço do efetivo com meios humanos, meios materiais e mais parcerias com entidades externas. Por seu lado, todos os entrevistados consideraram que o que aumentaria a eficácia dos NES seria o reforço na formação dos militares. Para o E1 “o principal neste momento seria a especialização, ou seja, os militares fiquem exclusivos a lidar com estas matérias”.

### 6.3. Apresentação e análise dos resultados da entrevista B

Consoante a análise qualitativa realizada a cada questão das entrevistas realizadas ao grupo B, procede-se nesta secção à análise quantitativa da frequência de cada questão<sup>39</sup>. Esta análise consiste em calcular a frequência (f) e a percentagem (%) relativamente ao segmento obtido.

Relativamente à questão A1: **“Considera que o *bullying* está presente nas escolas portuguesas? De que modo?”**, verifica-se que 14 (93%) dos entrevistados responderam

---

<sup>39</sup> Ver Apêndice J - Análise quantitativa das entrevistas do grupo A, B e C.

que o *bullying* está presente nas escolas portuguesas, tal como refere o E3, “o *bullying* está presente e é uma realidade nas escolas portuguesas”. Em contrapartida, apenas o E12 afirmou que o *bullying* “concretamente não existe”, representando assim uma percentagem de 10% dos entrevistados.

Quanto à questão A2: **“Na sua opinião, quais são os principais fatores que fazem com que os alunos pratiquem *bullying*?”**, os entrevistados identificaram vários fatores. O fator mais mencionado (53%) é o contexto familiar do agressor. De seguida, aparecem ambos com 40% de resposta, os fatores relacionados com o facto de um jovem se querer impor dentro de um grupo levando-o a praticar *bullying* sobre os outros (A2.4) e a situação socioeconómica (A2.5) dos jovens em questão. Surgem ainda explicações relacionadas com a ausência de valores, mencionada por três (20%) dos entrevistados. Por último surgem os fatores associados a problemas de comportamento do agressor como refere o E11.

À questão A3: **“Na sua opinião, que tipos de atos de *bullying* são mais frequentes entre alunos?”**, 87% dos entrevistados consideraram que as ameaças e as injúrias são os atos de *bullying* mais praticados. Aliado a esses atos, 73% consideraram que as ofensas à integridade física também são muito praticadas entre os alunos.

Para a questão B1: **“Que boas práticas realizadas pela GNR identifica relativamente à prevenção da violência escolar? E relativamente ao *bullying*?”**, os entrevistados identificaram diversas boas práticas. As boas práticas mais reconhecidas são as ações de sensibilização realizadas pelos militares dos NES. O E11 considerou que “as ações de sensibilização são uma forma de nos aproximarmos tanto dos alunos como dos pais”. Tanto o patrulhamento diário dos militares dos NES como a realização de parcerias com entidades externas à GNR são vistas como boas práticas por quatro entrevistados. A presença de militares nas reuniões de pais também é uma boa prática segundo três (20%) dos entrevistados. Por fim, a divulgação e a presença da GNR nas redes sociais provoca “um grande impacto” como referiu o E2.

A questão B2 foi formulada da seguinte forma: **“Na sua opinião, as ações de prevenção da GNR deveriam focar-se principalmente em que grupo da comunidade escolar?”**. Nesta questão, nove (60%) dos entrevistados consideraram que as ações de prevenção deveriam focar-se em toda a comunidade escolar, uma vez que “tem que ser um trabalho colaborativo entre toda a comunidade escolar, e nós nunca poderemos atuar isoladamente” como afirmou o E5. No entanto, 33% consideraram que estas ações deveriam focar-se essencialmente nos alunos e 20% nos encarregados de educação. Por



fim, o E3 afirmou que estas ações também deveriam focar-se nos professores, representando assim 7% das respostas.

Relativamente à questão C1: **“Considerando as atividades e resultados do Programa Escola Segura, por favor identifique as suas potencialidades e as vulnerabilidades”**, foram analisados aspetos positivos e negativos do PES. No que diz respeito às suas potencialidades, 87% realçaram o policiamento de proximidade dos militares dos NES, que como referiu expressamente o E6, permite criar “laços de confiança” com a comunidade escolar. A seguir aparece com 27% de respostas dadas, o facto positivo dos militares dos NES se focarem apenas nestas matérias, reforçando assim a ligação junto da comunidade escolar. Nas vulnerabilidades, o aspeto mais salientado (60%) está relacionado com a falta de recursos humanos e materiais de que estes núcleos dispõem. A falta de especialização dos militares dos Programas Especiais também é uma lacuna verificada pelos entrevistados (27%). Por fim, surge a falta de formação e preparação desses militares para lidar com casos de *bullying*, com 20% de respostas dos entrevistados. Essa ideia é referida pelo E9 que afirmou que “necessitamos de mais formação sobre os temas que abordamos”.

Em relação à questão D1: **“Como devem atuar os militares dos NES numa situação de *bullying*?”**, os entrevistados referiram vários procedimentos a empregar. 67% consideraram que, numa fase inicial, se deve identificar as partes (agressor e vítima), “recolhendo o máximo de informação possível” como afirmou o E4. 53% consideraram que se deve comunicar estes casos aos encarregados de educação, para que estes tenham conhecimento do que se passa com os seus filhos e, 47% consideraram que também se deve informar os diretores e professores da escola. Nas situações com maior gravidade, 67% consideraram que estes casos deviam ser remetidos para as CPCJ’s para que estes possam acompanhar os alunos em causa. Poderá também existir situações em que “possa haver um risco para o jovem, porque por detrás do *bullying* poderá haver outras implicações piores” como referiu o E4. Aliado a estas situações de maior gravidade, 47% dos entrevistados consideraram que estas deviam ser encaminhadas para o MP e 13% dos entrevistados afirmaram que se devia encaminhar os jovens para instituições de apoio como é o caso da APAV.

Na questão D2: **“Considera que a realização de ações de sensibilização, demonstrações e visitas são suficientes para prevenir o *bullying* nas escolas?”**, 67% dos entrevistados afirmaram que este tipo de ações não são suficientes para prevenir o *bullying* nas escolas. O E2 afirmou que “as ações de sensibilização contribuem mas devem

ser complementadas com outras coisas, desde a divulgação das SPE nos órgãos de comunicação social ou nas redes sociais”. Por outro lado, 33% dos entrevistados afirmaram que estas ações são suficientes para prevenir o *bullying* nas escolas.

Para a questão D3: **“Considera que a formação dos militares dos NES (ou que a sua formação) é adequada para lidar com situações de *bullying*?”**, a maioria das respostas é negativa. 60% dos entrevistados revelaram não ter formação adequada para lidar com certas situações que ocorrem nas escolas. O E12 referiu que “a formação vem muito das situações que aparecem no dia-a-dia” e o E15 afirmou não existir “formação adequada às novas tendências”. Ainda relativamente a esse aspeto, o E9 esclarece que “tivemos apenas, há uns anos atrás, uma pequena formação de um dia em que fomos à Escola da Guarda e onde deu para trocar algumas ideias mas penso que só isso é insuficiente”. A falta de uma especialização dos militares que integram as SPE e os NES, é vista como uma lacuna por parte de 47% dos entrevistados. Como afirmou o E12, “há necessidade de uma especialização dos Programas Especiais porque lidamos com diferente tipos de pessoas todos os dias”. Esta afirmação é reforçada pelo E2 que considerou que “os militares dos Programas Especiais necessitam de um curso estruturado e bem delineado para aquilo que irão ser as suas missões”. De opinião contrária, são os restantes 13% que consideraram que a sua formação é adequada para lidar com situações de *bullying*.

Na questão D4: **“O que poderia aumentar a eficácia dos NES na prevenção do *bullying*?”**, a maioria (87%) considera que o reforço na formação dos militares poderia aumentar a eficácia dos NES. 73% dos entrevistados consideraram que o reforço dos NES com meios humanos seria necessário e 47% dos entrevistados afirmam que os NES deveriam ter mais meios materiais. Por fim, 13% dos entrevistados consideraram que a formação de parcerias e protocolos com outras instituições seria positivo.

Relativamente à questão D5: **“De que forma consegue identificar alunos que estão sujeitos ao *bullying*?”**, apenas responderam os militares pertencentes aos NES do CTer de Lisboa. Das respostas dadas, 80% dos entrevistados referiram que a maioria das informações relativamente a casos de *bullying* vem da parte dos professores. Depois, surgem as informações oriundas dos diretores das escolas e dos encarregados de educação, ambos com 70% de resposta por parte dos entrevistados. Por fim, o E14 menciona o conhecimento destas situações através das associações de pais.

Finalmente, a questão D5.1: **“Quais são as dificuldades que sentem para identificar um aluno que sofre de *bullying*?”** também só foi respondida pelos militares dos NES do CTer de Lisboa. Pelas respostas dadas, apura-se que, por um lado, muitas das

situações que ocorrem não são transmitidas aos militares dos NES; por outro lado, muitos dos alunos vítimas de *bullying* não contam a verdade. Como afirmou o E8, a principal dificuldade em identificar um aluno que sofre de *bullying* está relacionado com “o facto de os alunos não desabafarem e não contarem a verdade com medo de represálias”. Depois surge o problema da partilha de informação entre os PTer’s e as SPE como referem 20% dos entrevistados. Segundo o E12, há uma “falta de partilha de informação entre nós e os postos, ou seja, falta de informação interna”. Por fim, o E7 indica a dificuldade relacionada com o facto destas ocorrências só serem reveladas passado muito tempo, e nesses casos já pouco há a fazer para resolver o problema.

#### 6.4. Apresentação e análise dos resultados da entrevista C

Consoante a análise qualitativa realizada a cada questão das entrevistas realizadas ao grupo C, procede-se nesta secção à análise quantitativa da frequência de cada questão<sup>40</sup>. Esta análise consiste em calcular a frequência (f) e a percentagem (%) relativamente ao segmento obtido.

Relativamente à questão A1: **“Considera que o *bullying* está presente nas escolas portuguesas? De que modo?”**, todos os entrevistados consideraram que o *bullying* está presente nas escolas portuguesas. Segundo o E3 “há estudos que revelam que o *bullying* acontece essencialmente por ofensas, ameaças e algumas agressões”.

No que concerne à questão A2: **“Na sua opinião, quais são os principais fatores que fazem com que os alunos pratiquem *bullying*?”**, 75% dos entrevistados responderam que os problemas associados à prática de *bullying* passam pelas características pessoais dos próprios alunos. Por outro lado, 50% consideraram que um dos fatores que está relacionado com a prática de *bullying* é a questão familiar. Outro fator associado à prática de *bullying* tem a ver com o fator socioeconómico onde estão inseridos estes jovens. Como referiu o E3, “existem vários fatores para este tipo de ações. Um dos que mais se tem vindo a evidenciar é o praticado por crianças e jovens de ambientes sociais e familiares desfavorecidos e/ou com falta de afeto parental e até eles próprios vítimas de violência parental”.

---

<sup>40</sup> Ver Apêndice J - Análise quantitativa das entrevistas do grupo A, B e C.

Na questão A3: **“Na sua opinião, que tipos de atos de *bullying* são mais frequentes entre alunos?”**, os entrevistados dividiram as suas opiniões em dois segmentos. 50% dos entrevistados consideraram que os atos de *bullying* mais praticados são as ofensas à integridade física entre pares. Os outros 50% são os casos de injúrias e ameaças, que se traduzem segundo o E1, “na lógica da humilhação, discriminação, insulto ou exclusão de alguém de um grupo”.

Para a questão B1: **“Que ações desenvolve a sua instituição/associação no combate à violência escolar e, mais especificamente, ao *bullying*?”**, todas as instituições/entidades civis entrevistadas referiram que algumas das suas ações passam pela realização de campanhas e ações de sensibilização para a prevenção da violência escolar. No contacto mais direto com as vítimas, verifica-se que 50% tem como linha orientadora a prevenção da violência escolar como é o exemplo da APAV e da CNPCJR. Esta última é representativa das várias CPCJ’s que estão no território nacional.

Na questão C1: **“Existe cooperação entre a GNR e a sua instituição/associação na prevenção e no combate à violência escolar?”**, a maioria respondeu de forma afirmativa. 75% dos entrevistados subscrevem que existe cooperação com a GNR. Segundo o E3, “a CONFAP através das suas Associações de Pais, desenvolve várias ações de formação e esclarecimento nas escolas sobre este fenómeno com a cooperação da GNR”. Todos estes entrevistados realçaram a boa relação com a GNR como refere o E2, “no que respeita à criação da cooperação da GNR com outras entidades, eu devo dizer que admiro muito o salto qualitativo que as forças de segurança deram nestas matérias”. Por outro lado, um (25%) entrevistado referiu que existe cooperação mas que esta é realizada de modo informal. Conforme referiu o E1, “o que acaba por acontecer é que existe uma rede informal entre a GNR e a APAV”.

Na questão C2: **“Considera importante o relacionamento da GNR com outras entidades para a prevenção da violência escolar? Porquê?”**, todos os entrevistados responderam de forma positiva, ou seja, 100% responderam que consideram importante o relacionamento da GNR com outras entidades para a prevenção da violência escolar. O E1 reforça essa ideia afirmando que “é importante o relacionamento com outras entidades para potencializar uma rede de intervenção nesta área”. Este relacionamento é importante pois com a escassez de recursos que a GNR e as instituições sofrem, torna-se fundamental uma boa relação entre todos, assim como afirma o E2 “porque os meios são escassos e não temos e nem vivemos tempos onde podemos esbanjar os meios que temos”.

Quanto à questão D1: **“Quais são os aspetos positivos a manter na relação com a GNR?”**, 50% dos entrevistados referem como aspeto positivo o facto de, tanto a GNR como as próprias instituições, atuarem no mesmo sentido para a prevenção da violência escolar. Outros 50% dos entrevistados afirmaram que um dos aspetos positivos a manter é a comunicação entre a GNR e as instituições. Por último, um (25%) entrevistado considerou que a presença da GNR junto das escolas reforça a autoridade perante os alunos. Isto significa que a GNR, ao estar presente junto das escolas, ajuda os professores e funcionários da escola na resolução de situações em que se exige uma autoridade perante os alunos.

Contrariamente ao que foi questionado anteriormente, foi formulada a questão D2: **“Quais são os aspetos negativos?”**. O principal aspeto negativo identificado pelos entrevistados tem a ver com a falta de recursos dos NES. Este aspeto é verificado por 50% dos entrevistados. Segundo o E4 “existe uma escassez de recursos humanos que são sempre um elo fundamental para que esta relação possa funcionar”. De seguida, um entrevistado (APAV) referiu que um dos aspetos negativos é a não existência de uma cooperação formal, e outro entrevistado (CONFAP) considerou que a GNR deveria recorrer mais vezes aos serviços prestados pelas instituições/entidades civis.

Os dados obtidos na questão C3: **“Quais são os aspetos a melhorar?”**, mostraram que 50% dos entrevistados considera que se deveria aumentar os recursos humanos e materiais dos NES, e outros 50% reforçaram a ideia de que a GNR deveria recorrer mais vezes aos serviços das instituições/entidades civis no sentido de se “perceber o que é que os outros estão a fazer e perceber se não existe aqui uma sobreposição de esforços ao nível da sensibilização e informação”, como refere a E1.

Por último, para a questão D4: **“Existe algum condicionalismo na cooperação entre a sua instituição/associação e a GNR?”**, pode referir-se que 75% dos entrevistados afirmaram que não existem condicionalismos na cooperação entre a GNR e a sua instituição/associação. O E1 afirmou mesmo que “não existe condicionalismos, penso que existe é falta de oportunidade de articulação mais formal”. Por outro lado, um (25%) dos entrevistados afirmou que “os condicionalismos que possam existir são inerentes aos constrangimentos da própria CONFAP”. No que concerne a esta questão, é possível verificar que, não existindo condicionalismos, as instituições estão dispostas e recetivas a cooperar com a GNR.

## 6.5. Discussão de resultados

A discussão dos resultados irá ser abordada segundo os módulos temáticos definidos nas entrevistas realizadas. Neste sentido, teve-se em conta o facto das entrevistas abrangerem três grupos diferentes, ou seja, alguns grupos tiveram os mesmos módulos temáticas e outros tiveram módulos diferentes.

**Tabela n.º 1 - *Bullying* nas escolas**

Módulo	Questões	Grupos de entrevistados
<b><i>Bullying</i> nas escolas</b>	<p>A1: Considera que o <i>bullying</i> está presente nas escolas portuguesas? De que modo?</p> <p>A2: Na sua opinião, quais são os principais fatores que fazem com que os alunos pratiquem <i>bullying</i>?</p> <p>A3: Na sua opinião, que tipos de atos de <i>bullying</i> são mais frequentes entre alunos?</p>	<p>- Grupo A</p> <p>- Grupo B</p> <p>- Grupo C</p>

Neste módulo (Tabela n.º 1) - ***Bullying* nas escolas** - podemos verificar que, relativamente à questão A1, a maioria dos entrevistados consideraram que o *bullying* está presente nas escolas portuguesas. Para a questão A2, os principais fatores elencados pelos entrevistados estão relacionados com a falta de acompanhamento familiar aos jovens. Outro fator registado prende-se com o facto dos agressores praticarem o *bullying* de forma a superiorizar-se perante alunos mais frágeis, ou seja, de forma a obter estatuto ou de forma a integrarem-se num determinado grupo. Na questão A3, verificamos que as ofensas à integridade física, as ameaças e as injúrias são os comportamentos mais praticados pelos alunos.

Fazendo a ponte com os dados fornecidos pela RPE, é interessante verificar que, apesar das ameaças e injúrias serem consideradas como os atos mais praticados nos atos de *bullying* pelos entrevistados, estas são as que menos se verificam ao nível de ocorrências criminais participadas, como se pode constatar na Figura n.º 15.

**Tabela n.º 2 - A GNR e o *bullying***

Módulo	Questões	Grupos de entrevistados
<b>A GNR e o <i>bullying</i></b>	<p>C1: Que modalidades de ação internas ou externas, desenvolve a GNR relativamente ao combate/prevenção do <i>bullying</i> nas escolas?</p> <p>C2: Que boas práticas realizadas pela GNR identifica relativamente à prevenção da violência escolar? E relativamente ao <i>bullying</i>?</p> <p>C3: Na sua opinião, as ações de prevenção da GNR deveriam focar-se principalmente em que grupo da comunidade escolar? Porquê?</p>	<p>- Grupo A</p> <p>- Grupo B</p>

Neste módulo (Tabela n.º 2) - **A GNR e o *bullying*** - constatamos que a GNR desenvolve inúmeras ações de prevenção para combater a violência escolar. Segundo a análise feita às diversas entrevistas, verificamos que a GNR aposta na formação dos militares das SPE e consequentemente dos militares dos NES. Além disso, a elaboração de parcerias e protocolos com entidades externas é também vista como uma boa prática. Aliado a isso, temos como boas práticas: a divulgação dos Programas Especiais nas redes sociais, na comunicação social e a participação dos militares dos NES nas reuniões de pais.

**Tabela n.º 3 - Caracterização da cooperação entre a GNR e outras entidades**

Módulo	Questões	Grupos de entrevistados
<b>Caracterização da cooperação entre a GNR e outras entidades</b>	<p>B1: Existe cooperação entre a GNR e outras instituições/associações na prevenção e no combate à violência escolar?</p> <p>B2: Considera importante o relacionamento da GNR com outras entidades para a prevenção da violência escolar? Porquê?</p>	<p>- Grupo A</p> <p>- Grupo C</p>

Para este módulo (Tabela n.º 3) - **Caracterização da cooperação entre a GNR e outras entidades** – todos os entrevistados confirmaram que existe cooperação entre a GNR e as entidades civis. A maioria considerou que essa cooperação é positiva e que potencia os esforços de ambos para a consecução dos objetivos. No entanto, o E1 (grupo

C) considerou que a relação entre a GNR e a APAV existe, mas que de uma forma informal.

Tabela n.º 4 - Caracterização do Programa Escola Segura

Módulo	Questões	Grupos de entrevistados
<b>Caracterização do Programa Escola Segura</b>	D1: Qual é o papel do PES no combate à violência escolar e ao <i>bullying</i> ? D2: Considerando as atividades e resultados do PES, por favor identifique as suas potencialidades e as vulnerabilidades.	- Grupo A - Grupo B

Neste módulo (Tabela n.º 4) – **Caracterização do Programa Escola Segura** – os entrevistados destacaram o papel preventivo deste programa no combate à violência escolar. De salientar como aspetos positivos: a boa imagem institucional da GNR e o policiamento de proximidade que permite aos militares dos NES estarem mais próximos da comunidade escolar. Como vulnerabilidades: a falta de recursos das SPE, a falta de uma especialização dos Programas Especiais e a lacuna sentida ao nível da uniformização de procedimentos a nível nacional das SPE.

Tabela n.º 5 - Atuação dos militares dos NES

Módulo	Questões	Grupos de Entrevistados
<b>Atuação dos militares dos NES</b>	D1: Como devem atuar os militares dos NES numa situação de <i>bullying</i> ? D2: Considera que a realização de ações de sensibilização, demonstrações e visitas são suficientes para prevenir o <i>bullying</i> nas escolas? D3: Considera que a sua formação é adequada para lidar com situações de <i>bullying</i> ? D4: O que poderia aumentar a eficácia dos NES na prevenção do <i>bullying</i> ? D5: De que forma consegue identificar alunos que estão sujeitos ao <i>bullying</i> ? D5.1: Quais são as dificuldades que sentem para identificar um aluno que sofre de <i>bullying</i> ?	- Grupo A - Grupo B

Com este módulo (Tabela n.º 5) – **Atuação dos militares dos NES** – pretendeu-se identificar os procedimentos tomados pelos militares dos NES e verificar se a sua



formação é adequada para lidar com situações de *bullying*. Assim, a maioria dos entrevistados considerou que, numa fase inicial, deve-se identificar quem é a vítima, quem é o agressor e quem são as testemunhas. Depois disso, os militares devem comunicar essas situações aos pais, diretores e professores de modo a que todos saibam o que se passa. Em situações de maior gravidade, deve-se comunicar os factos ao MP e encaminhar os jovens para as CPCJ's. No que concerne à realização de ações de sensibilização, constata-se que elas não são suficientes para prevenir o *bullying* mas que são um bom método. O aspeto da especialização dos Programas Especiais é outra vez mencionado neste módulo. Relativamente à deteção de casos de *bullying* por parte dos militares dos NES, verifica-se que é uma tarefa árdua, uma vez que a informação recebida sobre estes casos é quase nula. Os alunos que sofrem de *bullying*, por norma, não denunciam estes casos com medo de represálias.

Tabela n.º 6 - Fatores que potenciam a cooperação entre a GNR e outras entidades

Módulo	Questões	Grupos de Entrevistados
<b>Fatores que potenciam a cooperação entre a GNR e outras entidades</b>	D1: Quais são os aspetos positivos a manter na relação com a GNR? D2: Quais são os aspetos negativos? D3: Quais são os aspetos a melhorar? D4: Existe algum condicionalismo na cooperação entre a sua instituição/associação e a GNR?	- Grupo C

Neste módulo (Tabela n.º 6) – **Fatores que potenciam a cooperação entre a GNR e outras entidades** – responderam apenas os entrevistados do grupo C. Podemos verificar, de uma forma geral, que o facto da GNR e das entidades civis atuarem para os mesmos objetivos, constitui-se um aspeto positivo. Além de atuarem para o mesmo fim, 50% dos entrevistados do grupo C consideraram que a comunicação entre ambos tem decorrido sem problemas. Relativamente aos aspetos negativos e aos aspetos a melhorar, verificamos que a problemática da falta de recursos acaba por condicionar essa boa ligação existente entre a GNR e as entidades entrevistadas.

## Capítulo 7

### Conclusões e Recomendações

#### 7.1. Verificação das hipóteses de investigação e resposta às questões derivadas

Na sequência do trabalho desenvolvido ao longo desta investigação, as hipóteses levantadas no início do trabalho são verificadas pela análise documental e estatística e, pelas entrevistas. Nesse intuito, calculou-se a média das respostas dadas pelos entrevistados do grupo A, B e C. Na discussão que se segue, as hipóteses são confirmadas quando se obtém uma percentagem igual ou superior a 75%; são consideradas parcialmente validadas as que registam respostas com valor igual ou superior a 50% e inferiores a 75% e são consideradas não verificadas as que tiverem percentagem inferior a 50%.

A H1: “**O *bullying* está presente na generalidade das escolas e expressa-se sob a forma de agressões físicas**” confirma-se totalmente. A média das respostas dadas pelos entrevistados do grupo A, B e C à questão A.1 é de 95%. De todos os entrevistados apenas o E12 afirmou que o *bullying* não está presente nas escolas. As respostas à questão A3 também determinaram que os atos de *bullying* mais praticados são as injúrias/ameaças e as ofensas à integridade física. Assim, respondendo à QD1: “**Como se expressa o *bullying* nas escolas portuguesas?**”: o *bullying* verifica-se e está presente na generalidade das escolas portuguesas, sendo que se expressa mais frequentemente sob a forma de ofensas à integridade física, ameaças e injúrias.

A H2: “**Os militares dos NES atuam na base da prevenção, resolvendo estes casos juntamente com a comunidade escolar**” confirma-se parcialmente. 73% dos entrevistados (grupo A e B) confirmaram que as ações de sensibilização são a melhor prática para prevenir o *bullying* escolar. O patrulhamento diário, as parcerias criadas com entidades externas, a presença dos militares nas reuniões de pais e a divulgação das ações dos NES nas redes sociais e na comunicação social também são vistas como uma boa forma de prevenir o *bullying* nas escolas.

Nas situações em que os militares tiveram conhecimento de situações de *bullying*, 61% dos entrevistados (grupo A e B) consideraram que estes procuram identificar as partes

envolvidas. De seguida, estas situações são comunicadas aos diretores, professores e aos encarregados de educação dos envolvidos. Em situações de maior gravidade, estes casos tem que ser remetidos para o MP e os jovens encaminhados para as CPCJ's. Assim sendo, respondemos da seguinte forma à QD2: **“Como atuam os militares dos NES para prevenir o *bullying* nas escolas?”**: os militares dos NES previnem o *bullying* nas escolas através de diversas ações como ações de sensibilização, patrulhamentos diários dos militares junto das escolas, parcerias e protocolos realizados com entidades externas, divulgação das atividades das SPE nas redes sociais e comunicação social, e a participação dos militares nas reuniões de pais. Ao terem conhecimento da prática de *bullying* nas escolas, os militares identificam as partes envolvidas, recolhem o máximo de informações e informam os diretores, professores e encarregados de educação. Em situações de maior gravidade, remetem estes casos para o MP e encaminham os jovens para as CPCJ's.

A H3: **“A formação dos militares dos NES é adequada para lidar com situações de *bullying*”** não se verifica. Relativamente às respostas dadas na questão F3 do grupo A e na questão D3 do grupo B, é possível verificar que apenas 17% consideraram que a formação dos militares dos NES é adequada. Os militares tem uma formação deficitária e o conhecimento que têm provém muito da experiência adquirida no terreno. Os militares referiram que, nos últimos anos, apenas tiveram uma formação conjunta com elementos das outras SPE. Essa formação foi desenvolvida pelo CDF que elaborou um referencial de formação designado “Programas Especiais de Polícia e Responsabilidade Social”. Desta forma, damos a seguinte resposta à QD3: **“A formação dos militares dos NES é adequada para combater/prevenir o *bullying* nas escolas?”**: A formação dos militares dos NES não é adequada para lidar com situações de *bullying* nas escolas. Os militares deveriam ter uma formação devidamente estruturada para poder lidar com este tipo de assuntos. A especialização dos militares das SPE poderia ser uma boa solução para dotar os militares de um maior conhecimento e para estarem preparados para atuar nestas temáticas.

A H4: **“O PES é uma mais-valia pois segue o modelo de policiamento de proximidade que permite à GNR prevenir o *bullying* nas escolas”** confirma-se totalmente. Segundo 78% dos entrevistados (grupo A e B), o PES permite uma maior visibilidade e intensidade no patrulhamento junto da comunidade escolar. Para além disso, o PES dá uma boa imagem institucional à GNR junto de toda a comunidade. O PES permite aos militares dos NES focarem-se somente nas matérias relacionadas com o seu público-alvo, que são os alunos. Respondemos da seguinte forma à QD4: **“Em que aspeto**

**é que o PES é uma mais-valia para a prevenir/combater o *bullying* nas escolas?”**: o PES é uma mais-valia no combate ao *bullying* uma vez que, através do policiamento de proximidade realizado pelos NES, os militares conseguem estar mais próximos da comunidade escolar, permitindo assim resolver mais facilmente os problemas sentidos por esta comunidade. Para além disso, o PES transmite uma boa imagem institucional da GNR e permite que os militares dos NES se dediquem, quase que exclusivamente, às matérias relacionadas com a segurança da comunidade escolar.

A H5: **“A GNR relaciona-se de uma forma positiva com os outros atores institucionais”** confirma-se totalmente. De acordo com 100% dos entrevistados (grupo A e C), a cooperação entre a GNR e entidades externas existe e é extremamente importante pois, hoje em dia, ninguém consegue atuar isoladamente. De sublinhar o facto da GNR não ter uma cooperação formal ou estruturada com a APAV. Outra particularidade interessante, prende-se com a importância da GNR tentar perceber o que outras entidades externas fazem para combater a violência escolar para “perceber se não existe aqui uma sobreposição de esforços ao nível da sensibilização e informação” como afirma o E1 do grupo C. Posto isto, respondemos da seguinte forma à QD5: **“Como se relaciona a GNR com os outros atores institucionais no combate ao *bullying*?”**: a GNR relaciona-se de forma positiva com os outros atores institucionais. Esta relação é importante, pois permite potenciar os esforços na prevenção da violência escolar e do *bullying*.

## 7.2. Resposta à questão central e reflexões finais

Após a verificação das hipóteses e das questões derivadas, é tempo de responder à questão central: **“Que modalidades de ação desenvolve a GNR relativamente ao combate ao *bullying* nas escolas?”**.

O *bullying* está cada vez mais presente nas escolas portuguesas e a GNR tem um papel importante na sua prevenção. O *bullying* expressa-se maioritariamente sob a forma de ofensas à integridade física, ameaças e injúrias. De realçar que os valores da sociedade onde os jovens estão inseridos, em virtude das inovações tecnológicas, estão cada vez menos presentes e isso reflete-se nos comportamentos dos mesmos. Aliado a isso, temos o facto dos pais ou encarregados de educação se alhearem por vezes do que se passa nas escolas com os seus filhos.

Para a prevenir o *bullying* nas escolas, a GNR segue um modelo de policiamento de proximidade junto da comunidade escolar através das SPE. O PES tem como objetivo promover comportamentos de segurança junto da comunidade escolar e os militares dos NES dedicam-se, quase em exclusivo, a estas matérias. Através deste programa, os militares conseguem estar próximos da comunidade escolar e conseguem mais facilmente identificar e sinalizar potenciais casos de *bullying*. Há que salientar as limitações sentidas ao nível do efetivo e dos recursos afetos ao PES. Estas limitações condicionam a atuação dos militares e limitam a sua missão.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas pela GNR no âmbito do combate e da prevenção do *bullying*, salientam-se o patrulhamento diário junto da comunidade escolar, as ações de sensibilização e as demonstrações nos diversos estabelecimentos escolares, a presença da GNR nas reuniões de pais, as ações divulgadas através da comunicação social e das redes sociais, e a criação de protocolos e parcerias com entidades externas à GNR na promoção de uma cooperação orientada para a prevenção da violência escolar. A GNR tem um papel social muito importante e o trabalho em rede com outras entidades permite obter maior eficácia no combate ao *bullying* e no combate a outros problemas. Todas estas ações traduzem aquilo que deve ser o “espírito” do policiamento de proximidade, ou seja, um trabalho em conjunto com toda a comunidade no sentido de resolver os problemas locais de segurança.

No que foi apurado ao longo das entrevistas realizadas, nomeadamente nas repostas às perguntas C3 do grupo A e B2 do grupo B, é interessante verificar que a maioria dos entrevistados considera que estas ações realizadas pelos NES deveriam focar-se essencialmente nos alunos. No entanto, outra percentagem considera que os NES deveriam tentar envolver toda a comunidade nas suas ações de sensibilização, de modo a que seja um trabalho colaborativo entre todos.

Por fim, é de destacar a falta de especialização dos militares das SPE e consequentemente dos NES. Este foi um assunto bastante vincado pelos Comandantes dos DTer's e pelos militares dos NES ao longo das entrevistas. Muitos consideraram que deveria haver um curso devidamente planeado e estruturado porque, como afirma o E1 do grupo A, “os militares têm formação mas muitos deles são generalistas, e para este tipo de público-alvo necessitamos de especialistas”. No que concerne à especialização dos militares das SPE, verificamos que é uma necessidade que já se prolonga há algum tempo. Com esta especialização, teríamos militares focados apenas nestas matérias, teríamos militares mais aptos técnica e psicologicamente para as diversas temáticas dos Programas

Especiais, haveria uniformização de procedimentos em todo o território nacional e teríamos militares mais motivados para cumprir a sua tarefa nas SPE.

Ao longo da investigação, foi notória a ideia de que os militares das SPE e consequentemente dos NES têm uma formação deficitária para aquilo que são as suas missões. De destacar o facto de alguns militares das SPE, durante os últimos anos, só terem frequentado uma ação de formação em conjunto segundo um referencial de formação elaborado pelo CDF. Esta formação teve como principal objetivo munir os formandos de conhecimentos e competências para habilitar os militares a desenvolver as suas funções junto dos seus públicos-alvo. Seria pois, interessante desenvolver cada vez mais este tipo de ações no sentido de melhorar e atualizar os conhecimentos dos militares.

### **7.3. Dificuldades e limitações de estudo**

Durante a elaboração deste trabalho surgiram várias dificuldades que limitaram o normal decorrer da investigação. Destaca-se a dificuldade em enquadrar o *bullying* no enquadramento jurídico, uma vez que alguns comportamentos relacionados com a prática deste fenómeno não estão tipificados legalmente.

### **7.4. Propostas de investigações futuras**

Como investigações futuras, sugere-se que este trabalho seja aprofundado e aplicado a outros CTer's. Desta forma, poderemos comparar os resultados obtidos neste trabalho com os resultados de uma outra investigação no mesmo âmbito. Ao aplicar este estudo a outros CTer's, poderemos analisar e verificar como atuam os outros militares dos NES.

Outro tema relacionado com esta investigação, que por motivos de restrições do número de páginas não foi possível analisar, é o *cyberbullying*. O *cyberbullying* é uma nova variante do *bullying* e tem vindo a ser muito praticado pelos jovens. Com o aumento exponencial do uso dos meios tecnológicos por parte dos jovens, este fenómeno tem vindo a ganhar cada vez mais preponderância. Durante a elaboração deste trabalho verificou-se que este novo tipo de *bullying* pode ter consequências piores para as vítimas.

## **Bibliografia**

### **Documentos oficiais**

- Academia Militar/Direção de Ensino (2013). Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 520/2ª Direção de Ensino, de 1 de junho. Trabalho de Investigação Aplicada (TIA).
- Guarda Nacional Republicana/Comando Operacional/Direção de Informações (2010). *Bullying – Breves Considerações*. Relatório de Informações n.º 243/10/CO/DI.
- Guarda Nacional Republicana/Comando Operacional/Direção de Operações (2010). *Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária*. Retirado: 19 de janeiro de 2015 em [http://www.gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5\\_r52rpvnv5/241t4nzn5](http://www.gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5_r52rpvnv5/241t4nzn5).
- Guarda Nacional Republicana/Comando Operacional/Comando de Doutrina e Formação (2011). Referencial de Formação – Programas Especiais de Polícia e Responsabilidade Social. Comando de Doutrina e Formação. Referenciais de Formação.
- Guarda Nacional Republicana (2011). Norma de Execução Permanente n.º 3.58, do CO/DO, de 6 de abril de 2011 (Documento Reservado).
- Guarda Nacional Republicana (2011). *Relatório de Atividades da GNR em 2011*. Retirado: 22 de janeiro de 2015 em [http://www.gnr.pt/documentos/InstGestao/RelatorioActividades\\_GNR\\_%202011.pdf](http://www.gnr.pt/documentos/InstGestao/RelatorioActividades_GNR_%202011.pdf).
- Guarda Nacional Republicana/Comando de Doutrina e Formação (2013). Caderno Pedagógico I - *Bullying e Cyberbullying*. Apoio ao Formador. 1ª Edição.

### **Dissertações, teses e provas académicas**

- Andrade, L. (2012). *Bullying e Cyberbullying: um estudo num contexto escolar particular cooperativo*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre em Psicologia da Educação, Universidade da Madeira, Madeira.

- Barradas, J. (2011). *Policiamento de Proximidade vs Comunitário – uma abordagem policial*. Dissertação apresentada com visa à obtenção de uma pós-graduação em Direito e Segurança, Instituto de Estudos Superiores Militares, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- Copeto, R. (2009). *A Participação da GNR nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*. Dissertação apresentada com vista à obtenção de uma pós-graduação em Direito e Segurança, Instituto de Estudos Superiores Militares, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Gomes, C., Trincão, C., Almeida, J., Duarte, M. & Fernando, P. (2004). *Os Caminhos Difíceis da “Nova” Justiça Tutelar Educativa*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Coimbra
- Pereira, B. (1997). *Estudo e prevenção do Bullying no contexto escolar: os recreios e as práticas agressivas da criança*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de doutor em Estudos da Criança. Universidade do Minho, Braga.
- Poiares, P. (2011). *Violência Escolar. Sistema de Segurança Escolar*. Dissertação apresentada com vista à obtenção de uma pós-graduação em Direito e Segurança, Instituto de Estudos Superiores Militares, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Santos, J. (2011). *A segurança da comunidade escolar e o papel da Guarda Nacional Republicana*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre em Ciências Militares na Especialidade de Segurança (Cavalaria). Academia Militar, Lisboa.
- Velez, M. (2010). *Indisciplina e violência na escola: fatores de risco – um estudo com alunos do 8º e 10º ano de escolaridade*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre em Educação. Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa.

## **Livros**

- Carrilho, L., Nogueira, P. & Bacelar, T. (2010). *Bullying. Agressividade em meio escolar*. Porto: Edições Afrontamento.
- Carvalhosa, S., Moleiro, C. & Sales, C. (2009). *Violence in Portuguese schools. Internacional Journals of Violence and School*.



- Correia A. & Mesquita, A. (2014). *Mestrados e Doutoramentos (2ª Ed.)*. Porto: Vida Económica.
- Freixo, M. (2010). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas (2ª Ed.)*. Lisboa : Instituto Piaget.
- Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas (3ª Ed.)*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Freixo, M. (2012). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas (4ª Ed.)*.Lisboa: Instituto Piaget.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais (5ª Ed.)*. Lisboa: Gradiva Publicações (Trabalho original publicado em 1995).
- Odália, N. (2004). *O que é a violência?*. São Paulo: Brasiliense.
- Oliveira, J. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento. A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Reis, F. (2010). *Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado Segundo Bolonha*. Lisboa: PACTOR.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Coleção Martins.
- Sebastião, J., Alves, M. & Campos, J. (2010). *Violência na escola e sociedade de risco: uma aproximação ao caso português*. Lisboa: Cosmos.
- Sousa, M. & Baptista, C. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios Segundo Bolonha*. Lisboa: PACTOR.

### Artigos e publicações periódicas

- Carvalhosa, S., Lima, L. & Matos, M. (2002). *Bullying – A provocação/vitimização entre pares no contexto escolar português*. Revista Análise Psicológica, 10(4), p. 571-585. Retirado: 22 de janeiro de 2015 em <http://www.rehueong.com.ar/sites/default/files/Bullying%20MARGARIDA%20GASPAR%20DE%20MATOS.pdf>.
- Copeto, R. (2011). A GNR e o policiamento de proximidade e segurança comunitário. Revista Segurança e Defesa, (16), p.48-54.
- Jardim, M. (2008). Notas imperfeitas sobre a delinquência infanto-juvenil. Revista do CEJ, (10), p.213-278.

- Leão, L. (2010). O fenómeno *bullying* no ambiente escolar. Revista FAVEVV, (4), p. 119-135. Retirado: 24 de janeiro de 2015 em <http://www.facevv.edu.br/Revista/04/O%20FEN%C3%94MENO%20BULLYING%20NO%20AMBIENTE%20ESCOLAR%20-%20leticia%20gabriela.pdf>.
- Martins, M. (2005). O problema da violência escolar: uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. Revista Portuguesa de Educação, 18(1), p.93-115. Retirado: 3 de fevereiro de 2015 em <http://www.redalyc.org/pdf/374/37418106.pdf>.
- Martinez, A. (2000). *Actitudes a figuras de autoridad y socialización en adolescentes*. Revista Portuguesa de Pedagogia. Coimbra, 34(1, 2 e 3), p.273-301.
- Moura, S. (2000). «A tutela educativa: fatores de legitimação e objetivos». Revista do Ministério Público. Lisboa, 9(18), p.97-120.
- Sebastião, J. (2009). Violência na escola: uma questão sociológica. Revista Interações (13) p.35-62. Retirado: 6 de fevereiro de 2015 em <http://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/78>.
- Stelko-Pereira, A. & Williams, L. (2010). Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. Revista Temas em Psicologia 18(1), p.45-55. Retirado: 22 de janeiro de 2015 em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a05.pdf>.

### Documentos da internet

- Barros, P., Carvalho, J. & Pereira, M. (2009). *Um estudo sobre o bullying no contexto escolar. IX Congresso Nacional de Educação – EUCERE*. Retirado: 29 de dezembro de 2014 em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10169/1/Um%20estudo%20sobre%20o%20bullyingEDUCERE2009.pdf>.
- Câmara Municipal de Lisboa. (2014). *A economia de Lisboa em números*. Retirado: 31 de janeiro de 2015 em [file:///D:/Transferencias/Lisboa\\_em\\_Numeros2014\\_final%20\(1\).pdf](file:///D:/Transferencias/Lisboa_em_Numeros2014_final%20(1).pdf).
- Carvalho, M. (2012). *Imputabilidade penal e maioridade civil: à procura de uma idade*. Retirado: 24 de março de 2015 em <http://barometro.com.pt/archives/751>.

- Dahlberg, L. & Krug, E. (2007). *Violência: um problema global de saúde pública*. Retirado: 29 de dezembro de 2014 em [http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0\\_](http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0_).
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Retirado: 29 de dezembro de 2014 em <http://www.priberam.pt/dlpo/>.
- Duarte, L., Deggeroni, C. & Negrelli, A. (2011). *Prevenção social do crime: conceito e estratégias*. Retirado: 10 de janeiro de 2015 em [http://books.google.pt/books?id=u\\_GDD9Kdsg0C&pg=PA310&dq=Policiamento+de+proximidade&hl=ptPT&sa=X&ei=uVq4Uu\\_ZFaOp0QWBkYCQDQ&ved=0CF8Q6AEwCTgK#v=onepage&q&f=false\\_](http://books.google.pt/books?id=u_GDD9Kdsg0C&pg=PA310&dq=Policiamento+de+proximidade&hl=ptPT&sa=X&ei=uVq4Uu_ZFaOp0QWBkYCQDQ&ved=0CF8Q6AEwCTgK#v=onepage&q&f=false_).
- Fante, C. (2005). *Fenómeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Retirado: 14 de fevereiro de 2015 em [http://www.record.com.br/livro\\_sinopse.asp?id\\_livro=26806](http://www.record.com.br/livro_sinopse.asp?id_livro=26806).
- Ferreira, S. & Calado, S. (2005). *Análise de documentos: método de recolha e análise de dados*. Retirado: 30 de janeiro de 2015 em [http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf\\_](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf_).
- Lisboa, M. & Dias, A. (2008). “*Organizações e Meio Envolverte: o caso do Policiamento de Proximidade*”. Retirado: 8 de junho de 2015 em [http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/659.pdf\\_](http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/659.pdf_).
- Neto, F., Angulo, J. & Marquez, A. (2006). *Violência nas Escolas e Políticas Públicas. INTERNACIONAL CONFERENCE ON VIOLENCE IN SCHOOLS*. Retirado: 22 de março de 2015 em [https://www.faecpr.edu.br/site/documentos/violencias\\_escolas\\_politicas\\_publicas.pdf](https://www.faecpr.edu.br/site/documentos/violencias_escolas_politicas_publicas.pdf).
- Olweus, D. (1978). *Agression in the schools: bullies and whipping boys*. Retirado: 8 de fevereiro de 2015 em [http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4757-9116-7\\_5](http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4757-9116-7_5).
- Olweus, D. (1989). *Prevalence and incidence in the study of anti-social behavior: Definitions and Measurement*. Retirado: 5 de fevereiro de 2015 em [http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-009-1001-0\\_9](http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-009-1001-0_9).
- Olweus, D. (1993). *Bullying at School: What We Know and What We Can Do*. Retirado: 5 de janeiro de 2015 em <https://books.google.pt/books?id=0Fz1jD9paoQC&printsec=frontcover&dq=olweus&hl=pt->

PT&sa=X&ei=y66qVLHlK8TuUqGzgagO&ved=0CCAQ6AEwAA#v=onepage&q=olweus&f=false.

Procuradoria-Geral do Porto (2014). *Página web oficial*. Retirado: 7 de janeiro de 2015 em <https://www.pgdporto.pt/proc-web/faq.jsf?ctxId=14&subCtxId=22&faqId=796&show=&offset>.

Santos, L. (2000). *A Prática Lectiva Como Actividade de Resolução de Problemas: Um Estudo Com Três Professoras do Ensino Secundário*. Retirado: 30 de janeiro de 2015 em <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/msantos/tese/>.

### **Diplomas legais**

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º 204.

Lei n.º 166/99, de 14 de setembro. *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º 215.

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 167.

Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 10.

Decreto-Lei n.º 48/1995, de 15 de março. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 63.

Despacho n.º 25 650/2006, de 19 de dezembro. *Diário da República*, 2ª Série, n.º 242.

## **Apêndices**

## Apêndice A

### Estruturação do Trabalho de Investigação Aplicada



Figura n.º 17 - Estruturação do Trabalho de Investigação Aplicada

Fonte: Autor

## Apêndice B

### Caracterização da área de estudo

Lisboa é a capital de um país com cerca de 10,5 milhões de habitantes e o centro de uma região metropolitana com uma população de 2,8 milhões de habitantes. A região de Lisboa tem 27 % da população sobre o total do país e uma área de 3 001,9 km<sup>2</sup> (Câmara Municipal de Lisboa, 2014).

Lisboa abrange um total de dezasseis municípios. No entanto, a região de Lisboa tem zonas da responsabilidade da GNR e outras da responsabilidade da PSP. A GNR tem à sua responsabilidade uma área geográfica de 2 399 km<sup>2</sup>, uma população de 652 458 habitantes e os municípios de Cascais, Sintra, Mafra, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Vila Franca de Xira, Torres Vedras, Alenquer, Lourinhã, Cadaval e Azambuja (CTer de Lisboa, 2013).



Figura n.º 18 - Mapa da região de Lisboa

Fonte: CTer de Lisboa, 2013

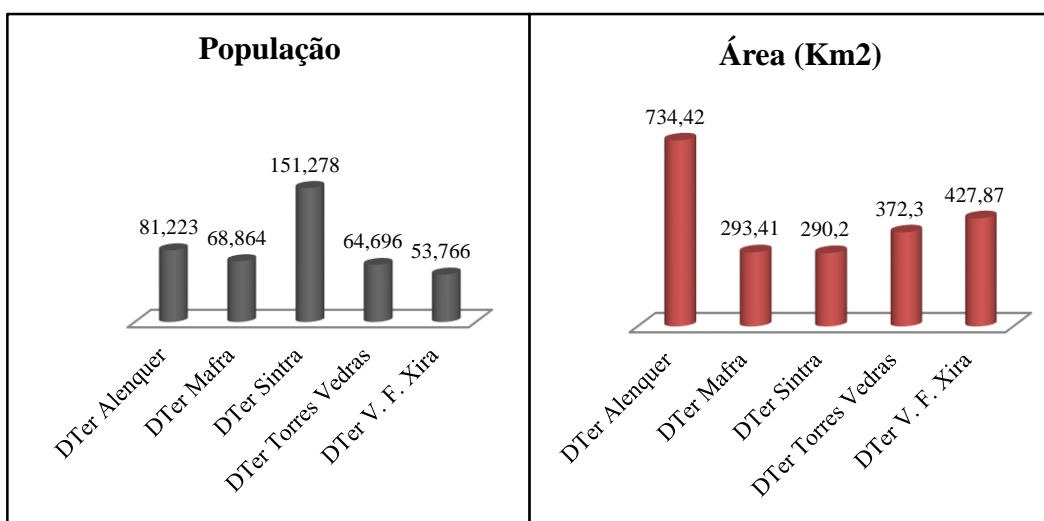
Desta feita, o CTER de Lisboa é composto, entre outros, por cinco DTER's: o DTER de Sintra, o DTER de Mafra, o DTER de Vila Franca de Xira, o DTER de Torres Vedras e o DTER de Alenquer.



**Figura n.º 19 - Mapa dos DTer's de Lisboa**

**Fonte:** CTer de Lisboa, 2013

Comparativamente a cada DTer, podemos verificar que o DTer com mais área geográfica é o DTer de Alenquer com 734,42 km<sup>2</sup>, e o que tem mais população é o DTer de Sintra com 151 278 habitantes. Por outro lado, o DTer com menor área geográfica é o DTer de Sintra com 290,20 km<sup>2</sup>, e o que tem menos população é o DTer de Vila Franca de Xira com 53 766 habitantes (CTer de Lisboa, 2013).



**Figura n.º 21 - População de cada DTer**

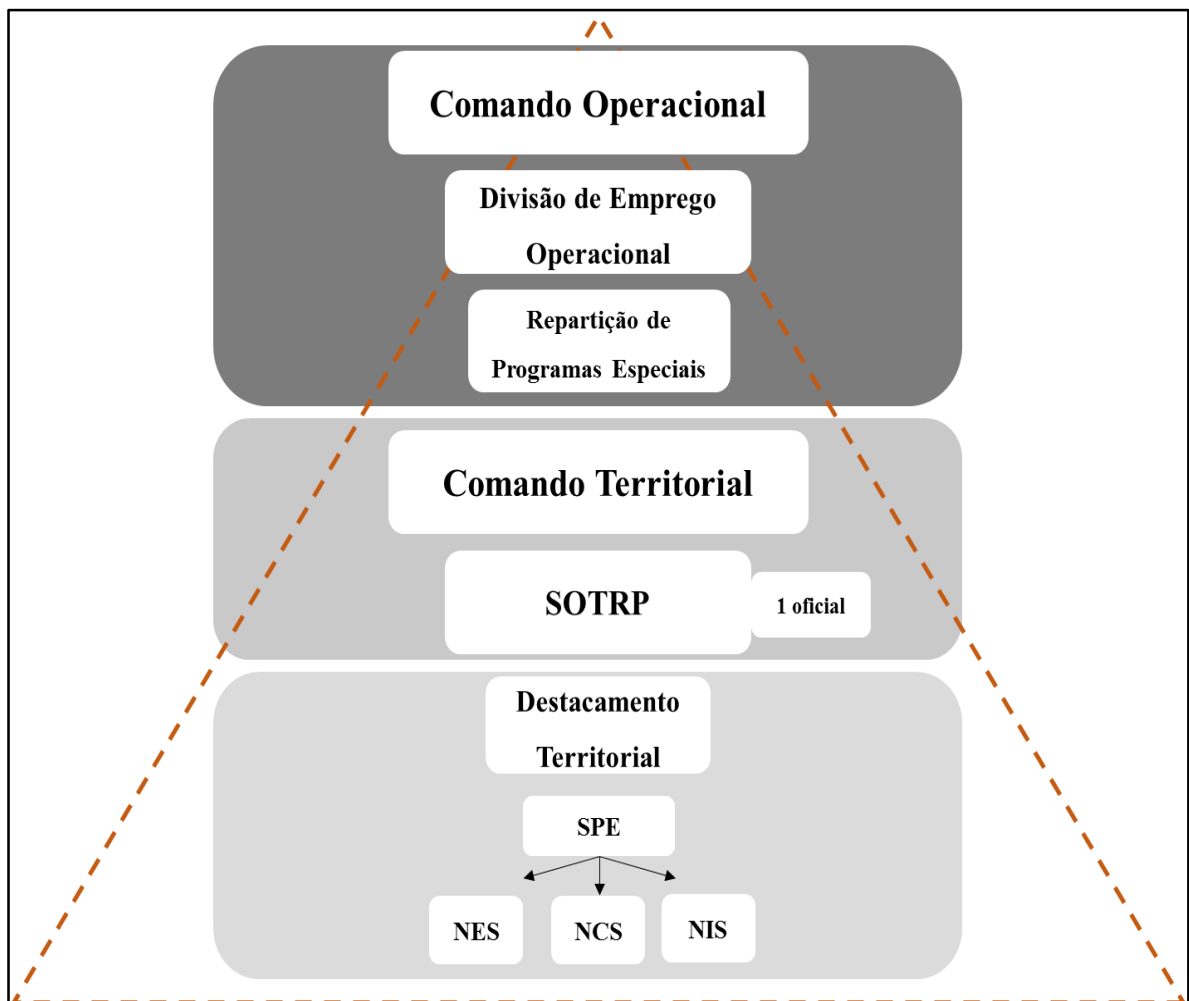
**Fonte:** CTer de Lisboa, 2013

**Figura n.º 20 - Área de cada DTer**

**Fonte:** CTer de Lisboa, 2013



**Apêndice C**  
**Estrutura do funcionamento dos Programas Especiais**



**Figura n.º 22 - Estrutura do funcionamento dos Programas Especiais**

**Fonte:** Autor

**Apêndice D**  
**Guião da entrevista do grupo A**



**ACADEMIA MILITAR**

***O bullying nas escolas.***  
**O contributo da GNR na sua prevenção.**

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Celso Ricardo de Moura  
Marques**

**Orientadora: Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira**  
**Coorientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Rogério Paulo M. Copeto**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**  
**Lisboa, julho de 2015**

## Guião de Entrevista

Antes de mais, gostaríamos de agradecer a sua disponibilidade para conceder esta entrevista.

Conforme referido na carta de apresentação, a entrevista faz parte do Trabalho de Investigação Aplicada, sob o tema “O *bullying* nas escolas. O contributo da GNR na sua prevenção”.

### Caracterização do Entrevistado:

Posto:

Unidade:

Função:

Data:

Local:

Módulo Temático	Objetivo Específico
A: O <i>bullying</i> nas escolas	Caracterizar o fenómeno do <i>bullying</i> em contexto escolar e indicar os seus pressupostos.
<p>A1: Considera que o <i>bullying</i> está presente nas escolas portuguesas? De que modo?</p> <p>A2: Na sua opinião, quais são os principais fatores que fazem com que os alunos pratiquem <i>bullying</i>?</p> <p>A3: Na sua opinião, que tipos de atos de <i>bullying</i> são mais frequentes entre alunos?</p>	

Módulo Temático	Objetivo Específico
<b>B: Caracterização da cooperação da GNR com outras entidades</b>	<b>Identificar as práticas na relação entre a GNR e outras entidades. Identificar o papel da GNR nestas cooperações.</b>
<p>B1: Existe cooperação entre a GNR e outras instituições/associações na prevenção e no combate à violência escolar?</p> <p>B2: Considera importante o relacionamento da GNR com outras entidades para a prevenção da violência escolar? Porquê?</p>	

Módulo Temático	Objetivo Específico
<b>C: A GNR e o <i>bullying</i></b>	<b>Identificar qual a perceção que a GNR tem acerca do <i>bullying</i>. Verificar de que forma a GNR atua no sentido de prevenir a violência escolar e o <i>bullying</i>.</b>
<p>C1: Que modalidades de ação internas ou externas, desenvolve a GNR relativamente ao combate/prevenção do <i>bullying</i> nas escolas?</p> <p>C2: Que boas práticas realizadas pela GNR identifica relativamente à prevenção da violência escolar? E relativamente ao <i>bullying</i>?</p> <p>C3: Na sua opinião, as ações de prevenção da GNR deveriam focar-se principalmente em que grupo da comunidade escolar? Porquê?</p>	

Módulo Temático	Objetivo Específico
<b>D: Caracterização do Programa Escola Segura</b>	<b>Identificar e caracterizar de que forma os NES dão resposta aos problemas de violência escolar. Identificar as potencialidades e vulnerabilidades do PES no combate à violência escolar.</b>
<p>D1: Qual é o papel do PES no combate à violência escolar e ao <i>bullying</i>?</p> <p>D2: Considerando as atividades e resultados do PES, por favor identifique as suas potencialidades e as vulnerabilidades.</p>	

Módulo Temático	Objetivo Específico
<b>F: Atuação dos militares dos NES</b>	<b>Verificar de que forma atuam os militares dos NES perante casos de <i>bullying</i>. Identificar se as ações realizadas pelos militares previnem o <i>bullying</i>.</b>
<p>F1: Como devem atuar os militares dos NES numa situação de <i>bullying</i>?</p> <p>F2: Considera que a realização de ações de sensibilização, demonstrações e visitas são suficientes para prevenir o <i>bullying</i> nas escolas?</p> <p>F3: Considera que a formação dos militares dos NES é adequada para lidar com situações de <i>bullying</i>?</p> <p>F4: O que poderia aumentar a eficácia dos NES na prevenção do <i>bullying</i>?</p>	

## Apêndice E

### Guião da entrevista do grupo B

Módulo Temático	Objetivo Específico
<b>A: O <i>bullying</i> nas escolas</b>	<b>Caracterizar o fenómeno do <i>bullying</i> em contexto escolar e indicar os seus pressupostos.</b>
<p>A1: Considera que o <i>bullying</i> está presente nas escolas portuguesas? De que modo?</p> <p>A2: Na sua opinião, quais são os principais fatores que fazem com que os alunos pratiquem <i>bullying</i>?</p> <p>A3: Na sua opinião, que tipos de atos de <i>bullying</i> são mais frequentes entre alunos?</p>	

Módulo Temático	Objetivo Específico
<b>B: A GNR e o <i>bullying</i></b>	<b>Identificar qual é a perceção que a GNR tem acerca do <i>bullying</i>. Verificar de que forma a GNR atua no sentido de prevenir a violência escolar e o <i>bullying</i>.</b>
<p>B1: Que boas práticas realizadas pela GNR identifica relativamente à prevenção da violência escolar? E relativamente ao <i>bullying</i>?</p> <p>B2: Na sua opinião, as ações de prevenção da GNR deveriam focar-se principalmente em que grupo da comunidade escolar? Porquê?</p>	

Módulo Temático	Objetivo Específico
<b>C: Caracterização do Programa Escola Segura</b>	<b>Identificar as potencialidades e vulnerabilidades do PES no combate à violência escolar.</b>
<p>C1: Considerando as atividades e resultados do PES, por favor identifique as suas potencialidades e as vulnerabilidades.</p>	

Módulo Temático	Objetivo Específico
<b>D: Atuação dos militares dos NES</b>	<b>Verificar de que forma atuam os militares dos NES perante casos de <i>bullying</i>. Identificar se as ações realizadas pelos militares previnem o <i>bullying</i> e verificar se a sua formação é adequada</b>
<p>D1: Como devem atuar os militares dos NES numa situação de <i>bullying</i>?</p> <p>D2: Considera que a realização de ações de sensibilização, demonstrações e visitas são suficientes para prevenir o <i>bullying</i> nas escolas?</p> <p>D3: Considera que a sua formação é adequada para lidar com situações de <i>bullying</i>?</p> <p>D4: O que poderia aumentar a eficácia dos NES na prevenção do <i>bullying</i>?</p> <p>D5: De que forma consegue identificar alunos que estão sujeitos ao <i>bullying</i>?</p> <p>D5.1: Quais são as dificuldades que sentem para identificar um aluno que sofre de <i>bullying</i>?</p>	

## Apêndice F

### Guião da entrevista do grupo C

Módulo Temático	Objetivo Específico
<b>A: O <i>bullying</i> nas escolas</b>	<b>Caracterizar o fenómeno do <i>bullying</i> em contexto escolar e indicar os seus pressupostos.</b>
<p><b>A1:</b> Considera que o <i>bullying</i> está presente nas escolas portuguesas? De que modo?</p> <p><b>A2:</b> Na sua opinião, quais são os principais fatores que fazem com os alunos pratiquem <i>bullying</i>?</p> <p><b>A3:</b> Na sua opinião, que tipos de atos de <i>bullying</i> são mais frequentes entre alunos?</p>	

Módulo Temático	Objetivo Específico
<b>B: Caracterização da instituição/associação</b>	<b>Enunciar as linhas orientadoras no combate à violência escolar.</b>
<p><b>B1:</b> Que ações desenvolve a sua instituição/associação no combate à violência escolar e, mais especificamente, ao <i>bullying</i>?</p>	

Módulo Temático	Objetivo Específico
<b>C: Caracterização da cooperação da GNR com outras entidades</b>	<b>Identificar as práticas na relação entre a GNR e outras entidades. Identificar o papel da GNR nestas cooperações.</b>
<p><b>C1:</b> Existe cooperação entre a GNR e a sua instituição/associação na prevenção e no combate à violência escolar?</p> <p><b>C2:</b> Considera importante o relacionamento da GNR com outras entidades para a prevenção da violência escolar? Porquê?</p>	

Módulo Temático	Objetivo Específico
<b>D: Fatores que potenciam a cooperação entre a GNR e outras entidades</b>	<b>Enunciar aspetos que possam no futuro contribuir para potenciar a relação da GNR com outras entidades, de modo a combater a violência escolar.</b>
<p><b>D1:</b> Quais são os aspetos positivos a manter na relação com a GNR?</p> <p><b>D2:</b> Quais são os aspetos negativos?</p> <p><b>D3:</b> Quais são os aspetos a melhorar?</p> <p><b>D4:</b> Existe algum condicionalismo na cooperação entre a sua instituição/associação e a GNR?</p>	

**Apêndice G**  
**Carta de apresentação**



**ACADEMIA MILITAR**

***O bullying nas escolas.***  
**O contributo da GNR na sua prevenção.**

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Celso Ricardo de Moura  
Marques**

**Orientadora: Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira**  
**Coorientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Rogério Paulo M. Copeto**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**  
**Lisboa, julho de 2015**

No âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao tema “O *bullying* nas escolas. O contributo da GNR na sua prevenção”, estou a proceder à recolha de informação, afigurando-se essencial aos objetivos do trabalho auscultar as experiências e os pontos de vista dos atores conhecedores da temática. Venho por isso solicitar a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup> para me conceder uma entrevista, a qual se destina, exclusivamente, a finalidades académicas.

Este trabalho irá centrar-se na forma como a GNR, em particular o Programa Escola Segura, atua no âmbito da prevenção do *bullying* em ambiente escolar. Deste modo, o objetivo geral consiste em conhecer os mecanismos de atuação da GNR no que respeita à intervenção e prevenção do *bullying* nas escolas. Como objetivos específicos pretende-se, entre outros, caracterizar o fenómeno do *bullying*, enquadrar a atuação da GNR no âmbito do Programa Escola Segura e apurar elementos sobre o relacionamento entre a GNR e outros intervenientes no âmbito do combate à violência escolar.

Assim, a visão dos intervenientes (diretos ou indiretos) no combate a este tipo de violência constitui um requisito essencial à concretização do projeto que estou a desenvolver.

Se assim o desejar V. Ex.<sup>a</sup>, como todos os outros entrevistados, poderão ter acesso à transcrição da entrevista e, posteriormente à versão final do trabalho quando for aprovado.

Grato pela sua colaboração

Atenciosamente,

Celso Ricardo de Moura Marques

Aspirante Aluno GNR Infantaria



## Apêndice H

### Análise de conteúdo das entrevistas ao grupo A, B e C

Os seguintes quadros apresentam as respostas sintetizadas dos entrevistados do grupo A referentes aos seus módulos temáticos<sup>41</sup>. Cada resposta estará inserida num ou em vários segmentos que foram elaborados numa matriz de codificação numérica. Desta feita, construíram-se os seguintes quadros que traduzem as ideias principais dados pelos entrevistados por cada pergunta.

O Quadro n.º 5 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão A1: **“Considera que o *bullying* está presente nas escolas portuguesas? De que modo?”**

**Quadro n.º 5 - Análise de resultado da questão A1 dos entrevistados do grupo A**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Sim. O <i>bullying</i> apresenta-se sob a forma de agressões físicas e ameaças aos alunos das nossas escolas. A forma como nós o detetamos muitas vezes não o identifica como <i>bullying</i> em si, mas como atos que supostamente serão isolados inicialmente (injúrias, ameaças ou agressões), que depois percebemos que se tratou de <i>bullying</i> ”	A1.1
E2	“A Guarda pela força de segurança que é, e pela sua dispersão territorial e atribuições, está naturalmente atenta ao fenómeno da violência escolar”	A1.1
E3	“Sim, hoje em dia é muito praticado nas escolas”	A1.1

O Quadro n.º 6 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão A2: **“Na sua opinião, quais são os principais fatores que fazem com que os alunos pratiquem *bullying*?”**

**Quadro n.º 6 - Análise de resultado da questão A2 dos entrevistados do grupo A**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“A educação que os jovens têm em casa. São jovens em que não lhes são impostas regras (dificuldade em aceitar regras). A questão do espírito de grupo também é importante. Muitas vezes os jovens são impulsionados pelo próprio grupo a ter esse tipo de comportamentos. Normalmente o indivíduo que sofre o <i>bullying</i> pode ser identificado como tendo uma auto-estima mais baixa. Tem, por vezes, um grupo que não lhe dá apoio e que não o defende de tais atos”	A2.2 A2.4
E2	“(...) alguns valores na nossa sociedade estão um pouco corroídos”; “(...) vivemos num mundo global e ao viver num mundo global as oportunidades de acesso à informação são tantas que, de um certo modo, ajudam os jovens a terem este tipo de comportamentos”	A2.1
E3	“Nomeadamente a falta de acompanhamento dos pais e o facto de estes alunos se quererem superiorizar perante outros mais frágeis ou mais indefesos”; “Neste particular, a questão familiar	A2.2 A2.4

<sup>41</sup> Como se pode constatar através da análise de conteúdo das entrevistas, podemos verificar que alguns não responderam a algumas questões colocadas. Isto deveu-se ao facto de alguns entrevistados considerarem não terem competência ou conhecimento suficiente para responder a tais questões.

	assume duas vertentes: o facto de os pais controlarem pouco o acesso à informação que os seus filhos tem, nomeadamente o acesso à internet; e o facto de muitos dos que praticam <i>bullying</i> serem eles próprios vítimas de violência doméstica em casa”	
--	--	--

O Quadro n.º 7 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão A3: **“Na sua opinião, que tipos de atos de *bullying* são mais frequentes entre alunos?”**

**Quadro n.º 7 - Análise de resultado da questão A3 dos entrevistados do grupo A**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“As ameaças e as agressões físicas”	A3.1 A3.4
E2	“(…) pela perceção que tenho e pelo que é veiculado pela comunicação social as ações mais praticadas são as ofensas à integridade física, as ameaças e as injúrias”	A3.1 A3.4
E3	“As ofensas à integridade física, as ameaças e as injúrias”	A3.1 A3.4

O Quadro n.º 8 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão B1: **“Existe cooperação entre a GNR e outras instituições/associações na prevenção e no combate à violência escolar?”**

**Quadro n.º 8- Análise de resultado da questão B1 dos entrevistados do grupo A**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Existe em primeira linha com as escolas, através do Programa Escola Segura. (...) Existe também ligação com outras instituições, como por exemplo as CPCJ’s (...) A GNR também tem ligações com os Centros de Saúde que servem como elementos de contacto para a identificação de situações de <i>bullying</i> ”	B1.1
E2	“Sim, existe cooperação. Essa cooperação existe porque a Guarda sempre teve essa cultura de cooperação com outros atores com quem tem que se relacionar porque, hoje em dia, nenhuma instituição consegue ter um serviço policial proficiente atuando de modo isolado”	B1.1
E3	“Sim, claro que existe. O que diferencia a GNR das outras forças de segurança é a sua inovação nos Programas Especiais e a sua capacidade em se relacionar com outras entidades”; “A GNR tem vindo, nos últimos 10 anos, a abrir as suas portas no âmbito da cooperação com entidades públicas e privadas, nomeadamente na prevenção da violência escolar”	B1.1

O Quadro n.º 9 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão B2: **“Considera importante o relacionamento da GNR com outras entidades para a prevenção da violência escolar? Porquê?”**

**Quadro n.º 9 - Análise de resultado da questão B2 dos entrevistados do grupo A**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Sim, porque a GNR tem também um papel social e a sua principal missão é prevenir a ocorrência de crimes (...) temos também a responsabilidade social de procurarmos incutir regras nos jovens para que no futuro tenhamos adultos mais responsáveis”	B2.1
E2	“A relação da GNR com outras entidades é crucial”; “Tanto é crucial que o próprio Comando da Guarda assim o entendeu e no seu Plano Estratégico uma das estratégias definidas é direcionada para a cooperação”	B2.1
E3	“Sem dúvida que é importante”; “(...) mas é preciso ter algum cuidado com as parcerias que se fazem, porque pode haver riscos de associação negativa para a GNR. É necessário sempre ponderar quais os objetivos definidos e para que servem as cooperações”	B2.1

O Quadro n.º 10 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão C1: **“Que modalidades de ação internas ou externas, desenvolve a GNR relativamente ao combate/prevenção do *bullying* nas escolas?”**

**Quadro n.º 10 - Análise de resultado da questão C1 dos entrevistados do grupo A**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Internamente apostamos na formação essencialmente dos militares dos Programas Especiais que desenvolvem o Programa Escola Segura mas também dos patrulheiros que tem um guia destinado às forças de segurança que dá orientações para situações relativas a crianças e jovens. Foi também desenvolvido um referencial de formação, em que foram chamados vários elementos dos NES dos DTer’s por todo o país que tiveram formação de formadores durante duas semanas sobre várias matérias relacionadas com a violência escolar por parte de elementos da Segurança Social, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e a Polícia Judiciária. Estes elementos poderiam posteriormente dar essa formação a nível interna a outros militares. Externamente o papel principal que tentamos fazer é a sensibilização junto da comunidade escolar em geral”	C1.1 C1.2
E2	Sem resposta	
E3	“A própria criação do PES é uma modalidade adotada pela GNR (...); “(...) por outro lado, temos as ações de sensibilização e as parcerias nomeadamente junto das Câmaras Municipais”; “(...) isto está tudo interligado com o conceito de policiamento de proximidade (...) apostamos muito na formação dos militares desde 2009 com a criação dos cadernos pedagógicos que apoiam a atuação dos militares”	C1.1 C1.2 C1.3

O Quadro n.º 11 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão C2: **“Que boas práticas realizadas pela GNR identifica relativamente à prevenção da violência escolar? E relativamente ao *bullying*?”**

**Quadro n.º 11 - Análise de resultado da questão C2 dos entrevistados do grupo A**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“De uma maneira geral considero que as nossas ações diárias são uma boa prática, através do nosso patrulhamento. Posso por exemplo realçar um protocolo que fizemos com a Microsoft em que um dos objetivos era prevenir o <i>cyberbullying</i> ”	C2.1 C2.2
E2	“A nível nacional há polícias que diariamente contactam com a comunidade escolar. Estes polícias têm a confiança de toda a comunidade escolar, conhecem os problemas escolares e são muito úteis”	C2.1
E3	“A realização de parcerias, a própria presença dos militares junto da comunidade escolar e as ações de sensibilização”	C2.1 C2.2 C2.3

O Quadro n.º 12 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão C3: **“Na sua opinião, as ações de prevenção da GNR deveriam focar-se principalmente em que grupo da comunidade escolar? Porquê?”**

**Quadro n.º 12 - Análise de resultado da questão C3 dos entrevistados do grupo A**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Podemos considerar os alunos (...) Os encarregados de educação, na sua maioria, não sabem o que se passa com os filhos devido ao estilo de vida cada vez mais atarefado que as pessoas têm”	C3.1
E2	Sem resposta	
E3	“Nos alunos, nos professores, nos diretores de escola e nos encarregados de educação”; “No	C3.5

	entanto, temos a perfeita noção das dificuldades que os encarregados de educação e as famílias têm em ir às reuniões, e as ações de sensibilização junto deles tem pouco efeito pelos motivos que acabei de referir”	
--	--	--

O Quadro n.º 13 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão D1: **“Qual é o papel do PES no combate à violência escolar e ao *bullying*?”**

**Quadro n.º 13 - Análise de resultado da questão D1 dos entrevistados do grupo A**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“O papel do PES, dentro daquilo que o nosso âmbito de intervenção nos permite, pretende fazer nos níveis 2 e 3 (fora e a caminho da escola) uma prevenção e uma presença física no exterior (...) O principal papel é a prevenção e a sinalização dos jovens”	D1.1 D1.2
E2	“Temos alguém que diariamente contacta com a comunidade escolar, temos alguém com quem a comunidade escolar se identifica para apresentar os seus problemas, temos alguém que tem formação específica para ouvir os pais, temos alguém específico para no âmbito da investigação criminal esteja sensível a estas atividades ilícitas relacionadas com a atividade escolar e acaba por ser um excelente meio para nos aproximarmos dos jovens de hoje que são os adultos de amanhã”	D1.1
E3	“(…) prevenção e participação junto dos alunos (...)”	D1.1

O Quadro n.º 14 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão D2: **“Considerando as atividades e resultados do PES, por favor identifique as suas potencialidades e as vulnerabilidades.”**

**Quadro n.º 14 - Análise de resultado da questão D2 dos entrevistados do grupo A**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Tem como potencialidades a imagem institucional da Guarda (...) Os escassos recursos que temos são uma vulnerabilidade (...) Outra vulnerabilidade é a especialização dos militares dos Programas Especiais. Muitos desses militares, derivado dos escassos recursos humanos, são utilizados noutras tarefas no DTer (...)”	D2.1 D2.5 D2.6
E2	Sem resposta	
E3	“Como potencialidades destaco a simples presença e a imagem do guarda junto das escolas que é muito importante e acaba por ter os seus reflexos na minimização e diminuição dos fatores de agressão escolar”; “Como vulnerabilidade temos o facto de, em alguns casos, não haver uniformização de procedimentos em todas as SPE. Este é um elemento fundamental para transmitir uma boa imagem da GNR. A GNR não pode ter centenas de militares que se esforçam e que se dedicam aos Programas Especiais, se depois não houver pacotes pedagógicos com uma linguagem uniforme para todo o território nacional”	D2.1 D2.2 D2.4

O Quadro n.º 15 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão F1: **“Como devem atuar os militares dos NES numa situação de *bullying*?”**

**Quadro n.º 15 - Análise de resultado da questão F1 dos entrevistados do grupo A**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Numa primeira situação devem-se identificar as partes envolvidas. Posteriormente, temos que envolver as partes para a resolução do problema como é o caso da escola, da família e de outras entidades. De seguida temos que proceder às nossas comunicações quer internas quer externas, como por exemplo para o Ministério Público”	F1.1 F1.2 F1.3 F1.4
E2	Sem resposta	
E3	“Neste particular considero, pela minha experiência, que os militares devem ter em consideração a situação em si. Desta forma penso que a atuação se deve pautar pela prevenção, pela comunicação,	F1.1

	pelo bom senso e pela boa convivência organizacional”	
--	---	--

O Quadro n.º 16 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão F2: **“Considera que a realização de ações de sensibilização, demonstrações e visitas são suficientes para prevenir o *bullying* nas escolas?”**

**Quadro n.º 16 - Análise de resultado da questão F2 dos entrevistados do grupo A**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Não. Poderia haver outras formas de fazer chegar a mensagem aos jovens (...)”	F2.2
E2	Sem resposta	
E3	“Não, mas são um excelente caminho para prevenir o <i>bullying</i> (...)”	F2.2

O Quadro n.º 17 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão F3: **“Considera que a formação dos militares dos NES é adequada para lidar com situações de *bullying*?”**

**Quadro n.º 17 - Análise de resultado da questão F3 dos entrevistados do grupo A**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Os militares têm formação mas muitos deles são generalistas, e para este tipo de público-alvo necessitamos de especialistas”	F3.3
E2	“Os militares que estão ligados aos Programas Especiais também tem que ter algumas características especiais e acho que a Guarda tem essa preocupação nas escolhas dos militares para desempenharem essas tarefas”	F3.1
E3	“Considero que há uma necessidade se criar uma especialização na área dos Programas Especiais muito à semelhança do que se passa com o SEPNA. Com esta especialização iria-se potenciar as capacidades dos militares”	F3.3

O Quadro n.º 18 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão F4: **“O que poderia aumentar a eficácia dos NES na prevenção do *bullying*?”**

**Quadro n.º 18 - Análise de resultado da questão F4 dos entrevistados do grupo A**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“O principal neste momento seria a especialização, ou seja, os militares fiquem exclusivos a lidar com estas matérias. Em alguns DTer’s devia-se aumentar os efetivos humanos e alguns materiais necessários para o desempenho das tarefas”	F4.1 F4.2 F4.4
E2	“Essencialmente mais parcerias e formação. Hoje em dia, o desafio de qualquer força policial é fazer muito mais com poucos meios e isso consegue-se através de parcerias e de formação”	F4.3 F4.4
E3	“Por ordem de importância considero que seria importante: mais meios humanos, mais formação, mais parcerias e mais materiais”	F4.1 F4.2 F4.3 F4.4

Os seguintes quadros apresentam as respostas sintetizadas dos entrevistados do grupo B referentes aos seus módulos temáticos. Cada resposta estará inserida num ou em

vários segmentos que foram elaborados numa matriz de codificação numérica. Desta feita, construíram-se os seguintes quadros que traduzem as ideias principais dados pelos entrevistados por cada pergunta.

O Quadro n.º 19 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão A1: **“Considera que o *bullying* está presente nas escolas portuguesas? De que modo?”**

**Quadro n.º 19 - Análise de resultado da questão A1 dos entrevistados do grupo B**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Sim, essencialmente no que concerne às ofensas à integridade física e à violência psicológica”	A1.1
E2	“Efetivamente, na área do DTer de Sintra o <i>bullying</i> é uma realidade e existe nas nossas escolas”	A1.1
E3	“Sim, de facto o <i>bullying</i> está presente e é uma realidade nas escolas portuguesas”	A1.1
E4	“Sim, está cada vez mais presente. Ultimamente o <i>bullying</i> é praticado de todas as formas”	A1.1
E5	“Sim, o <i>bullying</i> infelizmente está presente nas nossas escolas mais de forma psicológica”	A1.1
E6	“Sim, o <i>bullying</i> encontra-se nas mais variadas formas, sendo a mais visível a agressão física”	A1.1
E7	“Sim, o <i>bullying</i> encontra-se presente nas escolas de uma forma mais ‘visível’ a nível físico e emocional (psicológico)”	A1.1
E8	“Sim, está presente”	A1.1
E9	“Sim. O modo psicológico que na minha opinião é o mais graves”	A1.1
E10	“Sim. Não é algo novo. Faz parte da idade e do meio de onde vem. Verificam-se pontualmente nas escolas aqui em Vila Franca de Xira”	A1.1
E11	“Sim. Desde há muito tempo. Há mais situações do que aquelas que se vem a saber”	A1.1
E12	“Não está. Concretamente não existe. O que poderá haver são crises de valores”	A1.2
E13	“(…) considero que na realidade atual do nosso país existem muitos casos de <i>bullying</i> por aí”	A1.1
E14	“Sim, principalmente nas escolas básicas, acentuando-se na injúria e agressões físicas mas sem grandes impactos”	A1.1
E15	“Sim, está presente. No fundo, o <i>bullying</i> esteve sempre presente nas escolas mas agora é que se está a dar maior importância a este problema”	A1.1

O Quadro n.º 20 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão A2: **“Na sua opinião, quais são os principais fatores que fazem com que os alunos pratiquem *bullying*?”**

**Quadro n.º 20 - Análise de resultado da questão A2 dos entrevistados do grupo B**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“(…) na necessidade de afirmação por parte de algumas crianças e jovens (…)”	A2.4
E2	“Pode ser uma questão socioeconómica ou por causa de uma característica física do próprio aluno ou por causa da tendência sexual”; “Pode ocorrer o <i>bullying</i> por parte daqueles grupos dominantes da escola em que um conjunto de alunos consegue levar atrás de si outros alunos que são vistos pelos demais como os ‘líderes’”	A2.1 A2.4
E3	“Penso que muitos destes jovens que praticam <i>bullying</i> tem uma falta de acompanhamento por parte dos pais. São jovens que estão inseridos em famílias com carências a nível socioeconómico”	A2.2 A2.5
E4	“A sociedade em que estamos inseridos (…)”	A2.1
E5	“Talvez o efeito do grupo. Este efeito surge pelo facto do aluno se querer destacar dentro de um grupo e para isso pratica <i>bullying</i> noutros alunos mais indefesos”	A2.4
E6	“(…) muitas vezes os alunos praticam <i>bullying</i> sobre os colegas de uma forma natural, uma vez que já eles sofreram aquele tipo de comportamentos agressivos (…). Outro dos fatores é a falta de regras de conduta/valores no seio familiar”	A2.2
E7	“(…) incide principalmente na falha de alguns valores”	A2.1
E8	“Principalmente o meio social de onde eles vêm. Muitas das situações de <i>bullying</i> vêm dos	A2.2

	jovens com carências sociais. A própria família tem carências e depois na escola querem mostrar uma imagem de 'líder' e tem tendências para ter comportamentos associados ao <i>bullying</i> "	A2.4 A2.5
E9	"Imposição dentro de um grupo (ganhar estatuto). Um aluno quer-se sobrepor a outro ou um aluno pretende ganhar protagonismo"	A2.4
E10	"A questão familiar é muito importante, ou seja, a falta de acompanhamento por parte da família é determinante para a sua formação enquanto pessoa"	A2.2
E11	"Questão familiar (violência na própria casa, onde já nasceu com estes hábitos). Depois de vivenciar estas histórias, o jovem tende a fazer o mesmo com os outros alunos. O fator socioeconómico também é decisivo"	A2.2 A2.3 A2.5
E12	"É o querer chamar à atenção, ou seja, obter estatuto dentro de um grupo. Há também problemas sociais (...); "(...) convivem com a violência de uma forma muito próxima, muitas das vezes nas próprias casas (...)"	A2.2 A2.5
E13	"O querer ser o 'líder' de um grupo (...)"	A2.4
E14	"A situação atual dos pais, a sua situação social e financeira"	A2.2 A2.5
E15	"A situação familiar do aluno e o meio socioeconómico de onde ele vem"	A2.2 A2.5

O Quadro n.º 21 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão A3: **"Na sua opinião, que tipos de atos de *bullying* são mais frequentes entre alunos?"**

**Quadro n.º 21 - Análise de resultado da questão A3 dos entrevistados do grupo B**

E	Ideias principais	Seg.
E1	"Os casos mais frequentes são as ofensas à integridade física"	A3.1
E2	"As mais frequentes são as ofensas à integridade física, a ameaça e as injúrias"	A3.1 A3.4
E3	"O que temos muito são as ofensas à integridade, as ameaças e as injúrias"	A3.1 A3.4
E4	"As ameaças e as injúrias"	A3.4
E5	"As ameaças e as injúrias"	A3.4
E6	"São sem dúvida as ofensas à integridade física"	A3.1
E7	"Os principais atos são as ofensas à integridade física e ameaças"	A3.1 A3.4
E8	"Os mais frequentes são a ofensa à integridade física e a ameaça"	A3.1 A3.4
E9	"Ofensas à integridade física e as injúrias entre pares"	A3.1 A3.4
E10	"Ofensas à integridade física e as ameaças"	A3.1 A3.4
E11	"Ofensas à integridade físicas, ameaças e injúrias"	A3.1 A3.4
E12	"As injúrias são as mais frequentes (...)"	A3.4
E13	"As injúrias são as mais frequentes (...)"	A3.4
E14	"Difamação, injúria e ofensa à integridade simples"	A3.1 A3.4
E15	"Ofensas à integridade física e as ameaças"	A3.1 A3.4

O Quadro n.º 22 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão B1: **"Que boas práticas realizadas pela GNR identifica relativamente à prevenção da violência escolar? E relativamente ao *bullying*?"**



**Quadro n.º 22 - Análise de resultado da questão B1 dos entrevistados do grupo B**

<b>E</b>	<b>Ideias principais</b>	<b>Seg.</b>
<b>E1</b>	“(…) de uma forma genérica, a maior aproximação e cooperação com outras entidades, bem como a presença física dos militares no ambiente escolar e as ações de sensibilização nas mais diversas temáticas”	<b>B1.2</b> <b>B1.3</b>
<b>E2</b>	“Ações realizadas através da comunicação social que tem um grande impacto e a utilização das redes sociais por parte das SPE”; “Muito importante também é a GNR estar presente nas reuniões de pais”; “A principal modalidade de ação são as ações de sensibilização e o patrulhamento dos militares das SPE junto das escolas”	<b>B1.3</b> <b>B1.4</b> <b>B1.5</b>
<b>E3</b>	“Divulgação das ações da SPE nas redes sociais. Ao nível desta temática, temos várias solicitações por parte das escolas para a realização de ações de sensibilização. Depois disso, temos o patrulhamento dito normal por parte dos militares que acabam por fazer um policiamento de proximidade junto das escolas. Muitos casos são resolvidos apenas pela nossa presença junto das escolas”	<b>B1.1</b> <b>B1.3</b> <b>B1.4</b>
<b>E4</b>	“A criação de parcerias (...); “(...) ações de sensibilização por forma a fazer chegar a nossa mensagem junto da comunidade escolar”	<b>B1.1</b> <b>B1.2</b>
<b>E5</b>	“O acompanhamento e o relacionamento com os alunos desde muito pequenos (...); “Fazemos muitas ações de sensibilização e colaboramos muito com as escolas nas ações que desenvolvemos”	<b>B1.1</b> <b>B1.3</b>
<b>E6</b>	“Ações de sensibilização e boas parcerias com algumas escolas”	<b>B1.3</b> <b>B1.2</b>
<b>E7</b>	“Ações de sensibilização e demonstrações”	<b>B1.3</b>
<b>E8</b>	“Ações de sensibilização junto dos alunos e dos pais nas áreas temáticas que desenvolvemos no âmbito dos Programas Especiais”; “Existe também algum contacto com as associações de pais quando estamos presentes nas suas reuniões”	<b>B1.3</b> <b>B1.5</b>
<b>E9</b>	“Basicamente as ações de sensibilização”	<b>B1.3</b>
<b>E10</b>	“Parcerias com instituições e técnicos/profissionais da Câmara Municipal em que fazemos ações de sensibilização que tem sido bem aceite”	<b>B1.2</b>
<b>E11</b>	“As ações de sensibilização são uma forma de nos aproximarmos tanto dos alunos como dos pais. As ações de sensibilização marcam a diferença (...)”	<b>B1.3</b>
<b>E12</b>	“Ações desenvolvidas junto de toda a comunidade escolar e ações de formação junto de turmas específicas visando os jovens que temos referenciados (...); “Estamos presentes nas reuniões de pais (...)”	<b>B1.3</b> <b>B1.5</b>
<b>E13</b>	“Penso que a nossa presença constante junto das escolas é uma mais-valia para o sentimento de segurança”	<b>B1.1</b>
<b>E14</b>	“Fazemos ações de sensibilização durante todo o ano e quando as realizamos tentamos sempre que o diretor de turma esteja presente nas nossas ações (...)”	<b>B1.3</b>
<b>E15</b>	“Fazemos muitas ações de sensibilização (...)”	<b>B1.3</b>

O Quadro n.º 23 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão B2: “Na sua opinião, as ações de prevenção da GNR deveriam focar-se principalmente em que grupo da comunidade escolar? Porquê?”

**Quadro n.º 23 - Análise de resultado da questão B2 dos entrevistados do grupo B**

<b>E</b>	<b>Ideias principais</b>	<b>Seg.</b>
<b>E1</b>	“(…) toda a comunidade escolar (...)”	<b>B2.5</b>
<b>E2</b>	“Neste tipo de temática é essencial envolver toda a comunidade escolar”	<b>B2.5</b>
<b>E3</b>	“Deveriam focar-se essencialmente junto dos alunos e dos professores”	<b>B2.1</b> <b>B2.2</b>
<b>E4</b>	“Toda a comunidade escolar (...)”	<b>B2.5</b>
<b>E5</b>	“Aqui tem que estar tudo interligado. Tem que ser um trabalho colaborativo entre toda a comunidade escolar e nós nunca poderemos atuar isoladamente”	<b>B2.5</b>
<b>E6</b>	“Os alunos”	<b>B2.1</b>
<b>E7</b>	“Os alunos e os pais”	<b>B2.1</b> <b>B2.3</b>
<b>E8</b>	“Todos (...)”	<b>B2.5</b>
<b>E9</b>	“Nos alunos porque nós passamos muito tempo com eles, e nos encarregados de educação”	<b>B2.1</b> <b>B2.3</b>



<b>E10</b>	“Todos. Neste caso não podemos excluir ninguém pois todos são essenciais para a resolução da violência escolar”	<b>B2.5</b>
<b>E11</b>	“Nos encarregados de educação prioritariamente porque na maioria das vezes eles não sabem o que se passa com os filhos na escola”	<b>B2.3</b>
<b>E12</b>	“(…) de um modo geral todos devem estar envolvidos neste processo que deve funcionar em rede”	<b>B2.5</b>
<b>E13</b>	“Todos devem estar envolvidos (…)”	<b>B2.5</b>
<b>E14</b>	“Essencialmente nos alunos (…)”	<b>B2.1</b>
<b>E15</b>	“Todos são essenciais”	<b>B2.5</b>

O Quadro n.º 24 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão C1: **“Considerando as atividades e resultados do PES, por favor identifique as suas potencialidades e as vulnerabilidades”**

**Quadro n.º 24 - Análise de resultado da questão C1 dos entrevistados do grupo B**

<b>E</b>	<b>Ideias principais</b>	<b>Seg.</b>
<b>E1</b>	“Como potencialidades poderemos realçar os excelentes resultados obtidos nos últimos anos (…). No entanto, nem sempre o efetivo disponível nas Secções de Programas Especiais é o suficiente para se cumprirem os desideratos estabelecidos pela Guarda nesta matéria, sendo esta, na minha perspetiva a maior vulnerabilidade neste momento”	<b>C1.3</b>
<b>E2</b>	“Temos como potencialidade: o facto da GNR e do Programa Escola Segura estarem presentes em todo o território nacional”; “Outra potencialidade é o facto das SPE se focarem e terem militares apenas nestas matérias em todos os CTer’s”; “Como vulnerabilidades: o facto dos militares não terem uma formação específica nesta área”; “(…) o militar precisa de ter um enquadramento das diretivas e das NEP’s, e ter uma formação ou um curso estruturado relativamente à matéria dos Programas Especiais”; “Um exemplo é que, na minha opinião, todos os militares das SPE deveriam ter o curso de formação de formadores”; “Eles deveriam ter uma formação estruturada, em que muitas formações deveriam ser dadas por entidades externas como é o caso da investigação criminal”	<b>C1.2</b> <b>C1.3</b> <b>C1.6</b> <b>C1.7</b>
<b>E3</b>	“Podemos ter como potencialidade a uniformização de procedimentos nas diversas SPE mas sabemos que ela não é igual e que muitos módulos são dados de forma diferente pelas diversas SPE” “Vulnerabilidades: existem militares das SPE com pouco perfil ou sem formação para desempenhar certas funções. Deveria haver uma triagem na seleção dos militares que vão para os Programas Especiais”	<b>C1.4</b> <b>C1.7</b>
<b>E4</b>	“Potencialidades: conseguimos alcançar um grande grupo de pessoas, neste caso os alunos (…)” “Vulnerabilidades: falta de meios humanos e de meios materiais (…)”	<b>C1.2</b> <b>C1.5</b>
<b>E5</b>	“(…) uma grande potencialidade do Programa Escola Segura é o facto de podermos inculcar valores de bem para futuramente termos uma sociedade cada vez melhor e reduzir a criminalidade” “Vulnerabilidades: há uma grande falta de efetivo nas SPE (…)”	<b>C1.2</b> <b>C1.5</b>
<b>E6</b>	“As potencialidades são: a proximidade com a comunidade escolar, criando laços de confiança com os alunos e com os professores para comunicarem as situações que tenham conhecimento” “Vulnerabilidades: a falta de material técnico (ex. vídeos em português)”	<b>C1.1</b> <b>C1.2</b> <b>C1.5</b>
<b>E7</b>	“Potencialidades: a proximidade com a comunidade escolar (…)” “Vulnerabilidades: falta de material para exibição (vídeos) durante as sessões com os alunos de forma a conseguir, de alguma forma, sensibilizá-los para a realidade das vítimas de <i>bullying</i> ”	<b>C1.2</b> <b>C1.5</b>
<b>E8</b>	“Potencialidades: a proximidade junto da comunidade escolar e a resolução rápida dos problemas dos alunos” “Vulnerabilidades: a especialização dos militares dos Programas Especiais nas várias áreas. Tem que haver uma especialização dos militares das SPE”	<b>C1.2</b> <b>C1.6</b>
<b>E9</b>	“Potencialidade: proximidade com os alunos” “Vulnerabilidade: necessitamos de mais formação sobre os temas que abordamos. Muitos Power Point’s são feitos por nós (…)”	<b>C1.2</b> <b>C1.7</b>
<b>E10</b>	“Potencialidades: proximidade com a população-alvo e a identificação mais fácil dos casos que existem nas escolas”	<b>C1.2</b> <b>C1.5</b>

	“Vulnerabilidades: falta de meios, em que os poucos que temos são usados para outros fins. A falta de especialização dentro da área dos Programas Especiais também é uma lacuna”	<b>C1.6</b>
<b>E11</b>	“Potencialidades: proximidade com os alunos. Adaptação rápida dos militares das SPE perante os problemas que surgem (Ex: materiais ou criação de Power Point’s)” “Vulnerabilidades: algumas vezes somos desviados para outras missões que não estão relacionados com a missão dos Programas Especiais. O facto de os Programas Especiais não serem uma especialidade, como são os cursos de investigação criminal ou os cursos na área ambiental, é uma lacuna que temos”	<b>C1.2 C1.3 C1.6</b>
<b>E12</b>	“Potencialidades: proximidade com a nossa população-alvo. Acompanhamento próximo junto dessa população. Esta aproximação dá uma boa imagem da Guarda perante uma população que, muitas vezes, ainda nos vê como uma força repressiva” “Vulnerabilidades: temos um efetivo reduzido uma vez que temos 3 elementos para 50 escolas”	<b>C1.1 C1.2 C1.3 C1.5</b>
<b>E13</b>	“Potencialidades: Proximidade junto da comunidade escolar” “Vulnerabilidades: Como já foi referido, temos um efetivo reduzido uma vez que temos 3 elementos para cerca de 50 escolas”	<b>C1.2 C1.5</b>
<b>E14</b>	“Potencialidades: o policiamento de proximidade e o facto de este programa alcançar resultados a longo prazo para a sociedade” “Vulnerabilidades: a falta de viaturas; nós temos uma viatura a funcionar para 100 escolas, o que é totalmente ineficaz para a nossa função. Os nossos meios são empenhados para outros fins, nomeadamente na utilização das nossas viaturas para outros meios. Há também um empenhamento dos meios humanos para outro tipo de tarefas que não tem nada a ver com aquilo que são as nossas funções”	<b>C1.2 C1.5</b>
<b>E15</b>	“Potencialidades: o policiamento de proximidade” “Vulnerabilidades: o facto de termos poucos recursos para desempenhar as funções que nos são atribuídas”	<b>C1.2 C1.5</b>

O Quadro n.º 25 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão D1: **“Como devem atuar os militares dos NES numa situação de *bullying*?”**

**Quadro n.º 25 - Análise de resultado da questão D1 dos entrevistados do grupo B**

<b>E</b>	<b>Ideias principais</b>	<b>Seg.</b>
<b>E1</b>	“(…) os militares dos NES devem estar em perfeita sintonia com os diretores de escolas por forma a que, caso seja necessário, proceder aos respetivos processos disciplinares (…) Sempre que o justifique, será enviada a denúncia ao Tribunal de Família e Menores e será efetuada a sinalização na respetiva CPCJ”	<b>D1.3 D1.5 D1.6</b>
<b>E2</b>	“(…) envolvimento com as escolas, com os encarregados de educação, com as autoridades de saúde, com os gabinetes de psicologia (…)”; “(…) participações ao Ministério Público ou sinalizações às CPCJ’s”	<b>D1.2 D1.3 D1.4 D1.6</b>
<b>E3</b>	“Depende de situação para situação. Os militares não podem atuar da mesma maneira numa situação de injúrias ou ameaças ou numa situação de agressões físicas entre alunos. A nossa postura também vai dependendo da gravidade da situação. Mas, acima de tudo, a primeira coisa a fazer, independentemente da gravidade da situação, é cessar a infração. Na maioria das situações, elas resolvem-se falando com os alunos, com os professores ou reunindo com os pais”	<b>D1.1 D1.2 D1.3</b>
<b>E4</b>	“(…) vamos à escola recolher o máximo de informação possível (…)”; “Depois devemos comunicar essa situação aos pais tanto da vítima como do agressor”; “No entanto, isto vai depender sempre da gravidade da situação. Se a situação for mais grave, a sua resolução já sofre um caminho diferente. Temos de comunicar às CPCJ’s os casos em que possa haver um risco para o jovem, porque por detrás do <i>bullying</i> poderá haver outras implicações piores. Mas no geral, conseguimos resolver estas situações através do diálogo”	<b>D1.2 D1.6</b>
<b>E5</b>	“Tem que se dar informação às famílias, tanto da vítima como do agressor, daquilo que ocorreu”; “Em situações de maior gravidade, poderemos ter que comunicar aos Tribunais de Menores e dar conhecimento às CPCJ’s. Temos também de atuar preservando a vítima ao máximo”	<b>D1.2 D1.4 D1.6</b>
<b>E6</b>	“Em primeiro lugar informar a vítima que deve denunciar a situação junto da direção de turma/direção de escola, por forma a ser instaurado um processo disciplinar ao aluno agressor ( <i>Bully</i> ). Não invalidando a denúncia para o Tribunal de Família e Menores e consequentemente a sinalização para as CPCJ”	<b>D1.1 D1.4 D1.6</b>
<b>E7</b>	“Identificado o agressor, e se for menor, temos que informar o representante legal da suspeita	<b>D1.2</b>

	de tais atos (...) relativamente à vítima temos de informar o representante legal do direito de queixa bem como dos prazos legais. Encaminhar para algum tipo de apoio psicológico. Dar informação às CPCJ dos factos”	D1.5 D1.6
E8	“(…) acompanhamento junto do meio onde ocorreu tal facto. De seguida fazemos a participação para o Tribunal Família Menores com conhecimento as CPCJ’s”; “Continuamos a acompanhar o jovem em causa (...); “Fazemos a comunicação aos pais, de modo a informá-los dos mecanismos legais a seguir”	D1.1 D1.2 D1.4 D1.6
E9	“Numa primeira fase, devemos saber se a escola já tem conhecimento do caso (...); “Depois intervimos junto dos <i>bullies</i> . Realizamos reuniões e falamos também com a vítima”; “(...) em casos mais graves, elaboramos um auto de notícia ou um relatório ao Tribunal de Menores e um comunicado às CPCJ’s”	D1.1 D1.3 D1.4 D1.6
E10	“Identificar o agressor e a vítima (...); “Tentamos desenvolver estratégias para controlar estas ações procurando pessoas que estão relacionadas com isto, como por exemplo os alunos que assistem e não fazem nada. Podemos sinalizar o jovem ao Ministério Público e comunicar as situações às CPCJ’s”	D1.1 D1.4 D1.6
E11	“Tentar perceber junto das escolas e sinalizar as vítimas e os agressores”	D1.1 D1.3
E12	“Depende da gravidade da situação. Normalmente, tentamos resolver as coisas de forma antecipada na base da prevenção”	D1.1
E13	“Na nossa realidade funcionamos à base do diálogo tanto com alunos, professores e encarregados de educação (...)	D1.1 D1.2 D1.3
E14	“Normalmente o que fazemos é reunir toda a comunidade escolar e discutir o problema”; “Isto são situações que não devem entupir os tribunais e as CPCJ’s (...)	D1.1 D1.2 D1.3 D1.4 D1.6
E15	“Tentamos resolver estes problemas na base do discurso com todos os envolvidos (...)	D1.1

O Quadro n.º 26 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão D2: **“Considera que a realização de ações de sensibilização, demonstrações e visitas são suficientes para prevenir o *bullying* nas escolas?”**

**Quadro n.º 26 - Análise de resultado da questão D2 dos entrevistados do grupo B**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Não (...)”	D2.2
E2	“As ações de sensibilizações contribuem mas devem ser complementadas com outras coisas, desde a divulgação das SPE nos órgãos de comunicação social ou nas redes sociais”	D2.2
E3	“Não é suficiente (...)”	D2.2
E4	“Não. Considero que ainda não é suficiente para prevenir a 100% o <i>bullying</i> nas escolas”	D2.2
E5	“Infelizmente não são suficientes”	D2.2
E6	“Na minha opinião não, mas pela experiência que temos no dia-a-dia e em conversa com os professores têm reduzido significativamente o número de casos”	D2.2
E7	“Não”	D2.2
E8	“Não. Deveríamos apostar mais em ações de sensibilização junto dos pais”	D2.2
E9	“Sim. Não temos grandes casos de <i>bullying</i> e incidimos muito nas ações de sensibilização para a prevenção de casos de <i>bullying</i> ”	D2.1
E10	“Há sempre novas estratégias (...)”	D2.2
E11	“Nunca nada é suficiente. Poderemos sempre fazer melhor”	D2.2
E12	“Sim são suficientes”	D2.1
E13	“Sim, para a nossa realidade é suficiente”	D2.1
E14	“Sim, tem sido suficientes”	D2.1
E15	“Sim, são suficientes”	D2.1

O Quadro n.º 27 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão D3: **“Considera que a formação dos militares dos NES (ou que a sua formação) é adequada para lidar com situações de *bullying*?”**

**Quadro n.º 27 - Análise de resultado da questão D3 dos entrevistados do grupo B**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Não. Vive-se muitas vezes da experiência e do senso comum dos militares”	D3.2
E2	“Como já disse anteriormente, penso que a formação não é adequada e que os militares dos Programas Especiais necessitam de um curso estruturado e bem delineado para aquilo que irão ser as suas missões”	D3.3
E3	“Na minha opinião deveria haver muito mais formação para os militares”	D3.2
E4	“Não. Os militares das SPE não têm formação específica (...)”	D3.3
E5	“Poderia ser melhorada (...)”	D3.2
E6	“No meu caso, não tenho formação específica na área”	D3.3
E7	“Não tenho formação específica nessa área, apenas experiência profissional (...)”	D3.2
E8	“Neste momento sim (...)”	D3.1
E9	“Sim, através da experiência do terreno”	D3.1
E10	“Falta-nos a especialização. Temos uma formação deficitária. Muita formação que temos vem do exterior com entidades externas (...)”	D3.3
E11	“Não é adequada. A nossa formação nesta área é um pouco desfasada da realidade. Há falta de uma formação ou de um curso estruturado”; “Tivemos apenas, há uns anos atrás, uma pequena formação de um dia em que fomos à Escola da Guarda e onde deu para trocar algumas ideias mas penso que só isso é insuficiente (...)”	D3.2 D3.3
E12	“Não. A nossa formação vem muito das situações que aparecem no dia-a-dia (...)”; “Há necessidade de haver uma especialização dos Programas Especiais, porque lidamos com diferente tipo de pessoas todos os dias. A falta de avaliação na nossa seleção também é uma lacuna (...)”	D3.2 D3.3
E13	“Não. Eu por exemplo, não tenho formação para estar nos Programas Especiais e acho que deveríamos ter mais formação (...)”	D3.2 D3.3
E14	“A nossa formação provém muito da nossa iniciativa em nos instruímos”	D3.2
E15	“(...) não temos tido formação adequado às novas tendências”	D3.2

O Quadro n.º 28 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão D4: **“O que poderia aumentar a eficácia dos NES na prevenção do *bullying*?”**

**Quadro n.º 28 - Análise de resultado da questão D4 dos entrevistados do grupo B**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Mais formação e mais efetivo nos NES das SPE”	D4.1 D4.4
E2	“Essencialmente apostar na formação. O que poderia também aumentar a eficácia dos NES seria a partilha de informação entre as diversas SPE do CTer de Lisboa. A falta de informação que muitas vezes não é partilhada diminui a eficácia das SPE”	D4.4
E3	“Mais meios humanos e, acima de tudo, mais formação”	D4.1 D4.4
E4	“Mais meios humanos acima de tudo. Nós com meios humanos conseguimos fazer tudo”	D4.1
E5	“Importante era ter mais meios humanos e mais recursos materiais”	D4.1 D4.2
E6	“Sem dúvida os meios humanos, acompanhadas de ações de formação e materiais”	D4.1 D4.2 D4.4
E7	“Mais meios humanos, materiais, parcerias e formação”	D4.1 D4.3 D4.4
E8	“Meios humanos e formação”	D4.1 D4.4

<b>E9</b>	“Formação e parcerias, como por exemplo trabalhar em conjunto com várias instituições como a CPCJ ou a APAV ou algum técnico de saúde em casos de problemas com droga”	<b>D4.3</b> <b>D4.4</b>
<b>E10</b>	“Mais meios humanos, materiais e a formação”	<b>D4.1</b> <b>D4.2</b> <b>D4.4</b>
<b>E11</b>	“Mais meios humanos, materiais e formação”	<b>D4.1</b> <b>D4.2</b> <b>D4.4</b>
<b>E12</b>	“Mais formação e mais humanos”	<b>D4.1</b> <b>D4.4</b>
<b>E13</b>	“Mais formação, mais meios humanos e mais meios materiais”	<b>D4.1</b> <b>D4.2</b> <b>D4.4</b>
<b>E14</b>	“Era preciso mais meios materiais e mais formação”	<b>D4.2</b> <b>D4.4</b>
<b>E15</b>	“Era preciso mais meios materiais e mais formação”	<b>D4.2</b> <b>D4.4</b>

O Quadro n.º 29 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão D5: “De que forma consegue identificar alunos que estão sujeitos ao *bullying*?”

**Quadro n.º 29 - Análise de resultado da questão D5 dos entrevistados do grupo B**

<b>E</b>	<b>Ideias principais</b>	<b>Seg.</b>
<b>E1</b>	Não respondeu à questão.	
<b>E2</b>	Não respondeu à questão.	
<b>E3</b>	Não respondeu à questão.	
<b>E4</b>	Não respondeu à questão.	
<b>E5</b>	Não respondeu à questão.	
<b>E6</b>	“(…) surgem na grande maioria pelos professores titulares de turma, e dos diretores das escolas”	<b>D5.2</b> <b>D5.4</b>
<b>E7</b>	“Através dos professores (DT) e coordenadores/diretores das escolas”	<b>D5.2</b> <b>D5.4</b>
<b>E8</b>	“Por parte de professores que nos avisam e por parte dos pais”	<b>D5.2</b> <b>D5.3</b>
<b>E9</b>	“Através da denúncia feita por parte dos pais e dos diretores das escolas”	<b>D5.3</b> <b>D5.4</b>
<b>E10</b>	“Por professores, diretores de escola e pais”	<b>D5.2</b> <b>D5.3</b> <b>D5.4</b>
<b>E11</b>	“Através da informação que nos chega das escolas (diretores e professores). Algumas informações chegam-nos dos pais durante as reuniões de pais”	<b>D5.2</b> <b>D5.3</b> <b>D5.4</b>
<b>E12</b>	“Mais pelos professores (...) estão muito mais atentos porque sentem que estão a ser apoiados por nós”	<b>D5.2</b>
<b>E13</b>	“Muito através das escolas, ou seja, aqui estão envolvidos os professores e diretores de escola da mesma forma. Por vezes, algumas situações chegam-nos durante as reuniões de pais”	<b>D5.2</b> <b>D5.3</b> <b>D5.4</b>
<b>E14</b>	“Através da identificação dos comportamentos dos alunos conseguimos identificar tanto os agressores como as vítimas de <i>bullying</i> . Muitas situações são-nos comunicados através da associação de pais que nos informa de algumas situações que se passam na escola”	<b>D5.3</b>
<b>E15</b>	“Alguma informação provém dos pais e dos professores em conjunto com os diretores de escola”	<b>D5.2</b> <b>D5.3</b> <b>D5.4</b>

O Quadro n.º 30 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão D5.1: “Quais são as dificuldades que sentem para identificar um aluno que sofre de *bullying*?”

Quadro n.º 30 - Análise de resultado da questão D5.1 dos entrevistados do grupo B

E	Ideias principais	Seg.
E1	Não respondeu à questão.	
E2	Não respondeu à questão.	
E3	Não respondeu à questão.	
E4	Não respondeu à questão.	
E5	Não respondeu à questão.	
E6	“Falta de informação (...)”	D5.1.1
E7	“É um comportamento que não é muito divulgado ou que só se sabe passado algum tempo”	D5.1.3
E8	“Principalmente o facto de os alunos não desabafarem e não contarem a verdade com medo de represálias”	D5.1.1
E9	“Um aluno ao sofrer de represálias sente medo e não comunica com a GNR. Os alunos que sofrem de <i>bullying</i> isolam-se e não comunicam o que realmente se passa”	D5.1.1
E10	“Falta de informação. É um problema que fica nas escolas. O medo de represálias por parte das vítimas condiciona a nossa pesquisa sobre os possíveis casos que estejam a acontecer”	D5.1.1
E11	“Este é um fenómeno fácil de camuflar, pois as vítimas tem medo de contar o que se passou com medo de represálias”	D5.1.1
E12	“Falta de partilha de informação entre nós e os postos, ou seja, falta de informação interna (...) os postos ainda olham para a SPE como uma secção que não faz nada e, por isso, não partilham informações”	D5.1.2
E13	“Falta de partilha de informação interna entre os postos e a SPE do DTer”	D5.1.2
E14	“A falta de informação que nos chega (...)”;	D5.1.1
E15	“O grande número de alunos que temos condiciona a nossa atuação. O facto de termos muitas escolas sob a nossa responsabilidade e de sermos tão poucos faz com que seja difícil identificar um caso de <i>bullying</i> ”	D5.1.1

Os seguintes quadros apresentam as respostas sintetizadas dos entrevistados do grupo C referentes aos seus módulos temáticos. Cada resposta estará inserida num ou em vários segmentos que foram elaborados numa matriz de codificação numérica.

O Quadro n.º 31 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão A1: “Considera que o *bullying* está presente nas escolas portuguesas? De que modo?”

Quadro n.º 31 - Análise de resultado da questão A1 dos entrevistados do grupo C

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Sem dúvida (...) temos noção que as escolas sentem que o <i>bullying</i> acontece e que está presente nas escolas”	A1.1
E2	“No que se refere ao <i>bullying</i> estar presente nas escolas portuguesas teríamos, talvez, partido do pressuposto que o <i>bullying</i> sempre foi um fenómeno que existiu. Isto é, a violência é inata ao ser humano e a violência sempre esteve presente nas escolas, nos seus, e digamos que violência ou maus tratos nos seus diferentes domínios físicos, psicológicos e emocionais. De que modo? De facto, nesta trilogia associada ao mau trato físico, vamos entender maus tratos como maus tratos sobre as pessoas, maus tratos emocionais e maus tratos psíquicos”	A1.1
E3	“Sim, o <i>bullying</i> continua presente nas escolas”; “Há estudos que revelam que o <i>bullying</i> acontece essencialmente por ofensas e ameaças e algumas agressões”	A1.1
E4	“Sim, pelo menos eu posso falar por esta realidade aqui na escola. Existem sempre algumas	A1.1



	situações de <i>bullying</i> e torna-se complicado definir os atos que são graves e menos graves, se bem que qualquer ato de <i>bullying</i> deve ser evitado e acaba por ser sempre grave”	
--	---	--

O Quadro n.º 32 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão A2: “Na sua opinião, quais são os principais fatores que fazem com que os alunos pratiquem *bullying*?”

Quadro n.º 32 - Análise de resultado da questão A2 dos entrevistados do grupo C

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Alguns fatores de risco que estão associados à questão do <i>bullying</i> passam por características pessoais das próprias crianças (...) problemas de comportamento (...) conflitos escolares instaurados (...) falta de informação e competência dos alunos que estão envolvidos (...) o papel da família também é importante no diagnóstico deste tipo de situações”	A2.1 A2.2 A2.3
E2	“Aqui poderíamos enunciar 2 ou 3 fatores que se prendem: um ocasionalmente, com a personalidade, isto é, aquilo que é inato para a criança, aquilo que de facto são as linhas orientadoras a nível emocional. O segundo grande fator é o fator ambiental. Quem é esta criança? De onde é que vem? (...)”; “Há aqui um outro fator que me parece importantíssimo que é o facto de nós estarmos a permitir que assumam um papel preponderante nas famílias portuguesas que é, não sendo eu contra a internet e as novas tecnologias, o facto de haver um fraco ou reduzido controlo por parte de quem tem as responsabilidades parentais”	A2.1 A2.3 A2.5
E3	“Existem variados fatores para este tipo de ações. Um dos que mais se tem vindo a evidenciar é o praticado por crianças e jovens de ambientes sociais e familiares desfavorecidos e/ou com falta de afeto parental e até eles próprios vítimas de violência parental (...)”; “(...) estas crianças e jovens que nas suas famílias vivem constrangimentos constantes, quando se encontram na escola com outros jovens mais frágeis psicologicamente e com baixa autoestima, fazem sobressair as suas frustrações que transportam de casa através dessas ações de superioridade, muitas vezes de forma organizada (...)”	A2.2 A2.5
E4	“Não lhe posso dizer que sejam fatores externos. A maior parte das vezes acontece sem terem em consideração a gravidade da situação ou sem intenção de magoar alguém. Não consigo ver outro tipo de motivo forte que possa gerar estes comportamentos”	A2.1

O Quadro n.º 33 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão A3: “Na sua opinião, que tipos de atos de *bullying* são mais frequentes entre alunos?”

Quadro n.º 33 - Análise de resultado da questão A3 dos entrevistados do grupo C

E	Ideias principais	Seg.
E1	“A maioria das agressões que estão presentes são as agressões relacionais muito na lógica da humilhação, discriminação, insulto ou a exclusão de alguém de um grupo (...) essas são as mais comuns”	A3.4
E2	“Portanto as ofensas à integridade física sim sem dúvida que são aquelas mais praticadas”	A3.1
E3	“Como já anteriormente referi, o <i>bullying</i> presencial existe muito através de ameaças e injúrias, menosprezando a vítima e menorizando-a”	A3.4
E4	“Estes atos passam muito pela ofensa à integridade física. Os outros casos acabam por ser residuais”	A3.1

O Quadro n.º 34 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão B1: “Que ações desenvolve a sua instituição/associação no combate à violência escolar e, mais especificamente, ao *bullying*?”

**Quadro n.º 34 - Análise de resultado da questão B1 dos entrevistados do grupo C**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“A APAV desenvolve essencialmente o seu trabalho em quatro linhas orientadoras. Numa primeira linha prestamos apoio às vítimas que se deslocam até a nós e nos pedem ajuda (...) outra linha orientadora prende-se com a prevenção da violência escolar (...) num terceiro lugar temos a intervenção para a população geral através de campanhas (...) num quarto bloco temos a formação de profissionais”	B1.1 B1.2
E2	“A Comissão Nacional propriamente dita nesta matéria é parceira em muitas formas que se dedicam ao estudo do fenómeno, ao seu estudo preventivo, ao estudo preparativo (...)”	B1.1 B1.2
E3	“A CONFAP - Confederação Nacional das Associações de Pais – nesta matéria desenvolve ações de informação e esclarecimento conjuntamente com as suas associações, para as famílias e comunidades educativas nas escolas”	B1.2
E4	“Nós somos um agrupamento de escolas com 8 estabelecimentos de ensino desde a educação pré-escolar até ao terceiro ciclo do ensino básico. Temos 2170 alunos no total. Em termos daquilo que é o nosso projeto educativo, onde está contemplado o lema do nosso sistema educativo que é o saber ser, saber estar e saber fazer. Aqui aborda-se a temática da violência escolar e do viver em grupo. Tudo isto é trabalhado no âmbito das disciplinas e mesmo na própria formação cívica que é a nossa oferta complementar. Em termos de ações concretas de trabalhar com parceiros externos, nomeadamente com a GNR, trabalhamos na base da prevenção da violência escolar”	B1.2

O Quadro n.º 35 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão C1: **“Existe cooperação entre a GNR e a sua instituição/associação na prevenção e no combate à violência escolar?”**

**Quadro n.º 35 - Análise de resultado da questão C1 dos entrevistados do grupo C**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“(…) se existe uma colaboração sistematizada ou se existe um protocolo estabelecido que nos permita em situações de <i>bullying</i> poder colaborar, eu diria que não. O que acaba por acontecer é que existe uma rede informal entre a GNR e a APAV”	C1.3
E2	“Aqui no que respeita à criação da cooperação da GNR com as outras entidades, eu devo dizer que admiro muito o salto qualitativo que as forças de segurança deram nestas matérias (...)”; “Não acredito que hoje, qualquer rede social construa o seu programa ou qualquer comissão de proteção construa o seu plano de ação sem ouvir os comandantes da GNR e da PSP (...)”	C1.1
E3	“A CONFAP através das suas Associações de Pais, desenvolve várias ações de formação e esclarecimento nas escolas sobre este fenómeno com a cooperação da GNR (...)”; “A partilha de experiências é também uma forma de aprender e estar atento”	C1.1
E4	“Nós temos uma relação muito estreita e muito profícua. Para além do grande respeito institucional, existe uma excelente relação pessoal com os guardas que estão ao serviço do Programa Escola Segura que tem sido uma mais-valia naquilo que é o combate à violência escolar (...)”	C1.1

O Quadro n.º 36 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão C2: **“Considera importante o relacionamento da GNR com outras entidades para a prevenção da violência escolar? Porquê?”**

**Quadro n.º 36 - Análise de resultado da questão C2 dos entrevistados do grupo C**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Considero importante. Acima de tudo, penso que as nossas linhas de atuação tanto da GNR como da APAV são muito semelhantes”; “Penso que é importante o relacionamento com outras entidades para potencializar uma rede de intervenção nesta área, não apenas com a APAV mas com outras instituições que trabalham na área”	C2.1
E2	“Claro que sim, nem de outra forma poderia ser (...)”; “Em parceria todos devem estar no	C2.1



	mesmo patamar”; “(...) é preciso aqui apontar baterias para uma boa estratégia, um bom planeamento. Porquê? Porque os meios são escassos e não temos e nem vivemos tempos onde podemos esbanjar os meios que temos. Logo se querem eficácia por um lado associado à eficiência tem que haver uma boa estratégia e nisso as forças de segurança podem ensinar e têm ensinado muitos aos outros parceiros”	
E3	“Sim é importante que todos os intervenientes comuniquem e dialoguem sobre o trabalho que desenvolvem. Só trabalhando em rede e efetiva parceira conseguiremos a eficácia necessária nesta e noutras matérias da educação”	C2.1
E4	“A presença dos guardas aqui na escola é sempre muito importante para nós e tem tido excelentes resultados. Nós sabemos que podemos contar com a GNR muito para além da problemática do <i>bullying</i> ”	C2.1

O Quadro n.º 37 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão D1: “**Quais são os aspetos positivos a manter na relação com a GNR?**”

**Quadro n.º 37 - Análise de resultado da questão D1 dos entrevistados do grupo C**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Penso que, apesar de esta relação ser algo informal como já referir anteriormente, a nossa intervenção é importante e segue as mesmas linhas orientadoras. De uma certa forma, tanto nós (APAV) como vocês (GNR) podemos resolver os casos num primeiro nível”	D1.1
E2	“Comunicação fluida, confiança e cada vez mais levar a GNR a assumir decisões em matéria do sistema de proteção”	D1.1 D1.2
E3	“A informação e a comunicação entre ambos”	D1.2
E4	“Considero que os aspetos positivos são muitos. Nós temos um conjunto de situações que passam pelo reforço de autoridade (...)”	D1.3

O Quadro n.º 38 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão D2: “**Quais são os aspetos negativos?**”

**Quadro n.º 38 - Análise de resultado da questão D2 dos entrevistados do grupo C**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Não haver uma relação formalizada entre APAV e GNR”	D2.1
E2	“Eu diria o rácio destacado para estes serviços quer na Escola Segura quer nas Comissões de Proteção com grande disparidade espacial”	D2.2
E3	“A falta de respostas por vezes. Alguma impotência. Insuficiente perceção do papel do Movimento Associativo Parental”	D2.3
E4	“Verificamos que existe uma escassez de recursos humanos que são sempre um elo fundamental para que esta relação possa funcionar. Para nós seria fundamental que se reforçasse o efetivo dos elementos do Programa Escola Segura para que possamos estreitar ainda mais as nossas ligações”	D2.2

O Quadro n.º 39 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão D3: “**Quais são os aspetos a melhorar?**”

**Quadro n.º 39 - Análise de resultado da questão D3 dos entrevistados do grupo C**

E	Ideias principais	Seg.
E1	“Poderia ser interessante a criação de Direções Conjuntas entre as várias estruturas”; “É importante que tanto a GNR como a APAV trabalhassem mais na lógica de perceber o que é que os outros estão a fazer e perceber se não existe aqui uma sobreposição de esforços ao nível da sensibilização e informação”	D3.1 D3.3
E2	“Se houver mais efetivos e mais meios materiais afetos aquele espaço certamente que o	D3.2

	trabalho será melhor”	
<b>E3</b>	“Melhorar os aspetos negativos e aperfeiçoar e atualizar os aspetos positivos”	<b>D3.3</b>
<b>E4</b>	“Adaptando aquilo que já referi na questão anterior, penso que esse aumento de efetivo poderia aumentar a presença da GNR junto das nossas escolas”	<b>D3.2</b>

O Quadro n.º 40 apresenta as respostas sintetizadas obtidas na questão D4: **“Existe algum condicionalismo na cooperação entre a sua instituição/associação e a GNR?”**

**Quadro n.º 40 - Análise de resultado da questão D4 dos entrevistados do grupo C**

<b>E</b>	<b>Ideias principais</b>	<b>Seg.</b>
<b>E1</b>	“Não existe condicionalismos, penso que existe é falta de oportunidade de articulação mais formal entre GNR e APAV”	<b>D4.1</b>
<b>E2</b>	“Nenhum, pelo contrário, cada vez mais se procura estreitar uma relação franca, aberta e onde a GNR e as demais forças e serviços de segurança têm um papel fundamental no êxito de todos os parceiros (...)”	<b>D4.1</b>
<b>E3</b>	“Os condicionalismos que possam existir são os inerentes aos constrangimentos da própria CONFAP, consequência das reduzidas condições de tempo e de meios que são disponibilizados aos seus membros (...)”;	<b>D4.2</b>
<b>E4</b>	“Não consigo encontrar nenhum condicionalismo na nossa relação”	<b>D4.1</b>

## Apêndice I

### Matriz de codificação alfanumérica das entrevistas do grupo A, B e C

Quadro n.º 41 - Codificação alfanumérica das respostas às entrevistas do grupo A

Codificação alfanumérica das entrevistas	
<b>Questão A1</b>	
<b>“Considera que o <i>bullying</i> está presente nas escolas portuguesas? De que modo?”</b>	
<b>Segmento A1.1</b>	Sim, o <i>bullying</i> está presente nas escolas
<b>Segmento A1.2</b>	Não, o <i>bullying</i> não está presente nas escolas
<b>Questão A2</b>	
<b>“Na sua opinião, quais são os principais fatores que fazem com que os alunos pratiquem <i>bullying</i>?”</b>	
<b>Segmento A2.1</b>	Os valores pessoais de cada aluno
<b>Segmento A2.2</b>	Falta de educação dada pelos pais
<b>Segmento A2.3</b>	Fatores associados a problemas de comportamento do agressor
<b>Segmento A2.4</b>	Valorização do agressor perante os outros alunos
<b>Segmento A2.5</b>	Fator socioeconómico de onde os jovens provém
<b>Questão A3</b>	
<b>“Na sua opinião, que tipos de atos de <i>bullying</i> são mais frequentes entre alunos?”</b>	
<b>Segmento A3.1</b>	Os atos de <i>bullying</i> mais frequentes são as ofensas à integridade física
<b>Segmento A3.2</b>	Os atos de <i>bullying</i> mais frequentes são os roubos
<b>Segmento A3.3</b>	Os atos de <i>bullying</i> mais frequentes são os furtos
<b>Segmento A3.4</b>	Os atos de <i>bullying</i> mais frequentes são as ameaças/injúrias
<b>Segmento A3.5</b>	Outros atos
<b>Questão B1</b>	
<b>“Existe cooperação entre a GNR e outras instituições/associações na prevenção e no combate à violência escolar?”</b>	
<b>Segmento B1.1</b>	Sim, existe cooperação entre a GNR e outras instituições/associações no combate à violência escolar
<b>Segmento B1.2</b>	Não, não existe cooperação entre a GNR e outras instituições/associações no combate à violência escolar
<b>Segmento B1.3</b>	Existe cooperação mas de uma forma informal
<b>Questão B2</b>	
<b>“Considera importante o relacionamento da GNR com outras entidades para a prevenção da violência escolar? Porquê?”</b>	
<b>Segmento B2.1</b>	Sim, o relacionamento da GNR com outras entidades é importante para a prevenção
<b>Segmento B2.2</b>	Não, o relacionamento da GNR com outras entidades não é importante para a prevenção
<b>Questão C1</b>	
<b>“Que modalidades de ação internas ou externas, desenvolve a GNR relativamente ao combate/prevenção do <i>bullying</i> nas escolas?”</b>	
<b>Segmento C1.1</b>	Formação dos militares
<b>Segmento C1.2</b>	Ações de sensibilização, demonstrações e visitas
<b>Segmento C1.3</b>	Elaboração de protocolos e criação de parcerias com outras entidades
<b>Questão C2</b>	
<b>“Que boas práticas realizadas pela GNR identifica relativamente à prevenção da violência escolar? E relativamente ao <i>bullying</i>?”</b>	
<b>Segmento C2.1</b>	O patrulhamento diário dos NES
<b>Segmento C2.2</b>	Elaboração de protocolos e criação de parcerias com outras entidades
<b>Segmento C2.3</b>	Realização de ações de sensibilização/demonstrações
<b>Segmento C2.4</b>	Participação e divulgação da GNR nas redes sociais e/ou comunicação social
<b>Segmento C2.5</b>	Participação dos militares dos NES nas reuniões de pais
<b>Questão C3</b>	
<b>“Na sua opinião, as ações de prevenção da GNR deveriam focar-se principalmente em que grupo da comunidade escolar? Porquê?”</b>	
<b>Segmento C3.1</b>	Nos alunos
<b>Segmento C3.2</b>	Nos professores

Apêndice I – Matriz de codificação alfanumérica das entrevistas do grupo A, B e C

<b>Segmento C3.3</b>	Nos encarregados de educação
<b>Segmento C3.4</b>	Nos diretores de escola
<b>Segmento C3.5</b>	Toda a comunidade escolar
<b>Questão D1</b>	
<b>“Qual é o papel do PES no combate à violência escolar e ao <i>bullying</i>?”</b>	
<b>Segmento D1.1</b>	Prevenção da violência escolar
<b>Segmento D1.2</b>	Encaminhamento das vítimas e agressores para outras instituições
<b>Questão D2</b>	
<b>“Considerando as atividades e resultados do PES, por favor identifique as suas potencialidades e as vulnerabilidades”</b>	
<b>Segmento D2.1</b>	Potencialidade: imagem institucional
<b>Segmento D2.2</b>	Potencialidade: chegar mais facilmente aos alunos – policiamento de proximidade
<b>Segmento D2.3</b>	Potencialidade: haver militares focados especialmente nestas matérias
<b>Segmento D2.4</b>	Vulnerabilidade: a não uniformização de procedimentos entre as várias SPE a nível nacional
<b>Segmento D2.5</b>	Vulnerabilidade: falta de recursos
<b>Segmento D2.6</b>	Vulnerabilidade: falta de especialização dos militares dos NES
<b>Segmento D2.7</b>	Vulnerabilidade: falta de formação dos militares dos NES
<b>Questão F1</b>	
<b>“Como devem atuar os militares dos NES numa situação de <i>bullying</i>?”</b>	
<b>Segmento F1.1</b>	Identificar e sinalizar as partes envolvidas
<b>Segmento F1.2</b>	Comunicar a situação aos pais
<b>Segmento F1.3</b>	Comunicar a situação aos professores e diretores da escola
<b>Segmento F1.4</b>	Comunicar situação ao Ministério Público
<b>Segmento F1.5</b>	Encaminhar a situação para instituições como a APAV ou a CONFAP
<b>Segmento F1.6</b>	Encaminhar essa situação para as CPCJ’s
<b>Questão F2</b>	
<b>“Considera que a realização de ações de sensibilização, demonstrações e visitas são suficientes para prevenir o <i>bullying</i> nas escolas?”</b>	
<b>Segmento F2.1</b>	É suficiente para prevenir o <i>bullying</i> nas escolas
<b>Segmento F2.2</b>	Não é suficiente para prevenir o <i>bullying</i> nas escolas
<b>Questão F3</b>	
<b>“Considera que a formação dos militares dos NES é adequada para lidar com situações de <i>bullying</i>?”</b>	
<b>Segmento F3.1</b>	A formação dos militares dos NES é adequada
<b>Segmento F3.2</b>	A formação não é adequada porque deveria haver mais formações internas ou externas
<b>Segmento F3.3</b>	A formação dos militares dos NES não é adequada porque deveria haver uma especialização dos militares que pertencem a esses núcleos
<b>Questão F4</b>	
<b>“O que poderia aumentar a eficácia dos NES na prevenção do <i>bullying</i>”</b>	
<b>Segmento F4.1</b>	Mais meios humanos
<b>Segmento F4.2</b>	Mais meios materiais
<b>Segmento F4.3</b>	Mais parcerias com entidades externas à GNR
<b>Segmento F4.4</b>	Mais formação

Quadro n.º 42 - Codificação alfanumérica das respostas às entrevistas do grupo B

Codificação alfanumérica das entrevistas	
<b>Questão A1</b>	
<b>“Considera que o <i>bullying</i> está presente nas escolas portuguesas? De que modo?”</b>	
<b>Segmento A1.1</b>	Sim, o <i>bullying</i> está presente nas escolas
<b>Segmento A1.2</b>	Não, o <i>bullying</i> não está presente nas escolas
<b>Questão A2</b>	
<b>“Na sua opinião, quais são os principais fatores que fazem com que os alunos pratiquem <i>bullying</i>?”</b>	
<b>Segmento A2.1</b>	Os valores pessoais de cada aluno
<b>Segmento A2.2</b>	Falta de educação dada pelos pais
<b>Segmento A2.3</b>	Fatores associados a problemas de comportamento do agressor
<b>Segmento A2.4</b>	Valorização do agressor perante os outros alunos
<b>Segmento A2.5</b>	Fator socioeconómico de onde os jovens provém
<b>Questão A3</b>	
<b>“Na sua opinião, que tipos de atos de <i>bullying</i> são mais frequentes entre alunos?”</b>	
<b>Segmento A3.1</b>	Os atos de <i>bullying</i> mais frequentes são as ofensas à integridade física
<b>Segmento A3.2</b>	Os atos de <i>bullying</i> mais frequentes são os roubos

<b>Segmento A3.3</b>	Os atos de <i>bullying</i> mais frequentes são os furtos
<b>Segmento A3.4</b>	Os atos de <i>bullying</i> mais frequentes são as ameaças/injúrias
<b>Segmento A3.5</b>	Outros atos
<b>Questão B1</b>	
<b>“Que boas práticas realizadas pela GNR identifica relativamente à prevenção da violência escolar? E relativamente ao <i>bullying</i>?”</b>	
<b>Segmento B1.1</b>	O patrulhamento diário dos NES
<b>Segmento B1.2</b>	Elaboração de protocolos e criação de parcerias com outras entidades
<b>Segmento B1.3</b>	Realização de ações de sensibilização/demonstrações
<b>Segmento B1.4</b>	Participação e divulgação da GNR nas redes sociais e/ou comunicação social
<b>Segmento B1.5</b>	Participação dos militares dos NES nas reuniões de pais
<b>Questão B2</b>	
<b>“Na sua opinião, as ações de prevenção da GNR deveriam focar-se principalmente em que grupo da comunidade escolar?”</b>	
<b>Segmento B2.1</b>	Nos alunos
<b>Segmento B2.2</b>	Nos professores
<b>Segmento B2.3</b>	Nos encarregados de educação
<b>Segmento B2.4</b>	Nos diretores de escola
<b>Segmento B2.5</b>	Toda a comunidade escolar
<b>Questão C1</b>	
<b>“Considerando as atividades e resultados do PES, por favor identifique as suas potencialidades e as vulnerabilidades”</b>	
<b>Segmento C1.1</b>	Potencialidade: imagem institucional
<b>Segmento C1.2</b>	Potencialidade: chegar mais facilmente aos alunos – policiamento de proximidade
<b>Segmento C1.3</b>	Potencialidade: haver militares focados especialmente nestas matérias
<b>Segmento C1.4</b>	Vulnerabilidade: a não uniformização de procedimentos entre as várias SPE a nível nacional
<b>Segmento C1.5</b>	Vulnerabilidade: falta de recursos
<b>Segmento C1.6</b>	Vulnerabilidade: falta de especialização dos militares dos NES
<b>Segmento C1.7</b>	Vulnerabilidade: falta de formação dos militares dos NES
<b>Questão D1</b>	
<b>“Como devem atuar os militares dos NES numa situação de <i>bullying</i>?”</b>	
<b>Segmento D1.1</b>	Identificar e sinalizar as partes envolvidas
<b>Segmento D1.2</b>	Comunicar a situação aos pais
<b>Segmento D1.3</b>	Comunicar a situação aos professores e diretores da escola
<b>Segmento D1.4</b>	Comunicar situação ao Ministério Público
<b>Segmento D1.5</b>	Encaminhar essa situação para instituições como a APAV ou a CONFAP
<b>Segmento D1.6</b>	Encaminhar essa situação para as CPCJ's
<b>Questão D2</b>	
<b>“Considera que a realização de ações de sensibilização, demonstrações e visitas são suficientes para prevenir o <i>bullying</i> nas escolas?”</b>	
<b>Segmento D2.1</b>	É suficiente para prevenir o <i>bullying</i> nas escolas
<b>Segmento D2.2</b>	Não é suficiente para prevenir o <i>bullying</i> nas escolas
<b>Questão D3</b>	
<b>“Considera que a formação dos militares (que a sua formação) dos NES é adequada para lidar com situações de <i>bullying</i>?”</b>	
<b>Segmento D3.1</b>	A formação dos militares dos NES é adequada
<b>Segmento D3.2</b>	A formação não é adequada porque deveria haver mais formações internas ou externas
<b>Segmento D3.3</b>	A formação dos militares dos NES não é adequada porque deveria haver uma especialização dos militares que pertencem a esses núcleos
<b>Questão D4</b>	
<b>“O que poderia aumentar a eficácia dos NES na prevenção do <i>bullying</i>”</b>	
<b>Segmento D4.1</b>	Mais meios humanos
<b>Segmento D4.2</b>	Mais meios materiais
<b>Segmento D4.3</b>	Mais parcerias com outras entidades externas à GNR
<b>Segmento D4.4</b>	Mais formação
<b>Questão D5</b>	
<b>“De que forma consegue identificar alunos que estão sujeitos ao <i>bullying</i>?”</b>	
<b>Segmento D5.1</b>	Informação vinda por parte dos alunos
<b>Segmento D5.2</b>	Informação vinda por parte dos professores
<b>Segmento D5.3</b>	Informação vinda por parte dos encarregados de educação
<b>Segmento D5.4</b>	Informação vinda por parte dos diretores das escolas
<b>Questão D5.1</b>	
<b>“Quais são as dificuldades que sentem para identificar um aluno que sofre de <i>bullying</i>?”</b>	
<b>Segmento D5.1.1</b>	Falta de informação que nos chega por parte da comunidade escolar
<b>Segmento D5.1.2</b>	Não existir partilha de informação dentro das estruturas da GNR
<b>Segmento D5.1.3</b>	Muitas vezes só saber o que se passou bastante tempo depois de esses atos terem acontecido

Quadro n.º 43 - Codificação alfanumérica das respostas às entrevistas do grupo C

Codificação alfanumérica das entrevistas	
<b>Questão A1</b>	
<b>“Considera que o <i>bullying</i> está presente nas escolas portuguesas? De que modo?”</b>	
<b>Segmento A1.1</b>	Sim, o <i>bullying</i> está presente nas escolas
<b>Segmento A1.2</b>	Não, o <i>bullying</i> não está presente nas escolas
<b>Questão A2</b>	
<b>“Na sua opinião, quais são os principais fatores que fazem com que os alunos pratiquem <i>bullying</i>?”</b>	
<b>Segmento A2.1</b>	Os valores pessoais de cada aluno
<b>Segmento A2.2</b>	Falta de educação dada pelos pais
<b>Segmento A2.3</b>	Fatores associados a problemas de comportamento do agressor
<b>Segmento A2.4</b>	Valorização do agressor perante os outros alunos
<b>Segmento A2.5</b>	Fator socioeconómico de onde os jovens provém
<b>Questão A3</b>	
<b>“Na sua opinião, que tipos de atos de <i>bullying</i> são mais frequentes entre alunos?”</b>	
<b>Segmento A3.1</b>	Os atos de <i>bullying</i> mais frequentes são as ofensas à integridade física
<b>Segmento A3.2</b>	Os atos de <i>bullying</i> mais frequentes são os roubos
<b>Segmento A3.3</b>	Os atos de <i>bullying</i> mais frequentes são os furtos
<b>Segmento A3.4</b>	Os atos de <i>bullying</i> mais frequentes são as ameaças/injúrias
<b>Segmento A3.4</b>	Outros atos
<b>Questão B1</b>	
<b>“Que ações desenvolve a sua instituição/associação no combate à violência escolar e, mais especificamente, ao <i>bullying</i>?”</b>	
<b>Segmento B1.1</b>	Uma das nossas vertentes prende-se com o apoio às vítimas de violência escolar
<b>Segmento B1.2</b>	Realização de campanhas e ações de sensibilização sobre a violência escolar
<b>Questão C1</b>	
<b>“Existe cooperação entre a GNR e a sua instituição/associação na prevenção e no combate à violência escolar?”</b>	
<b>Segmento C1.1</b>	Sim, existe cooperação entre a GNR e outras instituições/associações
<b>Segmento C1.2</b>	Não, não existe cooperação entre a GNR e outras instituições/associações
<b>Segmento C1.3</b>	Existe cooperação mas de uma forma informal
<b>Questão C2</b>	
<b>“Considera importante o relacionamento da GNR com outras entidades para a prevenção da violência escolar? Porquê?”</b>	
<b>Segmento C2.1</b>	Sim, o relacionamento da GNR com outras entidades é importante para a prevenção
<b>Segmento C2.2</b>	Não, o relacionamento da GNR com outras entidades não é importante para a prevenção
<b>Questão D1</b>	
<b>“Quais são os aspetos positivos a manter na relação com a GNR?”</b>	
<b>Segmento D1.1</b>	O facto de ambos atuarem para a prevenção da violência escolar
<b>Segmento D1.2</b>	Boa comunicação
<b>Segmento D1.3</b>	O reforço de autoridade que a GNR proporciona na atuação junto destas entidades
<b>Questão D2</b>	
<b>“Quais são os aspetos negativos?”</b>	
<b>Segmento D2.1</b>	Não existir uma cooperação formal
<b>Segmento D2.2</b>	Falta de recursos dos NES
<b>Segmento D2.3</b>	A GNR recorre pouco a estas instituições
<b>Questão D3</b>	
<b>“Quais são os aspetos a melhorar?”</b>	
<b>Segmento D3.1</b>	Criação de Direções Conjuntas
<b>Segmento D3.2</b>	Aumentar os efetivos dos NES
<b>Segmento D3.3</b>	A GNR deve recorrer mais vezes a estas instituições
<b>Questão D4</b>	
<b>“Existe algum condicionalismo na cooperação entre a sua instituição/associação e a GNR?”</b>	
<b>Segmento D4.1</b>	Não existem condicionalismos
<b>Segmento D4.2</b>	Existem alguns condicionalismos

## Apêndice J

### Análise quantitativa das entrevistas do grupo A, B e C

**Quadro n.º 44 - Análise quantitativa das entrevistas do grupo A**

Segmentos	Entrevistados			f	%
	E1	E2	E3		
Questão A1					
A1.1	X	X	X	3	100%
A1.2				0	0%
Questão A2					
A2.1		X		1	33%
A2.2	X		X	2	67%
A2.3				0	0%
A2.4	X		X	2	67%
A2.5				0	0%
Questão A3					
A3.1	X	X	X	3	100%
A3.2				0	0%
A3.3				0	0%
A3.4	X	X	X	3	100%
A3.5				0	0%
Questão B1					
B1.1	X	X	X	3	100%
B1.2				0	0%
B1.3				0	0%
Questão B2					
B2.1	X	X	X	3	100%
B2.2				0	0%
Questão C1					
C1.1	X		X	2	100%
C1.2	X		X	2	100%
C1.3			X	1	50%
Questão C2					
C2.1	X		X	2	67%
C2.2	X	X	X	3	100%
C2.3			X	1	33%
C2.4				0	0%
C2.5				0	0%
Questão C3					
C3.1	X			1	50%
C3.2				0	0%
C3.3				0	0%
C3.4				0	0%
C3.5			X	1	50%
Questão D1					
D1.1	X		X	2	67%
D1.2	X	X		2	67%
Questão D2					
D2.1	X		X	2	100%
D2.2			X	1	50%
D2.3				0	0%
D2.4			X	1	50%
D2.5	X			1	50%
D2.6	X			1	50%
D2.7				0	0%
Questão F1					
F1.1	X		X	2	100%
F1.2	X			1	50%
F1.3	X			1	50%
F1.4	X			1	50%

F1.5				0	0%
F1.6				0	0%
<b>Questão F2</b>					
F2.1				0	0%
F2.2	X		X	2	100%
<b>Questão F3</b>					
F3.1		X		1	33%
F3.2				0	0%
F3.3	X		X	2	67%
<b>Questão F4</b>					
F4.1	X		X	2	67%
F4.2	X		X	2	67%
F4.3		X	X	2	67%
F4.4	X	X	X	3	100%

Quadro n.º 45 - Análise quantitativa das entrevistas do grupo B

Segmentos	Entrevistados															f	%
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
Questão A1																	
A1.1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	14	93%
A1.2												X				1	7%
Questão A2																	
A2.1		X		X			X									3	20%
A2.2	X		X			X		X			X	X		X	X	8	53%
A2.3											X					1	7%
A2.4	X	X			X			X	X				X			6	40%
A2.5			X					X			X	X		X	X	6	40%
Questão A3																	
A3.1	X	X	X			X	X	X	X	X	X			X	X	11	73%
A3.2																0	0%
A3.3																0	0%
A3.4		X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	13	87%
A3.5																0	0%
Questão B1																	
B1.1			X	X	X								X			4	27%
B1.2	X			X		X				X						4	27%
B1.3	X	X	X		X	X	X	X	X		X	X		X	X	12	80%
B1.4		X	X													2	13%
B1.5		X						X				X				3	20%
Questão B2																	
B2.1			X			X	X		X					X		5	33%
B2.2			X													1	7%
B2.3							X		X		X					3	20%
B2.4																0	0%
B2.5	X	X		X	X			X		X		X	X		X	9	60%
Questão C1																	
C1.1						X						X				2	13%
C1.2		X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	13	87%
C1.3	X	X									X	X				4	27%
C1.4			X													1	7%
C1.5				X	X	X	X			X		X	X	X	X	9	60%
C1.6		X						X		X	X					4	27%
C1.7		X	X						X							3	20%
Questão D1																	
D1.1			X			X		X	X	X	X	X	X	X	X	10	67%
D1.2		X	X	X	X		X	X					X	X		8	53%
D1.3	X	X	X						X		X		X	X		7	47%
D1.4		X			X	X		X	X	X				X		7	47%
D1.5	X						X									2	13%
D1.6	X	X		X	X	X	X	X	X	X				X		10	67%
Questão D2																	
D2.1									X			X	X	X	X	5	33%
D2.2	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X					10	67%
Questão D3																	
D3.1									X	X						2	13%
D3.2	X		X		X		X				X	X	X	X	X	9	60%



D3.3		X		X		X				X	X	X	X			7	47%
<b>Questão D4</b>																	
D4.1	X		X	X	X	X	X	X		X	X	X	X			11	73%
D4.2					X	X				X	X		X	X	X	7	47%
D4.3							X		X							2	13%
D4.4	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	13	87%
<b>Questão D5</b>																	
D5.1																0	0%
D5.2						X	X	X		X	X	X	X		X	8	80%
D5.3								X	X	X	X		X	X	X	7	70%
D5.4						X	X		X	X	X		X		X	7	70%
<b>Questão D5.1</b>																	
D5.1.1						X		X	X	X	X			X	X	7	70%
D5.1.2												X	X			2	20%
D5.1.3							X									1	10%

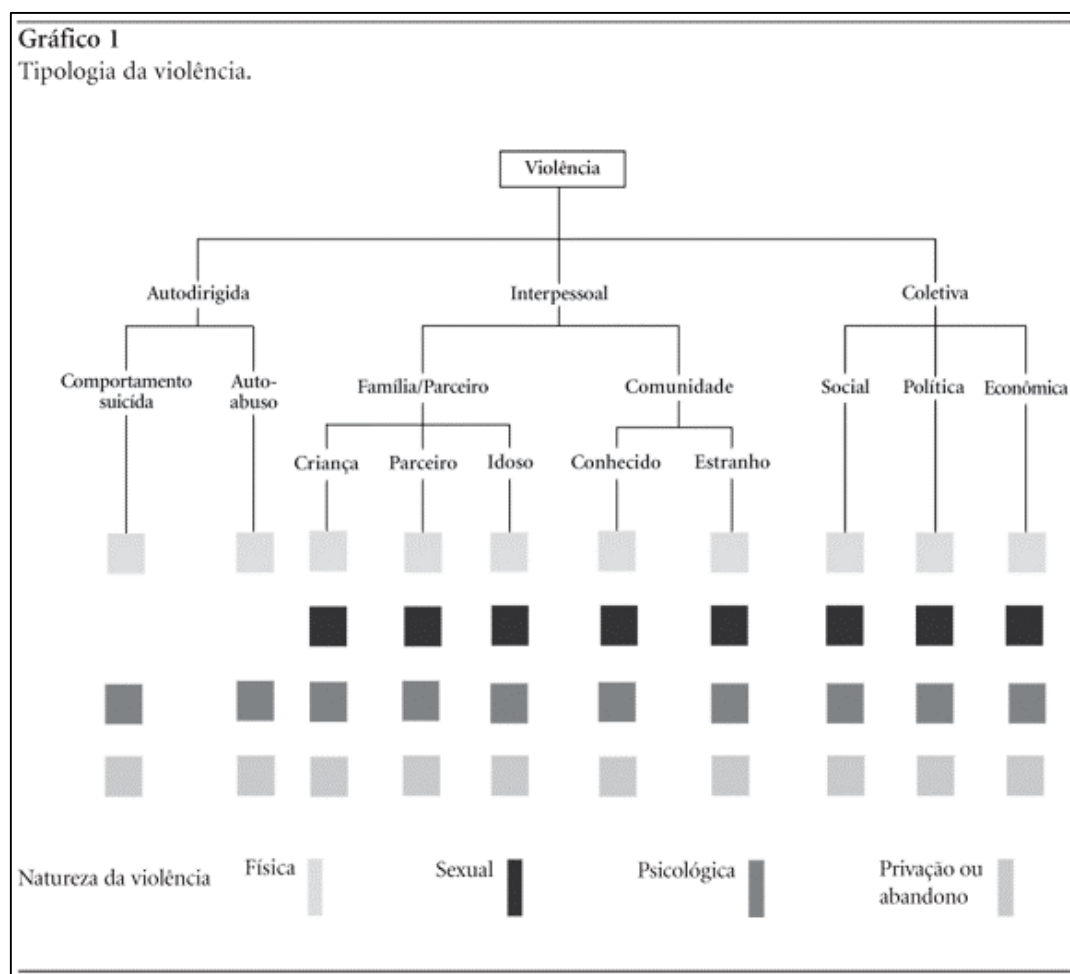
Quadro n.º 46 - Análise quantitativa das entrevistas do grupo C

Segmentos	Entrevistados				f	%
	E1	E2	E3	E4		
Questão A1						
A1.1	X	X	X	X	4	100%
A1.2					0	0%
Questão A2						
A2.1	X	X		X	3	75%
A2.2	X		X		2	50%
A2.3	X	X			2	50%
A2.4					0	0%
A2.5		X	X		2	50%
Questão A3						
A3.1		X		X	2	50%
A3.2					0	0%
A3.3					0	0%
A3.4	X		X		2	50%
Questão B1						
B1.1	X	X			2	50%
B1.2	X	X	X	X	4	100%
Questão C1						
C1.1		X	X	X	3	75%
C1.2					0	0%
C1.3	X				1	25%
Questão C2						
C2.1	X	X	X	X	4	100%
C2.2					0	0%
Questão D1						
D1.1	X	X			2	50%
D1.2		X	X		2	50%
D1.3				X	1	25%
Questão D2						
D2.1	X				1	25%
D2.2		X		X	2	50%
D2.3			X		1	25%
Questão D3						
D3.1	X				1	25%
D3.2		X		X	2	50%
D3.3	X		X		2	50%
Questão D4						
D4.1	X	X		X	3	75%
D4.2			X		1	25%

## **Anexos**

## Anexo A

### Tipologia da violência segundo a Organização Mundial de Saúde



**Figura n.º 23 - Tipologia da violência segundo a Organização Mundial da Saúde**

**Fonte:** Organização Mundial da Saúde (2002)

## Anexo B

### Esquema sobre o conceito de violência escolar

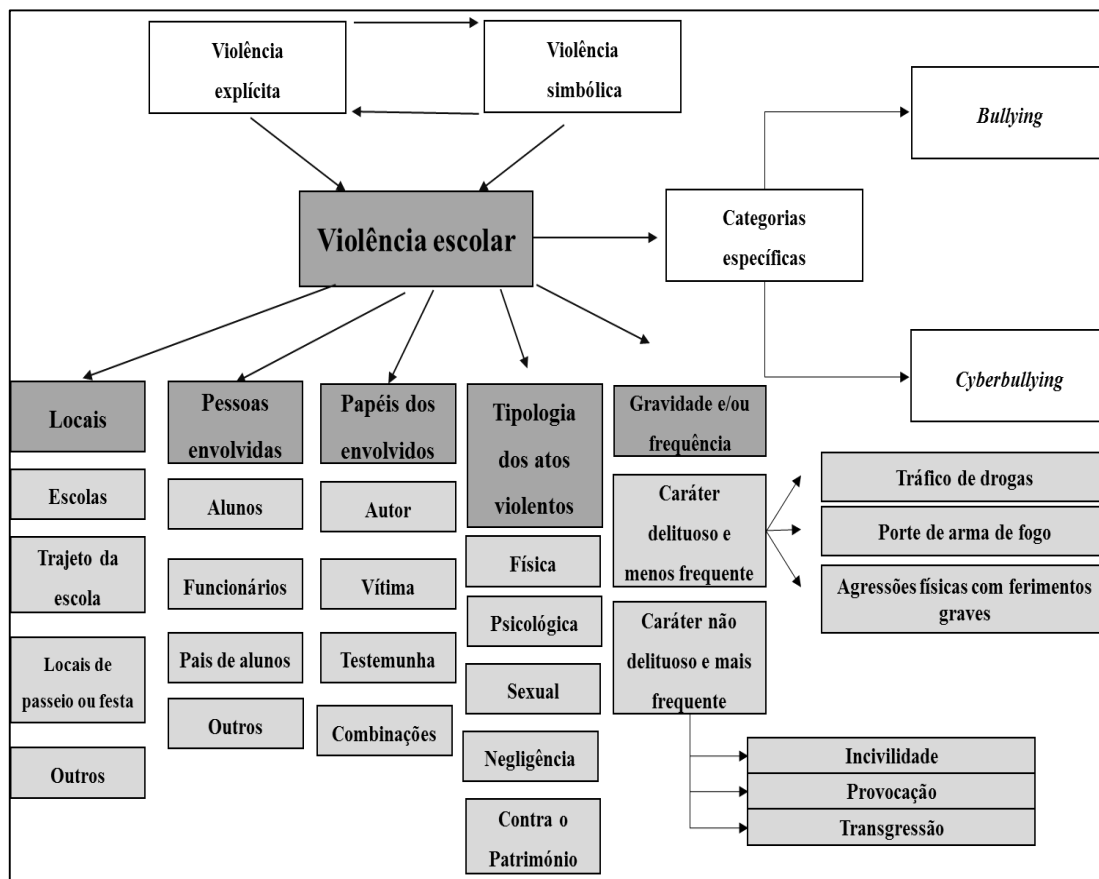


Figura n.º 24 - Esquema sobre o conceito de violência escolar

Fonte: Stelko-Pereira, A. & Williams, L. (2010, p.49)

**Anexo C**  
**Efetivos e meios das SPE (ano letivo 2013/2014)**

<b>Unidades</b>	<b>Efetivo</b>		<b>Viaturas</b>	
	<b>M</b>	<b>F</b>	<b>LIG</b>	<b>MOTO</b>
AVEIRO	14	10	7	1
BEJA	9	3	5	1
BRAGA	9	3	4	1
BRAGANÇA	9	3	8	0
C. BRANCO	15	0	6	1
COIMBRA	12	2	4	1
ÉVORA	14	3	10	5
FARO	28	9	10	0
GUARDA	10	4	4	0
LEIRIA	5	4	4	0
LISBOA	22	3	19	10
PORTALEGRE	8	0	4	1
PORTO	20	5	10	3
SANTARÉM	17	4	11	1
SETÚBAL	15	10	10	2
V. CASTELO	6	3	4	0
V.REAL	11	4	7	0
VISEU	10	5	24	1
<b>TOTAL</b>	<b>234</b>	<b>75</b>	<b>151</b>	<b>28</b>
	309		179	

**Figura n.º 25 - Efetivos e meios das SPE (ano letivo 2013/2014)**

**Fonte:** GNR/DO/RPE, 2014

## Anexo D

### Ocorrências criminais participadas por tipo de crime (ano letivo 2013/2014)

OCORRÊNCIAS CRIMINAIS PARTICIPADAS, POR TIPO DE CRIME (1º, 2º e 3º dizem respeito aos níveis)																															
COMTER	TOTAL	AM. BOMBA			FURTO			ROUBO			USO ARMA			VAND. /DANO			IN. /AMEAÇA			OF. INT. FISICA			ESTUPFAC.			OF. SEXUAIS			OUTROS		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
AVEIRO	76	3	0	0	21	0	0	1	0	0	1	0	0	4	0	0	7	1	0	26	3	0	5	1	0	0	0	1	2	0	0
BEJA	10	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
BRAGA	66	0	0	0	13	0	0	0	0	0	3	1	0	1	0	0	5	0	0	17	3	1	6	5	1	0	1	3	4	2	0
BRAGANÇA	9	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0
C. BRANCO	16	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	3	0	3	0	0	0	0	0	0	1	0	0
COIMBRA	43	0	0	0	7	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	2	2	0	13	6	2	2	3	0	0	0	0	1	1	0
ÉVORA	14	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	4	1	1
FARO	92	0	0	0	18	1	3	0	0	0	1	0	0	1	1	0	17	5	2	27	4	1	3	0	0	2	1	4	0	0	1
GUARDA	30	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	1	0	6	5	1	0	0	0	2	0	0	1	0	0
LEIRIA	33	0	0	0	10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	7	3	5	0	1	0	0	0	0	1	0	1
LISBOA	124	2	0	0	30	3	4	0	4	9	6	1	0	5	1	0	5	2	1	19	7	2	2	4	1	0	2	2	8	2	2
PORTALEGRE	15	0	0	0	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	3	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
PORTO	127	1	0	1	27	2	2	2	0	0	3	0	0	3	3	0	11	2	2	23	9	5	5	1	1	2	5	1	10	6	0
SANTARÉM	86	0	1	0	7	31	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	5	1	0	23	3	2	0	2	0	4	0	2	1	0	0
SETÚBAL	141	0	0	0	23	0	1	0	1	3	0	1	1	5	1	0	14	1	0	30	6	2	3	9	2	0	4	7	11	4	12
V. CASTELO	35	0	0	0	12	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	4	0	0	10	1	0	2	1	0	0	1	0	1	0	0
V-REAL	31	0	0	0	5	2	3	0	0	0	0	0	0	2	0	0	3	0	2	8	1	0	0	0	0	1	0	2	1	0	1
UISEU	22	0	0	0	4	0	0	0	0	0	1	0	0	2	1	0	1	0	0	7	3	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0
TOTAL	970	6	1	1	200	42	14	5	5	12	17	4	2	30	9	1	88	16	8	228	57	28	29	28	5	11	15	25	48	16	19

Figura n.º 26 - Ocorrências participadas por tipo de crime (ano letivo 2013/2014)

Fonte: GNR/CO/RPE, 2014

## Anexo E

### Empenhamento de meios do PES

	Apeados		Veículos Escola Segura		Outras viaturas			Ciclomotores/Motociclos			Total Nº Horas
COMTER	Nº Milit.	Nº Horas	Nº Milit.	Nº Horas	Nº Viat.	Nº Milt.	Nº Horas	Nº Viat.	Nº Milit.	Nº Horas	
AVEIRO	948	4 169	2 093	8 758	332	624	916	30	30	180	14 023
BEJA	3 877	6 720	600	7 773	1 744	3 365	5 636	25	25	200	20 329
BRAGA	1 085	6 478	2 473	12 754	817	1 691	7 040	26	26	156	26 428
BRAGANÇA	594	2 012	1 347	7 928	53	110	382	3	3	18	10 340
C. BRANCO	1 478	3 862	2 300	13 663	879	1 694	3 098	23	23	140	20 763
COIMBRA	2 932	4 158	2 165	10 619	2 924	4 930	5 740	21	53	50	20 567
ÉVORA	1 806	5 530	709	13 505	326	742	1 601	110	127	839	21 475
FARO	3 888	11 944	4 145	16 292	2 565	4 806	9 909	2	2	8	38 153
GUARDA	1 810	4 568	3 993	12 482	2 458	5 781	6 793	0	0	0	23 843
LEIRIA	1 693	5 197	1 063	4 355	1 394	2 761	5 222	5	5	18	14 792
LISBOA	162	290	3 198	20 198	4	8	24	29	29	174	20 686
PORTALEGRE	2 618	4 395	660	7 515	1 348	2 919	4 647	22	22	48	16 605
PORTO	1 917	7 160	3 473	19 061	641	1 342	4 904	9	9	54	31 179
SANTARÉM	860	1 917	2 698	10 034	669	888	1 556	1	1	6	13 513
SETÚBAL	1 814	5 576	3 406	22 263	281	581	1 251	87	87	504	29 594
V. CASTELO	702	3 670	1 825	9 342	706	1 815	4 929	0	0	0	17 941
V. REAL	831	2 375	1 653	7 832	245	484	854	0	0	0	11 061
VISEU	827	1 621	4 344	9 695	342	688	898	57	57	234	12 448
USHE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	29 842	81 642	42 145	214 069	17 728	35 229	65 400	450	499	2 629	363 740

Figura n.º 27 - Empenhamento de meios do PES

Fonte: GNR/CO/RPE, 2014

	Cavalos		Cães		Total Nº Horas
	Nº Viaturas	Nº Horas	Nº Viaturas	Nº Horas	
<b>COMTER</b>					
<b>AVEIRO</b>	36	108	0	0	108
<b>BEJA</b>	0	0	0	0	0
<b>BRAGA</b>	0	0	1	6	6
<b>BRAGANÇA</b>	10	60	6	48	108
<b>C. BRANCO</b>	0	0	0	0	0
<b>COIMBRA</b>	0	0	0	0	0
<b>ÉVORA</b>	152	729	0	0	729
<b>FARO</b>	0	0	0	0	0
<b>GUARDA</b>	0	0	0	0	0
<b>LEIRIA</b>	62	247	3	38	285
<b>LISBOA</b>	0	0	0	0	0
<b>PORTALEGRE</b>	61	98	0	0	98
<b>PORTO</b>	0	0	0	0	0
<b>SANTARÉM</b>	0	0	0	0	0
<b>SETÚBAL</b>	0	0	0	0	0
<b>V. CASTELO</b>	0	0	0	0	0
<b>V. REAL</b>	0	0	0	0	0
<b>VISEU</b>	21	35	0	0	35
<b>USHE</b>	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	342	1277	10	92	1369

Figura n.º 28 – Empenhamento de meios do PES

Fonte: GNR/CO/RPE, 2014



## Anexo F

### Ações de sensibilização, demonstrações e visitas do PES

ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES E VISITAS															
	Acções Sensibilização/Informação				Demonstrações				Visitas Subunidades			TOTAL	Nº MILITARES	Nº VIATURAS	Nº HORAS
COMTER	EB 1	EB 2 3	Secundárias	Outras	EB 1	EB 2 3	Secundárias	Outras	EB (123)	Secundárias	Outras				
AVEIRO	511	492	247	149	8	0	2	18	2	0	0	1429	1968	872	3282
BEJA	110	125	40	43	5	0	2	11	1	0	11	348	603	265	557
BRAGA	196	192	69	102	2	1	0	5	65	20	5	657	927	486	1814
BRAGANÇA	69	111	13	25	23	10	3	15	0	0	2	271	525	184	1729
C. BRANCO	236	186	29	134	5	0	0	2	2	0	6	600	977	561	1025
COIMBRA	151	104	46	40	4	5	2	1	5	0	13	371	1474	858	2943
ÉVORA	174	112	87	162	3	0	1	5	2	0	13	559	766	436	941
FARO	227	184	52	91	14	0	2	10	13	0	48	641	1007	460	1120
GUARDA	187	132	35	51	6	5	0	11	4	0	8	439	720	312	583,75
LEIRIA	303	243	68	149	59	21	4	44	18	0	12	921	1257	587	1514
LISBOA	160	426	13	60	26	0	1	13	1	0	2	702	972	610	1246
PORTALEGRE	143	133	21	53	9	0	0	3	6	3	12	383	1200	617	626,5
PORTO	582	227	107	154	17	11	5	19	5	0	0	1127	2551	1260	2858
SANTARÉM	495	189	79	84	111	4	3	23	1	0	12	1001	1507	684	1199
SETÚBAL	242	179	120	61	2	0	1	14	5	0	0	624	1083	485	1439
V. CASTELO	68	70	16	35	8	0	2	5	2	1	3	210	436	190	573
V.REAL	50	61	34	16	0	1	0	8	1	0	7	178	319	155	614
ISEU	181	187	50	126	4	7	3	7	4	1	5	575	1060	477	1095
USHE	0	0	0	0	2	0	1	7	4	0	18	32	799	124	101
TOTAL	4085	3353	1126	1535	306	65	31	214	137	25	159	11068	20151	9623	25260

Figura n.º 30 – Ações de sensibilização, demonstrações e visitas

Fonte: GNR/CO/RPE, 2014